



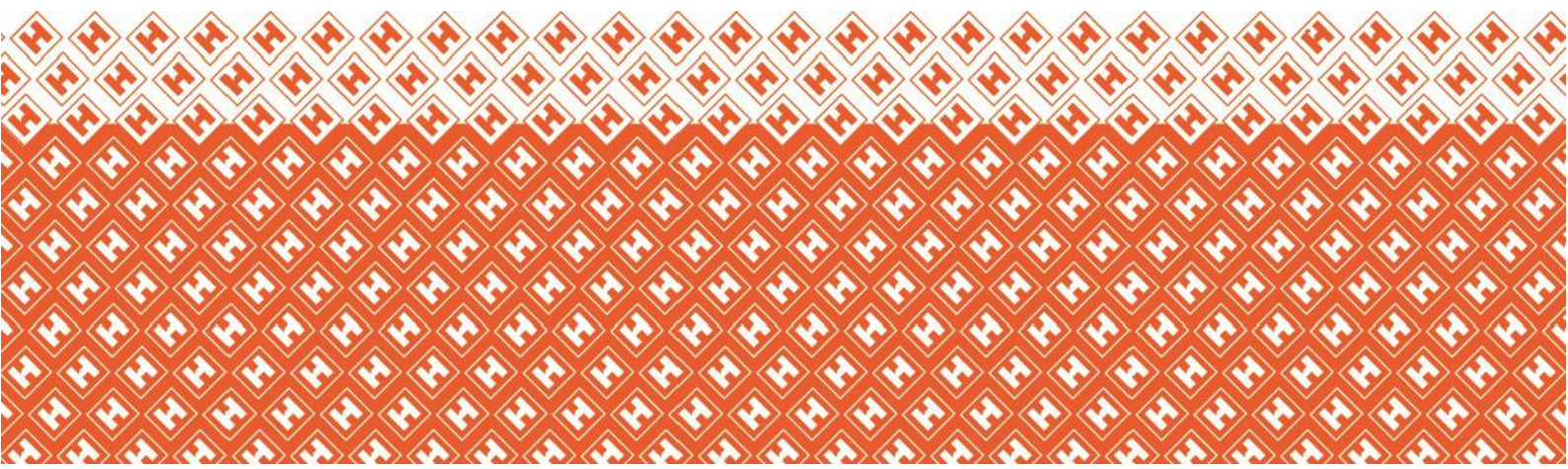
PROF HISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

LÍVIA KAROLINNY GOMES DE QUEIROZ

**OS SONS DO “BREGA” NA SALA DE AULA: Músicas e a construção
de memórias sobre a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MOSSORÓ-RN
2022



LÍVIA KAROLINNY GOMES DE QUEIROZ

**OS SONS DO “BREGA” NA SALA DE AULA: Músicas e a
construção de memórias sobre a Ditadura Militar no Brasil
(1964-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História / Mestrado Profissional em Ensino de História, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Isaíde
Bandeira da Silva

MOSSORÓ-RN

2022

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei n° 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei n° 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catlogação da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Q3s Queiroz, Lívia Karolinny Gomes de

OS SONS DO BREGA NA SALA DE AULA: Músicas e a construção de memórias sobre a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). / Lívia Karolinny Gomes de Queiroz. - Mossoró-RN, 2022.

140p.

Orientador(a): Profa. Dra. Isaíde Bandeira da Silva.
Dissertação (Mestrado profissional em Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Ditadura Militar. 2. Censura. 3. Música "Brega". 4. Ensino de História. 5. Função social do historiador. I. Silva, Isaíde Bandeira da. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

LÍVIA KAROLINNY GOMES DE QUEIROZ

**OS SONS DO “BREGA” NA SALA DE AULA: Músicas e a
construção de memórias sobre a Ditadura Militar no Brasil
(1964-1985)**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Ensino de História.

Mossoró-RN, 14 de janeiro de 2022.

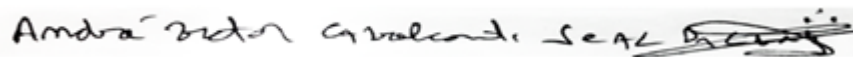
BANCA EXAMINADORA:



Prof^ª. Dr^ª. Isaíde Bandeira da Silva
Universidade Estadual do Ceará – UECE (Orientadora)
PROFHISTÓRIA-UERN



Prof. Dr. Edmilson Alves Maia Júnior (Examinador Externo)
Universidade Estadual do Ceará – UECE
PROFHISTÓRIA-UFC



Prof. Dr. André Victor Cavalcanti Seal da Cunha (Examinador Interno)
PROFHISTÓRIA-UERN

MOSSORÓ-RN
2022

AGRADECIMENTOS

Construir uma pesquisa em um contexto pandêmico foi um enorme desafio, mas foi também momento de encontro, alento e novas descobertas em meio ao turbilhão de emoções vividos em 2020 e 2021. Foi na escrita “solitária” tão enfatizada pelo professor André Seal na disciplina “Seminário de Pesquisa”, que me encontrei feliz e empolgada para produzir um trabalho relevante.

Em um cenário atípico, de aulas remotas, fisicamente distante do chão da Universidade, da sala de aula, do convívio com professores e colegas, que a pesquisa, a história, o “brega”, me trouxeram esperança de viver dias melhores.

Agradeço à minha família, em especial minha mãe e irmã, por torcerem por mim a cada desafio.

Aos alunos e alunas que fizeram parte da Oficina “Os sons do brega”, saibam que foi um prazer falar de História, ouvir e analisar músicas e construir conhecimento histórico com vocês.

À minha orientadora, minha referência, Profa. Dra. Isaíde Bandeira da Silva, por ter me acolhido e me orientado com tanto carinho, respeito e humanidade. Ao professor Dr. Edmilson Alves Maia Júnior, por ser um grande incentivador e um pesquisador referência.

À Nathalia Bezerra, muito obrigada pelo incentivo desde o momento da inscrição no ProfHistória, por acreditar em mim e me apoiar. Você está aqui, em várias linhas e entrelinhas, e muito do que refleti como pesquisadora, vem da troca inspiradora com pessoas como você.

À Gabi, que em uma fala certa, me fez perceber que eu teria que fazer uma pesquisa sobre o que realmente me faz feliz.

Aos amigos e amigas, pelas partilhas e momentos leves que me ajudaram muito nesse processo. Em especial à Natália de Lima, Gláubia Tavares, Maria Eduarda Costa, Guilherme Morais e Wandsson Nascimento.

Por fim, agradeço ao ProfHistória por me permitir vivenciar essas emoções, por me aproximar da Universidade e por ter sido tão relevante para a minha prática docente e social, a todo o corpo docente do ProfHistória-UERN pelas construções para a construção desse trabalho.

“Os artistas “cafonas” revelavam de uma maneira simples e clara – e para um grande público – aquilo que os ideólogos do regime procuravam dissimular ou esconder; ou seja, as desgraças do cotidiano e o caráter conflitivo, autoritário e excludente da sociedade brasileira.”

(ARAÚJO, 2003, p.334)

RESUMO

O objeto de nossa pesquisa insere-se na discussão e reflexão sobre as potencialidades das músicas “bregas” no processo de compreensão histórica sobre a Ditadura Militar no Brasil, partindo das motivações utilizadas para aplicar censura a algumas composições. A censura estava ligada a questões de costumes e valores, o que é obsceno, enfim, além de algo remetido à moral; e também havia um olhar crítico para ideias consideradas tendenciosas. Nossa problemática era perceber como as formas de “repressão” também estavam presentes através do preconceito, exclusão social, desemprego denunciadas no repertório “brega”. Tivemos como objetivo principal, perceber e utilizar a música “brega” como um instrumento metodológico para a construção do conhecimento histórico, contribuindo para a reformulação de uma visão crítica sobre o período. Entendemos, assim, que a música é um objeto de reflexões para analisar aspectos de nossa sociedade, sejam eles políticos, econômicos ou sociais. Como metodologia seguimos os seguintes passos: realização de percurso teórico, discutindo aspectos do negacionismo e revisionismo, análise de documentos oficiais da “Censura” e destacamos como momento crucial o processo em que utilizamos a estratégia de pesquisa-ação Tripp (2005), Thiollent (2011) e aula-oficina de Barca (1999;2006). Dialogamos, em especial, com os seguintes teóricos: Araújo (2003), Napolitano (2002;2019;2021), Rüsen (2001;2010), Pinsky (2021), Silva (2017;2021). A experiência em sala de aula, através da utilização de músicas “bregas” como recurso didático, contribuiu de forma significativa nos debates e no processo de elaboração de conceitos, significados e compreensão acerca dos fatos históricos. E o papel do historiador é justamente estimular nos estudantes a capacidade de pensar, debater e construir – através das músicas, fontes e bibliografia – uma consciência crítica e política. Por fim, esperamos contribuir com o trabalho aqui proposto na ampliação de conhecimentos sobre o período ditatorial, além de dar maior visibilidade e importância a temas pouco estudados, como é o caso da junção música “brega” e ensino de história. E a partir de metodologias ativas, incentivar o protagonismo discente, desenvolvendo autonomia dos estudantes no processo de construção do conhecimento histórico.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Censura; Música “Brega”; Ensino de História; Função social do historiador

RESUMEN

El objeto de nuestra investigación es parte de la discusión y reflexión sobre el potencial de la música brega en el proceso de comprensión histórica de la Dictadura Militar en Brasil, a partir de las motivaciones utilizadas para aplicar la censura a algunas composiciones. La censura estaba ligada a cuestiones de costumbres y valores, lo cual es obsceno, en suma, además de relegado a la moral; y también había una mirada crítica para las ideas consideradas tendenciosas. Nuestro problema era entender cómo las formas de “represión” también estaban presentes a través del prejuicio, la exclusión social, el paro denunciado en el repertorio “brega”. Nuestro principal objetivo fue comprender y utilizar la música brega como instrumento metodológico para la construcción del conocimiento histórico, contribuyendo a la reformulación de una mirada crítica de la época. Entendemos, por tanto, que la música es objeto de reflexión para analizar aspectos de nuestra sociedad, ya sean políticos, económicos o sociales. Como metodología, seguimos los siguientes pasos: recorrido teórico, discutiendo aspectos de negacionismo y revisionismo, análisis de documentos oficiales de la “Censura” y destacamos como momento crucial el proceso en el que utilizamos la estrategia de investigación-acción Tripp (2005), Thiollent (2011) y el “clase-taller” de Barça (1999; 2006). Dialogamos, en particular, con los siguientes teóricos: Araújo (2003), Napolitano (2002; 2019), Rüsen (2001; 2010), Pinsky (2021), Silva (2017; 2021). La experiencia en las clases, a través del uso de la música "brega" como recurso didáctico, contribuyó significativamente a los debates y al proceso de elaboración de conceptos, significados y comprensión de hechos históricos. Y el papel del historiador es precisamente estimular en los estudiantes la capacidad de pensar, debatir y construir - a través de la música, las fuentes y la bibliografía - una conciencia crítica y política. Finalmente, esperamos contribuir con el trabajo que aquí se propone en la expansión del conocimiento sobre el período dictatorial, además de dar mayor visibilidad e importancia a temas poco estudiados, como el caso de la combinación de música “brega” y enseñanza de la historia. Y desde metodologías activas, fomentar el protagonismo de los estudiantes, desarrollando la autonomía de los estudiantes en el proceso de construcción del conocimiento histórico.

Palabras clave: Dictadura militar; Censura; Música “Brega”; Enseñanza de la historia; Función social del historiador

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Gráfico sobre os números de visualizações de vídeos da empresa Brasil Paralelo.....	38
Figura 2 – Manifestante com faixa pedindo Intervenção Militar.....	39
Figura 3 – Interesse pela ‘busca’ da palavra negacionismo ao longo dos cinco anos.....	42
Figura 4 – Assuntos relacionados à busca pelo termo negacionismo.....	43
Figura 5 – Carta solicitando a liberação da música “Uma vida só” (Pare de tomar a pílula)	61
Figura 6 – Carta solicitando a liberação da música “Uma vida só” (Pare de tomar a pílula)	62
Figura 7 – Resposta do DCDP (Departamento de Censura e Diversões Públicas) à solicitação de Odair José.....	63
Figura 8 – Resposta do DCDP (Departamento de Censura e Diversões Públicas) à solicitação de Odair José.....	63
Figura 9 – Trecho de entrevista com a ex-censora Odette Lanziotte.....	64
Figura 10 – Parecer nº 1134/77 (DCDP) – 24/05/1977.....	70
Figura 11 – Parecer nº 1135/77 (DCDP) – 26/05/1977.....	71
Figura 12 – Requerimento para liberação da composição “Amigo Chico”	72
Figura 13 – Representação em quatro fases do ciclo básico da investigação-ação.....	83
Figura 14 – Cartaz de divulgação da Oficina.....	84
Figura 15 – Formulário de Inscrição do Google Forms produzido para a Oficina.....	85, 86
Figura 16 – Formulário de sondagem aplicado no 1º. Dia de Oficina.....	94, 95
Figura 17 – Gráfico de sondagem referente a 1ª pergunta do questionário	98
Figura 18 – Gráfico de sondagem referente a 2ª pergunta do questionário	99
Figura 19 – Gráfico de sondagem referente a 3ª. pergunta do questionário	101
Figura 20 – Gráfico de sondagem referente a 4ª pergunta do questionário	102
Figura 21 – Gráfico de sondagem referente a 5ª pergunta do questionário	104
Figura 22 – Gráfico de sondagem referente a 5ª pergunta do questionário	104
Figura 23 – Gráfico da atividade aplicada na aula 03.....	104
Figura 24 – Desenhos feitos pelos alunos representando a censura. 1º. Dia da Oficina.....	111
Figura 25 – Desenhos feitos pelos alunos representando a censura. 1º. Dia da	

Oficina.....	111
Figura 26 – Desenho feito por aluna representando a censura. 1º. Dia da Oficina.....	112
Figura 27 – Desenhos feitos pelos alunos representando a censura. 5º Dia da Oficina.....	113
Figura 28 – Desenhos feitos pelos alunos representando a censura. 5º Dia da Oficina.....	113
Figura 29 – Desenhos feitos pelos alunos representando a censura. 5º Dia da Oficina.....	114
Figura 30 – Desenhos feitos pelos alunos representando a censura. 5º Dia da Oficina.....	114
Figura 31 – Desenho representando a censura feito por aluna. 5º. Dia da Oficina.....	115
Figura 32 – Desenho feito pela aluna representando a censura. 5º. Dia da Oficina.....	115
Figura 33 – Desenho feito por uma aluna representando a censura. 5º. Dia da Oficina.....	116
Figura 34 – Desenhos feitos pelos alunos representando a censura. 5º. Dia da Oficina.....	117
Figura 35 – Desenhos feitos pelos alunos representando a censura. 5º. Dia da Oficina.....	117
Figura 36 – Desenhos feitos pelos alunos representando a censura. 5º. Dia de Oficina.....	118
Figura 37 – Desenhos feitos pelos alunos representando a censura. 5º. Dia de Oficina.....	118
Figura 38 – Desenho feito por uma aluna representando violência e morte. 1º. Dia da Oficina.....	119
Figura 39 – Desenhos feitos pelos alunos representando violência e morte. 1º. Dia da Oficina	119
Figura 40 – Desenhos feitos pelos alunos representando violência e morte. 1º. Dia da Oficina	119
Figura 41 – Desenho feito por aluno representando violência e morte. 1º Dia da Oficina	120
Figura 42 – Desenhos feitos pelos alunos representando violência e armas. 1º Dia da Oficina	121
Figura 43 – Desenhos feitos pelos alunos representando violência e armas. 1º Dia da Oficina	121
Figura 44 – Desenhos feitos pelos alunos representando violência e morte. 1º Dia da Oficina	122

Figura 45 – Desenhos feitos pelos alunos representando violência e morte. 1º Dia da Oficina	122
Figura 46 – Desenho feito por aluna representando violência e morte. 5º Dia da Oficina	122
Figura 47 – Desenhos feitos pelos alunos sobre violência e morte. 5º Dia da Oficina	123
Figura 48 – Desenhos feitos pelos alunos sobre violência e morte. 5º Dia da Oficina	123
Figura 49 – Desenhos feitos pelos alunos representando música. 1º Dia da Oficina	124
Figura 50 – Desenhos feitos pelos alunos representando música. 1º Dia da Oficina	124
Figura 51 – Desenho feito por aluno representando música. 1º Dia da Oficina.....	125
Figura 52 – Desenhos feitos pelos alunos representando música e cantores. 5º. Dia da Oficina	126
Figura 53 – Desenhos feitos pelos alunos representando música e cantores. 5º. Dia da Oficina	126
Figura 54 – Desenhos feitos pelos alunos representando música e cantor. 5º. Dia da Oficina	126
Figura 55 – Desenhos feitos pelos alunos representando música e cantor. 5º. Dia da Oficina	126
Figura 56 – Desenhos feitos pelos alunos representando música e cantores. 5º. Dia da Oficina	127
Figura 57 – Desenhos feitos pelos alunos representando música e cantores. 5º. Dia da Oficina	127
Figura 58 – Desenho feito por aluna representando música e cantores. 5º Dia da Oficina	128
Figura 59 – Desenhos feitos pelos alunos representando negacionismo e fake News. 1º Dia da Oficina.....	129
Figura 60 – Desenhos feitos pelos alunos representando negacionismo e fake News. 1º Dia da Oficina.....	129
Figura 61 – Desenhos feitos pelos alunos representando propaganda e ufanismo. 1º Dia da Oficina.....	130
Figura 62 – Desenhos feitos pelos alunos representando propaganda e ufanismo. 1º Dia da Oficina.....	130
Figura 63 – Desenho feito por aluno representando propaganda. 1º Dia da Oficina.....	131

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 DITADURA MILITAR EM DEBATE NA ATUALIDADE	20
1.1 Ditadura Ontem e Hoje: Revisitando o passado para entender o presente.....	20
1.1.1 Revisionismos e Negacionismos: os desafios da historiografia.....	26
1.2 Ditadura Militar, internet e redes sociais: a guerra de narrativas que reverbera na sala de aula.....	37
2 DITADURA MILITAR, CENSURA E MÚSICAS “BREGAS”	47
2.1 Música e História: uma conexão pertinente na prática do professor em sala de aula.....	47
2.2 Os sons da Ditadura: ouvindo as vozes do “brega”	52
2.2.1 As motivações da censura ao gênero “brega”	55
2.3 Fontes da censura e memórias musicais.....	56
2.3.1 ODAIR JOSÉ: o cantor da pílula.....	58
2.3.2 DOM E RAVEL: A censura oficial e “não oficial” na Ditadura Militar.....	65
2.3.3 LUIZ AYRÃO: “Esperando bem sentado aquele reino encantado” – “Treze anos eu te aturo, eu não aguento mais”	68
2.3.4 FERNANDO MENDES: “O que foi que fizeram com o meu pequeno amigo?”	75
2.3.5 WALDICK SORIANO: “Apareceste afinal, torturando este ser que te adora...”	76
3 OFICINA: “OS SONS DO BREGA”: reflexões sobre o uso da música em sala de aula.....	81
3.1 Os preparativos para a Oficina.....	81
3.2 Iniciando a Oficina: A sondagem.....	94
3.2.1 “O que vem à memória?”: Conhecimentos prévios sobre Ditadura, Censura e Música “Brega”	95
3.3 Desenvolvimento da Oficina.....	105
4 O PRODUTO DA OFICINA: Desenhos que falam	111
4.1 Censura.....	112
4.2 Violência: Tortura e morte.....	119

4.3 Música.....	125
4.4 Outros olhares: propaganda, ufanismo, negacionismo.....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS.....	137

INTRODUÇÃO

Abordar um tema sensível é um desafio para o pesquisador, e a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) é um tema que está carregado de informações, versões, ficções e polêmicas. Um período que faz parte da história recente do Brasil e que vem sendo alvo de tendências revisionistas e negacionistas desde a sua implementação em 1964 até a atualidade. Decorridos cinquenta e sete anos, este fato ainda gera muitos debates e disputas. A nossa intenção é revisitar esse passado através de canções “bregas” – utilizaremos o termo entre aspas, como um substantivo e não como um adjetivo - que foram censuradas naquela época e contrapor esse passado com as discussões que permeiam o tempo presente.

O nosso interesse por pesquisar a Ditadura Militar se deu nos tempos de graduação, ainda em 2010, quando trabalhamos na monografia de final de curso com a proposta de analisar as músicas censuradas na Ditadura que eram abordadas nos livros didáticos de História do Ensino Médio. Do início da pesquisa até aqui, são muitos novos debates, versões, documentos, propostas. Dessa forma, resolvemos continuar essa abordagem, agora com foco nas músicas “bregas” que foram censuradas naquele período e como estas podem nos ajudar a compreender a sociabilidade na Ditadura Militar.

As experiências e práticas em sala de aula nos inquietaram ao longo da caminhada enquanto professora de História, despertando curiosidade e intenção de continuar pesquisando, desenvolvendo possibilidades metodológicas, construindo o conhecimento histórico a partir do uso da música. Em 2020 tivemos a grata e feliz surpresa de ingressar no ProfHistória, o que nos possibilitou aproximar a nossa prática docente e a pesquisa, para desta forma, dar continuidade ao trabalho com música e ditadura.

Além das medidas autoritárias típicas de uma Ditadura, é importante ressaltar que o Ato Institucional nº 5 refletiu de forma muito negativa no campo da produção cultural, pois, além de prisões autoritárias de artistas e intelectuais, houve um aumento substancial da censura. O tema sobre censura cultural não

estava detalhado no Ato, mas gerou interferências e censuras imediatas, sendo fortalecido pelo Decreto-lei nº 1.077, de janeiro de 1970, que misturou a censura moral com a política, como vemos no Art. 1º: “Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.”

Consideramos que há, ainda, poucas pesquisas que se dedicam a estudar esse gênero musical denominado “brega”, e ainda, analisar a potencialidade dessas canções para uma abordagem sobre Ditadura Militar e ensino de história. Trabalhos como o de Araújo (2003) em sua obra “Eu não sou cachorro, não” são potentes, considero-o um marco na bibliografia musical, e nos serviram de inspiração para o desenvolvimento desta pesquisa. Bem como os documentos, aos quais tivemos acesso no site Censura Musical (www.censuramusical.com)¹, que foi um dos primeiros sites a disponibilizar o acesso aos documentos proibidos da censura oficial do Estado, além de entrevistas com compositores e cantores “bregas” que foram censurados pelo regime.

Quando falamos sobre Ditadura, música e censura, a tendência é que nomes como Chico Buarque, Caetano Veloso venham à tona como imagens consagradas de artistas que foram censurados pelo regime militar. Mas é preciso lembrar que alguns artistas do universo “brega” também foram censurados, e por questões que não tinham ligação com protesto político explícito. Salientamos que o nosso intuito não é negar a importância de movimentos como “Tropicália” ou minimizar a influência de Chico Buarque, mas vemos que é necessário falar sobre outras camadas da sociedade, outros gêneros musicais que foram censurados e são importantes para entendermos a sociabilidade do período ditatorial no Brasil.

No final dos anos 1970, uma nova tendência surge no Brasil, através de vários cantores com este novo estilo musical denominado brega e/ou cafona. Desde o começo da década de 1980, se utiliza o termo “brega” para designar a música de mau gosto, geralmente produzidas para as camadas populares; surgindo como uma forma pejorativa no que se refere às preferências musicais das classes menos favorecidas economicamente.

¹ Atualmente o site não está disponível, porém, os documentos com pareceres de vetos, bem como as cartas e solicitações de cantores e gravadoras pela liberação das composições, podem ser encontrados no Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

Como salientamos, o livro “Eu não sou cachorro, não!” foi de fundamental importância para o processo de reflexão nesta pesquisa, pois nele o autor Araújo (2003) revela que artistas “bregas” também foram perseguidos pela censura. Odair José, por exemplo, teve mais músicas proibidas do que Gilberto Gil e Caetano Veloso. E que a “música brega” fez parte do processo de resistência à Ditadura; não no campo político, mas no campo comportamental, ao tratar de assuntos tabus, como sexo, sexualidade, desigualdades sociais, etc.

Ademais, podemos refletir sobre o equívoco de avaliar essas produções como “alienadas”, “fracas” e “vazias”, afinal, esses artistas não estavam alheios a questões sociais daquela época e denunciavam as medidas autoritárias presentes no cotidiano dos trabalhadores rurais e questões trabalhistas, como foi o caso das empregadas domésticas.

A partir dessas questões surge a problemática norteadora deste trabalho, que é discutir e analisar como a música “brega” pode ajudar a compreender a sociabilidade na Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), partindo das motivações utilizadas para aplicar censura a essas produções e a utilização das mesmas na sala de aula, como fonte para a compreensão acerca da Ditadura Militar no Brasil. Desta forma, defendemos que a audição das músicas possibilitará um diálogo crítico e dinâmico entre presente e passado.

A canção “Pare de Tomar a Pílula” (1973), de Odair José, que foi censurada por ir contra valores cristãos e também por ter sido lançada quando no Brasil o governo fazia campanhas para ter um controle de natalidade entre as populações pobres, para os censores esta canção representava uma desobediência civil, além de uma referência explícita à sexualidade. Em entrevista ao site Censura Musical, o cantor Odair José diz que “A pílula foi proibida na Argentina. Todas as minhas canções que foram proibidas no Brasil foram proibidas lá. Então essa questão da censura é uma questão de cultura latina”. Podemos, assim, levantar problemas sobre as músicas no contexto da Ditadura através de documentos do referido site.

Outras canções abordadas e analisadas nesta pesquisa foram: O caminhante (1974) e Animais Irracionais (1974), de Dom e Ravel, que tratam sobre as desigualdades e especificamente sobre o trabalho no campo. A composição “Meu pequeno amigo” (1974), de Fernando Mendes, trata de um

tributo a Carlos Ramirez, sequestrado em Laranjeiras e nunca se teve notícias do paradeiro do menino. Esse caso ganhou destaque na mídia carioca e foi considerada perigosa pelo governo, pois, segundo as medidas estabelecidas para censura, a determina canção era uma referência aos desaparecidos políticos.

E também as composições “Meu caro amigo Chico” e “Treze anos” (1977), de Luiz Ayrão. A primeira foi composta em resposta a uma canção de Chico Buarque, que expressava tristeza pela situação do país e a segunda aborda uma situação de insatisfação: “Treze anos que eu te aturo e não aguento mais, não há cristo que suporte e eu não aguento mais.”. Em 1977 o golpe completava 13 anos, e a composição foi feita para protestar contra o sistema vigente.

De acordo com Napolitano (2002), as músicas podem ser um excelente caminho para pensar a complexidade da ditadura, devem ser vistas como componentes daquele contexto e algo relevante para uma reflexão crítica sobre o que foi a música naquele período, a própria ditadura e seus significados atuais. Considerados que as canções “bregas” têm muitas potencialidades para o processo de compreensão histórica.

É importante estabelecer uma relação entre história, vida prática e o processo de ensinar história, para isso, em nossa pesquisa utilizamos o método de uma Aula-Oficina com base nas ideias de Barca (2004), onde enxergamos o aluno como um agente de formação e protagonista do processo de ensino-aprendizagem.

Com base no conceito de representação trazido por Chartier (1990), salientamos que a música “brega” é uma importante fonte para analisar a Ditadura Militar. A história cultural é a forma como os indivíduos e a sociedade idealizam, imaginam e representam a realidade e de como esse entendimento orienta suas práticas sociais.

Nesse processo, portanto, utilizamos a metodologia de pesquisa-ação, dialogamos com os teóricos Tripp (2005) e Thiollent (2010), ressaltando que pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema, estão

envolvidos de modo cooperativo e participativo. Compreendemos esse processo de maneira crítica e reflexiva.

Nosso embasamento está também na matriz disciplinar de Rüsen (2001; 2006;2010) e em sua definição de aprendizagem histórica e consciência histórica. Para o autor, consciência histórica é o entendimento sobre o tempo, além de ser “uma categoria geral que não apenas tem relação com o aprendizado e o ensino de história, mas cobre todas as formas de pensamento histórico; através dela se experencia o passado e o interpreta como história.” (Rüsen, 2006, p.14).

Para compreender o sentido da história, nos valemos da interpretação de Rusen (2006), entendendo que a relação temporal entre passado e presente acontece numa relação dinâmica de representação e interpretação. Refletimos também sobre a elaboração do conceito de consciência histórica, que acontece a partir da interpretação do passado de modo a compreender o presente e orientar atitudes com perspectivas de futuro.

Destacamos a importância e necessidade de defesa da História, especialmente neste contexto tão difícil do início do século XXI, em que negacionismos e mentiras ganham dimensões muito maiores devido à possibilidade de divulgação de *fake news* (notícias falsas) através da internet e redes sociais. Essa é uma discussão importante para a prática do professor e, ao mesmo tempo, as polêmicas em redes sociais demandam a participação do historiador nesses debates e disputas. Que é um dos debates levantado por Silva (2020) e nos faz refletir sobre essa guerra de narrativas no tocante à Ditadura Militar no Brasil e a movimentos negacionistas que surgem na contemporaneidade. O diálogo com Meneses (2019) e Leal (2016) dão base ao debate sobre essas discussões no campo da internet e das redes sociais.

Existe uma intensa revisão sobre esse momento histórico e acreditamos que isto ocorra devido às contradições que o período ainda provoca e às muitas visões e interesses que existem sobre o mesmo. Existindo também uma tentativa de redefinir este passado tanto pelos que vivenciaram o momento, como também pelos que investigam e interpretam com base em documentos escritos e orais. Ressaltamos que existe uma necessidade problematização da construção de memórias sobre o período, no debate entre as temporalidades. Como afirma

Aarão (1997), é importante perceber que a memória da ditadura está em disputa, e que existem várias versões sobre o período.

Então, para sermos mais específicas, para desenvolver nossa pesquisa seguimos a metodologia de aula-oficina, de 10 horas distribuídas em 2 aulas semanais, realizadas em agosto de 2021 com 21 estudantes do Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do município Quixadá/Ceará, onde vivenciamos novas experiências e construímos novas visões acerca da ditadura no Brasil. Justificamos a escolha do nosso público-alvo partindo do pressuposto de que os mesmos já tiveram contato com a temática nos anos finais do Ensino Fundamental, especificamente no 9ºano.

Dessa forma, no primeiro capítulo apresentamos um debate sobre o processo da Ditadura Militar no Brasil e como essas questões vem sendo abordadas no cenário atual. Especificamente, como essas “guerras de narrativas” estão sendo tratadas em espaços digitais, bem como no espaço escolar.

Na sequência, no segundo capítulo, através de uma pesquisa documental – a qual tivemos acesso através do site censura musical - trazemos uma análise da censura a partir da música “brega” e de alguns documentos oficiais da censura, como os pareceres emitidos pelo departamento de censura e entrevistas realizadas com cantores e censores.

No terceiro capítulo, ressaltamos a música brega como recurso para compreender as disputas, versões e ficções acerca das memórias sobre a Ditadura Militar, através da oficina que foi ministrada para estudantes do Ensino Médio. Buscamos entender quais as ideias, opiniões e percepções desses estudantes acerca da ditadura e da censura e, a partir de metodologias ativas, incentivar o protagonismo discente, desenvolvendo autonomia dos estudantes no processo de construção do conhecimento histórico.

E no quarto capítulo apresentamos um produto que denominamos “Desenhos que falam” que foram produzidos pelos alunos participantes da aula-oficina que ministramos e abordam temáticas como: ditadura, censura, violência, morte, música, propaganda, negacionismo, fake news.

Desta forma, acreditamos produzir um material, onde seja possível discutir na escola questões ligadas à censura e à sociabilidade na ditadura, e

ainda ser de grande valia e contribuição no processo de desconstrução de mitos e estereótipos. E através do uso de canções “bregas”, buscamos conceitos dinâmicos capazes de relacionar presente e passado na análise de experiências concretas de ontem e hoje, dramas e projetos políticos.

1 DITADURA MILITAR EM DEBATE NA ATUALIDADE

Neste capítulo, apresentamos uma discussão sobre como a Ditadura Militar é vista no cenário atual, tentando vislumbrar como o debate sobre esse acontecimento histórico está presente em diversos cenários, como a internet e em narrativas negacionistas e revisionistas ideológicas.

1.1 Ditadura Ontem e Hoje: Revisitando o passado para entender o presente

O passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente.

(Régine Robin)

A Ditadura Militar iniciou-se oficialmente em 31 de março de 1964, através de um golpe de que depôs o então presidente João Goulart e teve seu marco final com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney, através do Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985. Durante o governo militar no Brasil (1964-1985), as eleições aconteciam de forma indireta, por meio do Colégio Eleitoral. Este era composto por representantes das Assembleias Legislativas de todo o país. Em 1985 aconteceu a disputa entre Paulo Maluf, do Partido Democrático Social (PDS/SP), que era apoiado pelo Regime Militar e Tancredo Neves do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Decorridos 57 anos, o movimento do golpe continua a ser visto como um momento cujo ciclo histórico ainda gera vários embates. A nossa intenção não é cobrir toda a história da época, mas revisita-la através de um outro olhar, à luz da produção historiográfica recente. Tendo como foco a censura imposta através do Ato Institucional nº5, decreto emitido durante o governo de Artur Costa e Silva, no dia 13 de dezembro, de 1968.

Porém, antes de nos atermos de forma direta à censura, é necessário percorrer um caminho historiográfico desde a implementação do golpe e especificamente do AI-5, buscando compreender como esse debate sobre Ditadura Militar ocorre hoje.

O AI-5 deu início ao período mais repressivo da ditadura, onde o Presidente tinha plenos poderes para fechar o congresso, cassar mandatos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar funcionários públicos, “crimes políticos” tiveram o direito de habeas corpus suspenso, entre outras medidas repressivas e arbitrárias.

No Brasil, pelo menos no campo cultural, e em particular na música, podemos dividir a ditadura em dois momentos: antes e depois do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968. O AI-5 outorgava poderes ilimitados ao poder executivo e causa uma intensificação no processo de repressão política e censura. Sufocando um movimento que estava crescendo naquele cenário.

Antes da promulgação deste Ato, havia uma atenção voltada aos políticos, canais de televisão e na tentativa de interromper o contato entre o movimento cultural e as classes populares. O AI-5 é o que muitos vão chamar de um “golpe dentro do golpe”, fazendo com que a repressão se tornasse mais ampla e direta.

Napolitano (2019) esclarece pontos importantes sobre as reações da vida cultural diante das imposições do AI-5. Essa relação de crescimento do prestígio do campo artístico-cultural tem a ver com o contexto de crescimento econômico, fazendo com que esses bens culturais passassem a ser consumidos em escala “industrial”. Gerando o paradoxo entre a perseguição implementada pelo regime e o estímulo ao crescimento das produções culturais.

No começo dos anos 1970, o campo artístico-cultural protagonizado pela esquerda viveu um momento paradoxal. Por um lado, estava cerceado pela censura rigorosa às artes, sofrendo com a repressão direta a artistas engajados. Por outro, passava por um momento criativo e prestigiado socialmente, estimulado pelo crescimento do mercado e pelo papel político que assumiu como lugar de resistência e da afirmação de valores antiautoritários. Os meios de comunicação e a indústria da cultura como um todo conheciam uma época de expansão sem precedentes. (NAPOLITANO, 2019, p.173)

Além dessas medidas autoritárias, é importante ressaltar que o AI-5 refletiu de forma muito negativa no campo da produção cultural, além de prisões arbitrárias de artistas e intelectuais, houve um aumento substancial da censura. O tema sobre censura cultural não estava detalhado no Ato, mas gerou interferências e censuras imediatas, sendo fortalecido pelo decreto-lei 1.077, de janeiro de 1970, que misturou a censura moral com a política, como vemos no

Art. 1º “Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.”

Por um lado, vemos a repressão gerar uma série de violências e interdições no campo artístico, por outro, vemos movimentos de resistência e invenção a partir das canções produzidas naquele contexto.

Starling (2020) ressalta que:

O AI-5 era uma ferramenta de intimidação pelo medo, não tinha prazo de vigência e seria empregado diuturnamente pela ditadura contra a oposição e a mera discordância. Fazia parte de um conjunto de instrumentos e normas discricionárias que foram adaptadas ou criadas pelos militares durante os anos de exercício do poder: Atos Institucionais, Atos Complementares, Decretos-Leis, Decretos Secretos, Leis Especiais ajustadas para reprimir crimes contra a segurança nacional. (STARLING, 2020, p. 2)

A ditadura alcança o seu ponto máximo, onde o direito de ir e vir, de falar, de discordar, são postos como um perigo à ordem, moral e desenvolvimento da nação. Onde os militares passam a ser detentores de todos os poderes e ordens que regem a sociedade. E essas disposições do AI-5 reverberam na produção musical daquela época.

Em nosso entendimento, a História é um processo dinâmico, permanente, contraditório; que fala sobre continuidade, rupturas, avanços e transformações. Nesse sentido,

[...] O entendimento das razões que levaram ao golpe e à longa duração do regime militar é uma tarefa incompleta. A história pode ser revista e reexaminada quando surgem novos dados e novas fontes, quando a parece novas teorias ou interpretações, ou quando o interesse por um tema é despertado em função de demandas conjunturais. Devemos estar sempre equipados para pensar e repensar a nossa história e, por meio dela nosso destino (D'ARAÚJO; SOARES, CASTRO, 2014, p.2)

E é através da revisitação desse passado que também buscamos entender os aspectos e condições que norteavam as produções “bregas” e a censura implementada a esse gênero tão popular da época, a fim de compreender quais foram os incômodos causados por essas canções; compreendendo também, que estas são fontes e memórias importantes para analisarmos a sociabilidade na época da ditadura. Trataremos sobre mais detalhes do debate sobre música “brega” no nosso próximo capítulo.

Nos dias atuais muitos são os pesquisadores que têm como objetivo discutir a questão da Ditadura Militar no Brasil; refletindo este acontecimento que

marcou – e ainda marca - profundamente a história do povo brasileiro. Percebe-se que esse debate está sendo retomado cada vez mais; desde o que diz respeito a movimentos estudantis, anistia, a promulgação do AI-5, a repressão, resistência, exílio, enfim, o debate sobre o tema vem se mostrando cada vez mais vivo com o decorrer dos anos.

Mas o AI-5 não ficou completamente no passado, há quem faça apologia ou “ameaça” para o seu retorno. Nos referimos aqui a uma entrevista concedida por Eduardo Bolsonaro à jornalista Leda Nagle, em Dezembro de 2019, onde o mesmo diz que se “a esquerda radicalizar a esse ponto, a gente vai precisar ter uma resposta, e uma resposta ela pode ser via um novo AI-5 (...) alguma resposta vai ser que ser dada”. (BOLSONARO, 2019), ao se referir à onda de protestos na América Latina, especificamente no Chile.

No que diz respeito à produção historiográfica referente ao período ditatorial, esta vem aumentando e ganhando forças através de novas abordagens, discussões, ‘descobertas’ e leituras. Pensamos que esse interesse de retratar as memórias da ditadura deva-se ao acesso a determinados documentos que antes eram difíceis de serem analisados.

Por exemplo, no site censura musical², um dos primeiros a disponibilizar o acesso aos documentos oficiais sobre os mecanismos e pareceres utilizados pelos Departamento de Censura. É possível encontrar documentos de vetos, cartas escritas pelos compositores, letras de canções que foram censuradas, entrevistas com produtores, cantores, compositores e censores da época.

Outro ambiente digital importante é o projeto “Brasil: nunca mais” digital, desenvolvido a partir de 2011, sob a coordenação do Armazém Memória, Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Ministério Público Federal. A ideia é preservar e dar publicidade ao acervo do projeto “Brasil: nunca mais”, que mapeou aspectos da repressão política durante o processo de Ditadura Militar no Brasil, a partir de processos contra presos políticos existentes no Superior Tribunal Militar. Através da digitalização desses documentos, a ideia visa disponibiliza-los na internet, buscando tornar público o acesso a esses recursos

² O site censura musical está fora do ar no momento, cito-o aqui, pois foi lá que tive acesso a vários documentos da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) com os pareceres de músicas que foram censuradas, bem como entrevistas com cantores da música brega, censores da época, cartas de telespectadores dos programas de TV, etc.

documentais, para estejam ao alcance de todos os cidadãos, afirmando assim, o direito à informação, história e memória.

O bnmdigital, na mensagem inicial do site, traz as informações detalhadas do projeto, ressaltando que este foi uma iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas da Arquidiocese de São Paulo, que durante a ditadura, trabalharam sobre 850 mil páginas de processos do Superior Tribunal Militar, de forma sigilosa durante 5 anos. O projeto é fruto de uma parceria entre instituições públicas e organizações não-governamentais muito relevante para o acesso aos processos judiciais por crimes políticos. A priori, o contato e análise desses documentos geraram relatórios, um livro e agora o bnmdigital.

Destacamos também o site Memórias da Ditadura, um dos maiores acervos online sobre a história da ditadura no Brasil. Trata-se de uma campanha desempenhada pelo governo federal, em 2014, através da Secretaria dos Direitos Humanos; com um amplo acervo de informações, imagens e documentários sobre a Ditadura Militar. O texto dedicado aos educadores diz o seguinte:

Em 2014, completaram-se 50 anos do golpe civil-militar que instituiu um regime ditatorial no país. Esse período tem sido rememorado em diversos filmes, livros, documentários e atos para contestar as arbitrariedades da ditadura. (...) Apesar de haver muitas iniciativas para recuperar a memória daquele período, o Brasil ainda desconhece muito dessa história. As novas gerações sabem pouco e muitas vezes de forma parcial sobre um período tão intenso e que deixou tantas marcas na vida de muitos brasileiros. (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2014)

Vale ressaltar também as “disputas” que existem em torno das memórias sobre a ditadura, já dizia Robin (2016): “o passado não é livre [...] Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente.” Escrever e falar sobre esse passado é algo que nos remete a essas disputas de narrativas e memórias.

Também podemos citar o site Documentos Revelados³, criado em 2010 como resultado de pesquisas de anos, realizadas pelo jornalista Aluizio Ferreira

³ O portal é resultado da pesquisa de anos, realizados pelo jornalista Aluizio Ferreira Palmar. A página conta com informações permanentes e atualizadas constantemente. É possível encontrar nesse espaço virtual, arquivos das delegacias da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, no Arquivo Nacional e no Arquivo do Superior Tribunal Militar. O site conta com 90 mil documentos e mais de 2,5 milhões de visualizações. Disponível em: <<https://documentosrevelados.com.br>>

Palmar, o espaço virtual conta com exposição permanente de documentos dos arquivos da ditadura, coletados em anos de pesquisas realizadas pelo jornalista Aluízio Ferreira Palmar.

Aluízio Palmar nasceu em 24 de maio de 1943 e fez parte da militância revolucionária na Ditadura Militar, foi preso e banido do país, passou oito anos entre o exílio e a clandestinidade, e após a Anistia, deu início à carreira de jornalista. Nesse “arquivo online” constam mandados de prisão, ofícios recebidos e expedidos, dossiês e relatórios. No espaço de apresentação do site, Palmar traz uma discussão muito importante:

Reconheço que esta busca é tardia, pois no Brasil, ao contrário de outros países, os arquivos da repressão, além de não serem totalmente acessíveis, foram abertos fora do tempo apropriado. A nossa Lei da Anistia, além de ter permitido a devolução dos direitos civis e políticos aos perseguidos pela ditadura, beneficiou os torturadores e serviu também ao propósito do esquecimento do passado. O resultado desta dubiedade é o fato de que enquanto as vítimas precisam remexer nos arquivos para que suas histórias sejam reconstruídas, os algozes e seus cúmplices fazem de tudo para que o passado permaneça intacto e possam, assim, terminar em paz os seus dias. Estão normalmente dispostos a pagar a intocabilidade do passado, com o seu próprio esquecimento pela História. (DOCUMENTOS REVELADOS, 2012)

Destacamos o projeto Histórias da Ditadura, edição geral do historiador Paulo Cesar Gomes. O site é um espaço virtual que disponibiliza diferentes fontes e pesquisas aos interessados pela história recente do Brasil. Um ambiente muito interessante, com reportagens atuais, produção de vídeos, reportagens, debates, pesquisas, comentários de filmes, livros, canções sobre o a Ditadura de 1964.

A ideia do site estende-se ao Instagram, onde são divulgadas as notícias, artigos, dicas de filmes e documentários, etc. sobre o período da ditadura no Brasil. Na bio a mensagem: “O site História da Ditadura é um projeto dedicado a pensar as ditaduras e os legados autoritários na história recente do Brasil e do mundo”. A página conta com quase 32 mil seguidores. Acreditamos ser de grande importância inserir discussões como essa em ambientes virtuais, ampliando o debate para além da academia, e também por ser um recurso muito utilizado por nossos estudantes.

É importante que esses documentos dos arquivos da ditadura devem ser vistos, analisados e debatidos também em sala de aula. Essas fontes trazem

fatos, histórias, informações importantes também na construção da história no presente.

1.1.1 Revisionismos e Negacionismos: os desafios da historiografia

Há duas correntes de interpretação que disputam com as práticas historiográficas amparadas pela ideia de perspectiva crítica; uma delas é o revisionismo. Importante destacar aqui algumas diferenças cruciais no que diz respeito ao revisionismo e ao negacionismo.

Sobre o revisionismo, este surge a partir de determinados debates historiográficos; um deles diz respeito a revisões elaboradas por intelectuais anticomunistas estadunidenses sobre a revolução bolchevique, no contexto da Guerra Fria. Podemos citar um outro debate onde esse termo veio à tona, no final dos anos 1980, com relação ao nazismo e ao holocausto. Em relação ao caso brasileiro, fala-se muito sobre revisionismo e algumas interpretações a respeito da responsabilidade das esquerdas no golpe de 1964. São teses polêmicas, porém são discussões que ocorreram no âmbito da historiografia, debate realizado com determinados critérios e controles.⁴

Importante frisar que há uma parte do revisionismo que se choca com o conceito de verdade histórica, estes agem a partir da coleta de fontes, sem a análise crítica devida, apresentando visões que mais lhes convém para defender outras ‘versões’ e até criar ‘ficções’ da história.

Assim como surgem pesquisas que abordam assuntos sobre músicas e canções, participação das mulheres, guerrilhas etc., surgem também ondas negacionistas que se pautam em informações rasas, incompletas e na prática de uma história abusiva e reacionária. Entender de onde surgiram esses ideais e em que se baseiam não é tarefa fácil, porém, é um exercício necessário.

A esse respeito, Meneses (2019) salienta que:

É preciso que se destaque que os protocolos de verdade e sua verificação são atingidos pela avassaladora velocidade sob as quais estes conteúdos são apresentados no cotidiano. Assim, antes mesmo

⁴ Dialogamos com uma produção de podcast do grupo HuMANAs em rede, especificamente com o episódio 3: “Negacionismo e Pós-verdade: impactos sociais e enfrentamento” disponibilizado no 11 de junho de 2020. Nesse episódio, as historiadoras Ana Carolina Barbosa (UFBA), Sônia Meneses (URCA) e Caroline Silveira Bauer (UFRGS) dialogam “sobre “negacionismo” e “pós-verdade” na conjuntura brasileira atual.” É possível ter acesso a esses podcasts no Spotify e no Anchor, e também no site <https://www.humanasrede.com/podcast>

de elaborarmos instrumentais para sua desconstrução, outros aspectos se sobrepõem à essa produção, tornando o trabalho de investigação desses conteúdos uma operação de caça quase de elementos estéreos. Nesse sentido, compreender as apropriações do passado como fenômeno contemporâneo ligado às mídias contemporâneas nos leva a considerar que esses espaços transformaram significativamente as maneiras de tratamento da história e seus usos políticos. (MENESES, 2019, p. 7)

A narrativa histórica sobre a Ditadura acaba sendo confrontada e atingida pelos problemas do tempo presente. Vivemos um período em que a divulgação do conhecimento acontece de forma extremamente rápida e nem sempre essas narrativas são progressistas. Esses discursos e narrativas reacionárias e desonestas da história podem ser vistas, por exemplo, em diversas falas do presidente Bolsonaro.

No dia 26 de julho de 2021, no Palácio da Alvorada, em conversa com apoiadores, Bolsonaro disse que não é justo punir quem pede a volta do AI-5. Dizendo defender a democracia e o direito de expressão, o presidente relativiza, normaliza e até faz apologia à ditadura. O mesmo que em 2018, quando ainda era candidato à presidência, em entrevista a William Bonner no Jornal Nacional, afirmou que em 1964 aconteceu uma revolução e bradou: “deixem os historiadores pra lá!”. Não queremos aqui sustentar que esses pensamentos e narrativas surgiram a partir de Bolsonaro, afinal essas narrativas estão presentes no Brasil há muito mais tempo. Nossa intenção ao utilizar esses exemplos é mostrar de que forma essas narrativas estão sendo mais propaladas no tempo presente.

O fato é que através de discursos negacionistas, *fake news*⁵, apologia às armas, *slogan* e brado nacionalista “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, Bolsonaro fortalece a ideia e movimento de pró-ditadura, enaltece torturadores, zomba dos torturados e propaga ódio e extremismo em seus discursos. Esses discursos não estão à margem da sociedade e, ainda que se trate de uma minoria, essas narrativas infelizmente representam o pensamento de muitas pessoas na sociedade brasileira.

Revisionismo e Negacionismo são duas correntes de interpretação que disputam com as práticas historiográficas e amparam-se na ideia de uma

⁵ Frisamos que o conceito de “*fake news*” já era conhecido desde o final do século XIX. A popularização desse tema no Brasil e no mundo tem ligação direta com as transformações ocasionadas pelo processo de globalização, como é o caso da internet.

perspectiva crítica e nova da história. Precisamos pontuar algumas diferenças cruciais entre revisionismo e negacionismo.

Infelizmente, há muito achismo no mercado editorial destinado à história para além dos muros acadêmicos. Em termos conceituais, é dever do historiador fazer revisionismo histórico; olhar para trás, a partir de novas fontes a que tenha acesso, e colocar o seu objeto de estudo em perspectiva, criando uma relação de diálogo com estudiosas do tema, sejam do presente sejam do passado. Se há uma verdade histórica, ela está sempre em revisão, através de novas descobertas documentais ou de reinterpretação e ressignificação dos eventos postos.

Porém, não se pode negar fatos! Há uma parte do revisionismo histórico que choca diretamente com o conceito de verdade histórica. Há pessoas que negam, por exemplo, que houve o holocausto e ditaduras militares na América do Sul a partir dos anos 1960. Esse tipo de revisionismo tem um tom polêmico, é saturado de teorias da conspiração e possui uma alta carga de teor ideológico. Baseia-se no fato de que a história seria uma ciência opinativa, que dependeria apenas de quem a faz. Ou seja, algo só é verdade histórica para um determinado sujeito. Esse tipo de estratégia nos revela uma distorção do conhecimento do passado e é totalmente anticientífica.

A esse respeito, Napolitano (2021) ressalta que:

Esse tipo de estratégia de argumentação nos revela uma dupla distorção no conhecimento do passado, quase sempre mobilizada como parte das lutas políticas do presente. Esse aspecto é inevitável, e faz parte das interações complexas entre memória, identidades sociopolíticas e conhecimento histórico. (NAPOLITANO, 2021, p.86)

Outra parte do revisionismo que se choca com o conceito de verdade histórica, estes agem a partir da coleta de fontes majoritariamente não confiáveis, sem a análise crítica devida, apresentando visões que mais lhes convêm para defender outras “versões” e até criar “ficções” da história. Marcos Napolitano (2021) chama isso de *revisionismo ideológico*, no qual se utilizam de “distorção e apropriação seletiva dos fatos igualmente comprovados, sem a devida complementação de informações, para reforçar a tese negacionista.” (NAPOLITANO, 2021, p. 86 e 87)

No que diz respeito ao negacionismo, precisamos entender que negar o passado é uma coisa antiga no mundo, pois já ocorreu, por exemplo, no contexto

do holocausto, em que os nazistas, durante o Terceiro Reich, começam a negar as suas políticas de extermínio e outros crimes cometidos. Para os nazistas, negar e silenciar era parte de um projeto de esconder os crimes. Eles acreditavam que o projeto de extermínio era algo importante, porém, na visão deles, os alemães ainda não estavam preparados para entender essa questão. Trata-se de construções que, com os objetivos do convencimento e da persuasão, utilizam-se de diferentes estratégias, como generalizações, omissões, mentiras.

Sobre a onda negacionista brasileira atual (emergida no início dos anos 1920), podemos citar os embates travados sobre fatos da Ditadura Militar no Brasil. Esse debate se faz presente quando observamos que parte da população brasileira, ainda que minoritária, considera preferível uma ditadura, pois compartilham da ideia de que houve uma revolução, ou que aqui existiu uma “ditabranda”, que em 1964 não havia violência etc.

Fica cada vez mais evidente que precisamos retomar essas obviedades e “mitos”. O termo “ditabranda”, por exemplo, foi utilizado em 17 de fevereiro de 2009 pelo jornal Folha de S. Paulo, em editorial cujo objetivo era criticar o presidente Hugo Chávez e sua recente vitória política obtida através de um plebiscito que lhe dava a possibilidade de concorrer mais uma vez às disputas presidenciais em 2012. O texto faz um contraponto com regimes vigentes nas décadas de 1960 e 1970 na América Latina e afirma que a situação da Venezuela era muito pior. Segue o trecho ao qual nos referimos:

Outra diferença em relação ao referendo de 2007 é que Chávez, agora vitorioso, não está disposto a rerepresentar a consulta popular. Agiria desse modo apenas em caso de nova derrota. Tamanha margem de arbítrio para manipular as regras do jogo é típica de regimes autoritários compelidos a satisfazer o público doméstico, e o externo, com certo nível de competição eleitoral. Mas, se as chamadas “ditabrandas” -caso do Brasil entre 1964 e 1985- partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíaam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça-, o novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por Alberto Fujimori no Peru, faz o caminho inverso. O líder eleito mina as instituições e os controles democráticos por dentro, paulatinamente. (FOLHA DE S.PAULO, 2009)

O termo “ditabranda” constante na reportagem é utilizado geralmente quando se compara a ditadura no Brasil e a ditadura na Argentina, levando em consideração a quantidade de mortes. Essa relativização do caráter violento da

Ditadura Militar brasileira ainda tem muita força em contraposição à ênfase da natureza mais agressiva da Ditadura Militar argentina.

Acreditamos que, para além do esforço de tentar desconstruir esses mitos todos da “ditabranda”, devemos explicar porque no Brasil nós não temos uma política de memória efetiva; devemos evidenciar que a violência não está apenas no número de mortos e desaparecidos, mas sim na falta de uma reflexão social “pra quem a ditadura foi traumática”, na percepção de uma violência cotidiana e seletiva contra uma minoria que persiste até hoje.

É preciso saber lidar com esses temas; não somente os estudantes, mas os próprios professores de história precisam conhecer sobre essas questões e resistir a elas. Mas não adentraremos na questão que diz respeito à formação docente. O que queremos é enfatizar a importância da discussão sobre essas questões tão presentes em nossa sociedade.

Silva (2020) salienta que:

A verdade historiográfica em torno do apoio da sociedade civil ao Golpe e à Ditadura, em meio a este contexto crescente de guerras de memória e recrudescimento de negacionismo e revisionismo? Este novo contexto deveria ser capaz de reorientar as perguntas e, mais ainda, as respostas oferecidas pela historiografia acadêmica? Eis o dilema ético-político que atravessa toda a minha análise, eis o ponto de interrogação ancorado na experiência da crise. (SILVA, 2020, p.58)

Esse debate nos faz refletir sobre essa guerra de narrativas sobre a Ditadura Militar no Brasil e movimentos negacionistas que surgem na contemporaneidade. “[...] Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...]”. A fala do então Deputado Jair Messias Bolsonaro traz à tona um passado bastante conflituoso e que diz respeito a essa “guerra de memória” abordada por Daniel Pinha Silva (2020).

Ainda sobre a questão do negacionismo, é necessário destacar que muitos desses discursos tinham presença nas páginas dos jornais e nas redes sociais desde os anos 1990, porém, sua projeção na cena pública ganhou um novo patamar nos últimos anos. Em 2016, o historiador Fernando Perlatto e o cientista político Jorge Chaloub fazem uma reflexão pertinente em torno de algumas hipóteses que nos ajudam a compreender o destaque que os discursos da “nova direita” têm ganhado na cena pública brasileira.

Dentre as hipóteses levantadas, destacamos as transformações na indústria cultural e a popularização da internet e das redes sociais. Usuários de Facebook, Twitter, Instagram, passam a marcar presença no debate público. Dialogamos com Lucchesi (2014, p. 31) quando ela diz que “as novas tecnologias trazem novas dinâmicas e relações subjetivas que precisam ser investigadas, que sugerem novas práticas, possibilidades e responsabilidades”. Acreditamos que esses espaços podem e devem ser preenchidos por nós professores.

Essa “guerra de narrativas” está presente em diversos campos e cenários, inclusive nas salas de aulas, afinal esses cyberspaços fazem parte do universo dos estudantes.

Voluntária ou involuntariamente o tempo presente tem sempre algo a dizer a historiadores, pesquisadores das humanidades, professores de história ou a qualquer estudioso que inclua a história como tema de reflexão. Isto porque, ao enunciar um discurso histórico – seja em forma de pesquisas ou aulas de história academicamente mediadas ou ainda em memórias, exposições em museus, livros ficcionais, produção audiovisual, conteúdo disponível na internet, entre outros meios de circulação da história – aquele que enuncia se dirige, inevitavelmente, a interlocutores de sua própria época. (SILVA, 2017, p. 101)

Nossos alunos são interlocutores da história atual e, em meio a esse “caldeirão” de informações, a sala de aula e o ensino de história tornam-se possíveis meios de abordagem dessas narrativas.

Não foram poucas as vezes em que essas temáticas revisionistas e negacionistas estiveram e estão em pauta em nosso cotidiano em sala de aula. Essas ideias parecem ganhar fôlego maior, em especial, na disputa da memória coletiva de fatos e acontecimentos, deixando de lado a importância histórica de determinados atores e de suas memórias individuais e coletivas, que é o caso da história sobre a Ditadura Militar no Brasil.

Esse tipo de postura que tenta desqualificar a ciência, historiadores e professores se faz presente quando, munidos de discursos vazios e desonestos, “pseudopesquisadores” fazem propostas de revisionismos sem base teórica e empírica, ignorando a relevância do conhecimento histórico para a humanidade.

No que diz respeito ao negacionismo, precisamos entender que não se trata apenas de negar um determinado acontecimento ou realidade. Se trata de

construções que têm como objetivo o convencimento e persuasão, onde se utiliza diferentes estratégias, como generalizações e omissões.

O negacionismo é anticientífico, através dele há uma propagação e defesa de ideais vagas, polêmicas e reacionárias; sendo utilizado também para rechaçar acontecimentos do passado, como o holocausto e a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Importante falar sobre os impactos negativos que essas correções causam na sociedade, incentivando uma naturalização da censura, violências, prisões arbitrárias, etc.

Mais uma vez, deixamos claro que o negacionismo no Brasil não surge a partir da figura do atual presidente Jair Messias Bolsonaro, porém é importante ressaltar que ele é um símbolo atual de toda falta de consciência histórica, negação de fatos, notícias falsas presentes em nossa sociedade. Podemos citar os embates travados por Bolsonaro no que diz respeito à Ditadura Militar, ao seu explícito saudosismo com este período e forma como enaltece torturadores em seus discursos. Esse debate se faz presente quando observamos que parte da população brasileira, ainda que minoritária, considera preferível um regime militar a um sistema democrático, pois compartilham das ideias de que a ditadura não aconteceu, outros acreditam numa “ditabranda”, ou até propagam que houve uma revolução para conter o avanço comunista.

A verdade historiográfica em torno do apoio da sociedade civil ao Golpe e à Ditadura, em meio a este contexto crescente de guerras de memória e recrudescimento de negacionismo e revisionismo? Este novo contexto deveria ser capaz de reorientar as perguntas e, mais ainda, as respostas oferecidas pela historiografia acadêmica? Eis o dilema ético-político que atravessa toda a minha análise, eis o ponto de interrogação ancorado na experiência da crise. (Silva, 2020, p.58)

O debate levantado por Silva (2020) nos faz refletir sobre essa guerra de narrativas no tocante a Ditadura Militar no Brasil e a movimentos negacionistas que surgem na contemporaneidade. “[...] Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...]” (Bolsonaro, 2016) A fala do então Deputado Jair Messias Bolsonaro traz à tona um passado bastante conflituoso e que diz respeito a essa “guerra de memória” abordada por Daniel Pinha Silva.

Em 2018, Jair Messias Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil, tendo como pautas de seus discursos acabar com a corrupção, além do discurso

reacionário, onde o mesmo afirma que não houve supressão de direitos fundamentais nos 21 anos de Ditadura Militar no Brasil, e sim, o que houve foi um mal necessário no combate à instauração do comunismo, uma forma de fortalecer a democracia no Brasil.

Através de discursos negacionistas, *fake news*⁶, apologia às armas, slogan e brado nacionalista “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, Bolsonaro fortalece a ideia e movimento de pró-ditadura, enaltece torturadores, zomba dos torturados e propaga ódio e extremismo em seus discursos.

Em sua trajetória política, Bolsonaro perpetuou discursos de ódio, de apologia e defesa do golpe de 1964, e especificamente, a partir do início de seu mandato em 2018 enquanto presidente da República, trouxe à cena pública várias questões e debates sobre o período de ditadura no Brasil.

No que se refere especificamente ao 31 de março de 1964, destacamos a ordem do dia vinculada no site do Ministério da Defesa; essa ordem em comemoração ao golpe de 1964 saiu do calendário oficial de comemorações das Forças Armadas apenas em 2011, no governo da ex-presidenta Dilma Rousseff. Até então, na ordem do dia nos quartéis do país, comandantes costumavam fazer discursos exaltando o que chamam de “revolução”. É fato que essas comemorações – ainda que discretas – nunca deixaram de acontecer nos quartéis, através de eventos fechados com palestras em defesa e celebração ao golpe.

Essa realidade muda a partir da eleição de Jair Bolsonaro, que defende a ideia de se fazer “comemorações devidas” ao 31 de março de 1964. Em 2019, o primeiro ano do governo Bolsonaro, a ordem do dia volta a ser utilizada de forma escancarada.

Na ordem divulgada em 2019 há uma contextualização sobre a história do Brasil, desde os processos de “independência”, as transformações do início do século XX, as guerras mundiais e o surgimento de regimes totalitários, “como faces de uma mesma moeda, tanto o comunismo quanto o nazifascismo

⁶ O termo tornou-se popular no mundo para denominar a divulgação de notícias falsas, principalmente nas redes sociais. Passou a ser bastante utilizado em 2016 nos Estados Unidos, no processo eleitoral onde Donald Trump sagrou-se vencedor na disputa. O mesmo foi responsável por muitas divulgações falsas. O mesmo aconteceu no Brasil no processo eleitoral de 2018, que elegeu Jair Messias Bolsonaro presidente do Brasil. Campanha que ocorreu com base no investimento pesado de notícias falsas, vinculadas na internet e redes sociais.

passaram a constituir as principais ameaças à liberdade e à democracia.” A ideia de conter o avanço comunista e proteger o Brasil, estão presentes em alguns trechos:

O 31 de março de 1964 estava inserido no ambiente da Guerra Fria, que se refletia pelo mundo e penetrava no País. As famílias no Brasil estavam alarmadas e colocaram-se em marcha. Diante de um cenário de graves convulsões, foi interrompida a escalada em direção ao totalitarismo. As Forças Armadas, atendendo ao clamor da ampla maioria da população e da imprensa brasileira, assumiram o papel de estabilização daquele processo. (ORDEM DO DIA, GOVERNO FEDERAL, 2019)

As ordens divulgadas em 2019, 2020 e 2021 seguem a mesma linha de raciocínio, com narrativas que sugerem uma urgência de que as Forças Armadas atuassem em defesa da democracia, na tentativa de conter pensamentos totalitários que se aproximavam do Brasil. Ou seja, os militares agiram para salvar a nação.

Ainda sobre a posição e narrativa defendida pelo presidente do Brasil, no dia 17 de março de 2021, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), a pedido da Advocacia Geral da União (AGU), aprovou recurso que defende o direito de o governo fazer comemorações ou atividades em alusão ao golpe de 1964:

Por quatro votos a um, os desembargadores da Terceira Turma cassaram a liminar que havia determinado a retirada de uma nota publicada no site do Ministério da Defesa comemorando a data e vetado qualquer iniciativa semelhante "em rádio, televisão, internet ou qualquer meio de comunicação escrita e/ou falada". A decisão em primeira instância havia sido tomada em abril do ano passado, mas o governo federal recorreu e, nesta quarta-feira, o colegiado acolheu os argumentos da Advocacia-Geral da União (AGU). Segundo o relator do caso, desembargador federal Rogério Fialho Moreira, "a Ordem do Dia (a nota), na forma como formulada, não ofende os postulados do Estado Democrático de Direito nem os valores constitucionais da separação dos Poderes ou da liberdade, de modo a ensejar a interferência do Judiciário em sede de ação popular". (JORNAL O GLOBO, 2021)

Essa decisão tem relação com a ordem do dia – uma mensagem comemorativa das Forças Armadas que é lida nos quartéis – publicado pelo Ministério da Defesa no dia 31 de março de 2020, dia do golpe militar de 1964. No texto, o ministro Fernando Azevedo e Silva afirmou que o Brasil "reagiu com determinação às ameaças que se formavam àquela época".

Fazendo alusão ao período de Guerra Fria, ele diz que ideias totalitárias estavam surgindo no Brasil, referindo-se ao socialismo e ao comunismo, disse

que “sonhos com promessas de igualdades fáceis e liberdades mágicas”. E coube às Forças Armadas conter o avanço dessas ideias que estavam se infiltrando no Brasil naquele contexto.

Em outro momento, o ministro faz uma alusão ao “Milagre Econômico” quando diz que:

Aquele foi um período em que o Brasil estava pronto para transformar em prosperidade o seu potencial de riquezas. Faltava a inspiração e um sentido de futuro. Esse caminho foi indicado. Os brasileiros escolheram. Entregaram-se à construção do seu País e passaram a aproveitar as oportunidades que eles mesmos criavam. O Brasil cresceu até alcançar a posição de oitava economia do mundo. (ORDEM DO DIA, GOVERNO FEDERAL, 2020)

A mensagem final da “Ordem do dia” alusiva ao 31 de março de 1964, diz que “o Movimento de 1964 é um marco para a democracia brasileira. Muito mais pelo que evitou”. Na época, a mensagem causou manifestações e uma verdadeira guerra de narrativas em vários âmbitos públicos, através da internet e redes sociais.

Em mais uma medida que demonstra os conflitos e desordem do governo Bolsonaro, o então ministro, Fernando Azevedo e Silva, foi demitido da pasta do Ministério da Defesa, confirmando a informação no dia 29 de março de 2021. O ministro-chefe da Casa Civil, Walter Braga Netto, assumiu o Ministério da Defesa, um dia após a oficialização da demissão de Azevedo.

Como tem sido comum na gestão do presidente Jair Bolsonaro, o dia 31 de março é marcado por atos, discursos e celebrações do golpe militar de 1964. E em seu primeiro ato público como ministro, Braga Netto publicou uma ordem do dia alusiva aos 57 anos do golpe de 1964, destacando o contexto da época, as duas grandes guerras mundiais e a expansão de ideias totalitárias. Destacamos abaixo o trecho em que se faz alusão à Guerra Fria, onde a narrativa traz uma ideia de que o golpe aconteceu para sanar instabilidades políticas, sociais e econômicas.

A Guerra Fria envolveu a América Latina, trazendo ao Brasil um cenário de inseguranças com grave instabilidade política, social e econômica. Havia ameaça real à paz e à democracia. Os brasileiros perceberam a emergência e se movimentaram nas ruas, com amplo apoio da imprensa, de lideranças políticas, das igrejas, do segmento empresarial, de diversos setores da sociedade organizada e das Forças Armadas, interrompendo a escalada conflitiva, resultando no

chamado movimento de 31 de março de 1964. (ORDEM DO DIA, GOVERNO FEDERAL, 2021)

No texto, o general ressalta o apoio de diversas camadas da sociedade ao que chama de “movimento de 31 de março de 1964”. Texto muito parecido com as ordens dos anos anteriores do governo Bolsonaro. Endossando a narrativa de que houve um movimento para salvar o Brasil e que as “Forças Armadas assumiram uma missão de pacificar o país da desordem. Por fim, Braga Netto finaliza dizendo que: “O movimento de 1964 é parte da trajetória histórica do Brasil. Assim, devem ser compreendidos e celebrados”.

As “ordens” vinculadas desde 2019⁷ são muito similares e trazem as mesmas narrativas e elementos. Abordando o “contexto” de forma rasa, depois a justificativa de que ao lado desse contexto havia a necessidade e a urgência de que as forças armadas atuassem em defesa da democracia. E que o apoio de vários setores da sociedade fortalece a ideia de que não existiu golpe, e sim, um ato de revolução diante das demandas econômicas, políticas e sociais daquele contexto. Sendo assim, é uma data a ser celebrada.

Uma típica expressão de memória militar, saudosismo, ufanismo. Traz uma narrativa que omite fatos e processos, sendo impossível conhecer e compreender o período de forma criteriosa.

Muito pertinente ressaltar que “as disputas pela interpretação do passado recente brasileiro já vinham sendo travadas na sociedade civil desde 2012” (SILVA, p. 67). Ano em que foi instaurada a comissão da verdade.

Napolitano (2019) fala sobre as conspirações no cenário brasileiro no contexto articulação e implementação da ditadura, ressaltando que:

As classes médias bombardeadas pelos discursos anticomunistas da imprensa e de várias entidades civis e religiosas reacionárias acreditaram piamente que Moscou tramava para conquistas o Brasil, ameaçando a civilização cristã, as hierarquias “naturais” da sociedade e a liberdade individual. (NAPOLITANO, 2019, p.48)

Assusta perceber que esses discursos anticomunistas, práticas reacionárias, retratados por Napolitano para referir-se a 1964, se encaixa para a atualidade. Podemos trocar “Moscou” por “China” ou “Cuba” e teremos um triste

⁷ As ordens do dia alusiva ao 31 de março de 1964 foram publicadas durante o governo Bolsonaro. As notas de 2019 e 2020 foram assinadas pelo ex-ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, e pelos três comandantes das três Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica).

retrato dos achismos, negacionismos e pensamentos reacionários no Brasil de 2021.

1.2 Ditadura Militar, internet e redes sociais: a guerra de narrativas que reverbera na sala de aula

Desejamos divulgar a produção do conhecimento histórico para o grande público não só porque valorizamos o trabalho desenvolvido em nossos centros de pesquisa, mas porque acreditamos que, ao compartilhar esses saberes, podemos contribuir para formar uma sociedade mais crítica, esclarecida e democrática. Neste sentido, podemos dizer que a excelência de uma universidade ou centro de pesquisa também pode ser medida pela quantidade e qualidade de seus projetos de divulgação científica. Uma universidade que não investe em divulgação para o grande público tende a se distanciar da sociedade e da cultura que a cerca. (CARVALHO, 2016, p.41)

O trecho acima faz parte de um debate desenvolvido pelo professor Bruno Leal, onde ele discute história pública e redes sociais. Destacamos a importância de levar o debate historiográfico e acadêmico para esses ambientes; tendo em vista que essas redes sociais continuam a crescer e que nossos alunos são também consumidores desses espaços de diferentes narrativas. Se nós historiadores não adentrarmos a esse ambiente, não discutimos com essas narrativas, quem o fará? Talvez os “guias politicamente incorretos” ou os “poderes paralelos”?

E sobre esses espaços da internet, com base em levantamentos disponibilizados no blog Marketing Digitais, observamos um crescimento considerável no que diz respeito à utilização desses recursos. O consumo de informação dentro das mídias sociais se tornou mais intenso, fazendo com que novos usuários aderissem a essas redes. Destacamos as quatro redes sociais mais acessadas no Brasil em 2020, bem como a quantidade de contas ativas: Facebook (130 milhões), WhatsApp (120 milhões), Youtube (105 milhões) e Instagram (95 milhões).

De 2016 – ano da publicação do artigo do professor Bruno Leal – até hoje, é possível perceber que era interação e participação da população brasileira nas redes sociais só aumenta. Tendo em vista a eclosão da pandemia da covid-19, esses números ganham ainda mais relevância.

Dialogamos com Meneses (2019) na tentativa de entender como as ideias e práticas negacionistas ganham voz no cenário da internet. E como nós,

enquanto professoras de história podemos problematizar essas questões em sala de aula, por exemplo.

Num cenário tão diverso, algumas obras assumiram vieses claramente conservadores ou negacionistas dissimuladas em linguagens atualizadas e formas de interação nas quais as maneiras de dizer importam mais do que o que é dito. O aparente frescor das imagens vibrantes, a participação de youtubers famosos na apresentação de conteúdos que seriam fruto de “pesquisas históricas sérias”, ou a “descoberta” de novidades sobre o passado, em grande medida se configuram numa releitura de antigos paradigmas que sustentam a manutenção de processos excludentes, preconceitos e conclusões que utilizam de forma desonesta as informações extraídas de teses e dissertações, ou mesmo fontes históricas, selecionadas e recortadas para referendar argumentos cujo fim é a desqualificação política de vários sujeitos e enunciados científicos. (MENESES, 2019, p.2)

Esses diálogos e discussões estão fortemente presentes também nas redes sociais. Em 2019, em seu Instagram e Twitter, o deputado estadual Eduardo Bolsonaro, divulgou o trailer do filme 1964, o Brasil entre armas e livros, com a seguinte mensagem: "estreia nos cinemas dia 31 de março falando verdades nunca antes contadas - muito menos pelo seu professor de história!" O trailer da produtora Brasil Paralelo⁸, na apresentação do documentário sobre 1964 há o questionamento: “Ditadura, Regime Militar ou Revolução?” Além de muitas outras questões como o papel “doutrinador” das escolas e universidades, propagam a ideia do “Milagre Econômico”, entre outras narrativas.

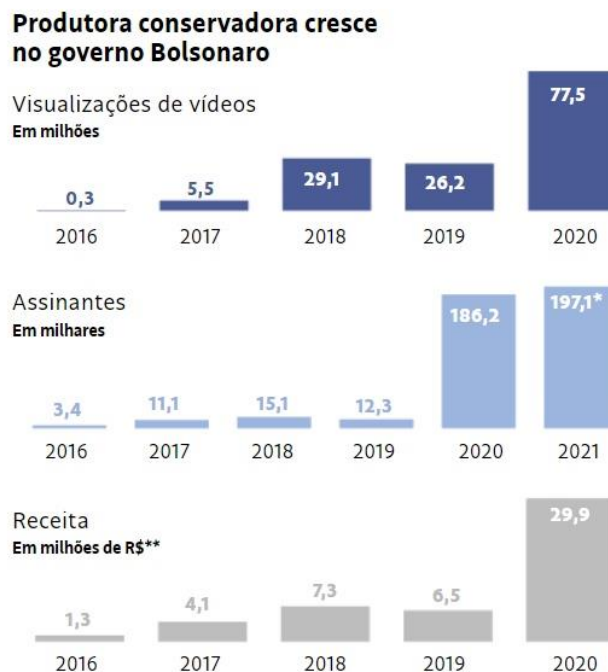
E ainda sobre a produtora Brasil Paralelo, de viés conservador é importante ressaltar o enorme crescimento em 2020. De acordo com dados disponibilizados pelo jornalista, a empresa cresceu cerca de 335% no ano de 2020. Essa empresa que surgiu em 2016, contexto de ondas de movimentos contra a presidenta Dilma, vem crescendo do cenário digital, através de discursos “revisionistas ideológicos”.

Essa grande articulação de lucros, investimentos e informações vinculadas a partir do Brasil Paralelo, acaba tornando-se algo extremamente perigoso, a partir da propagação de materiais ditos “educativos”, se propaga também a desinformação a partir de visões alternativas sem embasamentos concretos.

⁸ O Brasil Paralelo é uma empresa que produz filmes, documentários, artigos, sob o viés da direita política e o cristianismo. Defendendo o “direito” de revisar o passado.

O gráfico abaixo nos mostra alguns dados sobre esse crescimento e popularização da empresa:

Figura 1 – Gráfico sobre os números de visualizações de vídeos da empresa Brasil Paralelo



Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 2021

Interessante ressaltar que o jornal Folha de São Paulo que questiona o crescimento da empresa na reportagem citada acima, é o mesmo que ainda dá alta visibilidade a esses tipos de narrativas. O problema é que a visão do negacionismo, do revisionismo ideológico, bem como as percepções “brandas” da história interessam a setores da sociedade. Podemos nos questionar o que leva a Folha a dar espaço a essas narrativas? O que leva milhares de pessoas a consumirem esse tipo de produto? Infelizmente, vivemos em uma sociedade, onde grande parte não se interessa em problematizar o passado e o presente.

Porém, ainda que diante de situações como essas, temos a consciência de que “A História pode e precisa ser defendida. Especialmente agora, quando as mentiras, que sempre existiram, ganham uma dimensão diferente, com *fake news* vomitadas por atacado, de forma organizada”. (PINSKY; PINSKY, 2021, p.11)

Esses discursos negacionistas e revisionistas ideológicos também se espalham através das redes sociais e encontram adeptos que defendem uma

“intervenção militar”. A foto abaixo é do dia 14 de março, de 2021. Em meio ao ápice da pandemia da covid-19 no Brasil, algumas manifestações tomaram conta do país e dentre as exigências de uma minoria extremista, podemos destacar pautas negacionistas que questionavam a veracidade do vírus e também, além de defesas e apologias à uma “intervenção militar”.

Figura 2 – Manifestante com faixa pedindo Intervenção Militar



Fonte: Página do instagram @filhasdefrida.

A fotografia do dia 14 de março, de 2021 na cidade de Montes Claros, Minas Gerais, é um reflexo dessa onda negacionista que tem se espalhado pelo Brasil. Na legenda a seguinte mensagem: “Em meio ao ápice da pandemia do coronavírus, as prioridades para alguns segue sendo a intervenção militar e o negacionismo; negacionismo esse incentivado pelo então presidente da república”.

A foto foi feita por Eduarda Porcino, administradora da página do Instagram citado acima. Em meio ao colapso da saúde no Brasil, a pandemia se transformou em palco para essa minoria extremista exigir o retorno do que chamam de “Revolução de 1964”.

Essa “guerra de narrativas” está presente em diversos campos e cenários, um deles são as redes sociais – como já citamos anteriormente - a internet é ambiente de diversas discussões a esse respeito, e não podemos negar que esses debates e discursos estão presentes também nas salas de aulas, afinal de contas, esses materiais, fazem parte do universo dos estudantes. Percebemos isso, a partir de nossas práticas docentes.

“Professora, o nazismo é de esquerda?”, “1964 foi um golpe ou revolução?”, “É verdade que, na ditadura, pouquíssimas pessoas morreram?”, são perguntas cada vez mais frequentes, outras vezes surgem em forma de afirmações.

Podemos citar também o “Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil”, onde o jornalista Narloch (2011), através de análises frágeis e superficiais, “linguagem de youtuber”, voltada a um público de massa, o guia aborda a ditadura. É um livro que tem elementos em comum com o bolsonarismo. Bandeirantes heróis, Zumbi escravista, “Ditabranda” são algumas narrativas trazidas pelo autor.

Importante ressaltar que o livro de Narloch foi publicado em 2009, ainda no governo de Lula, o que mostra que essas narrativas vêm sendo construídas desde muito tempo, e não apenas no governo Bolsonaro. Em uma análise, em nossa opinião, certa, Oliveira (2020) apresenta Narloch como um:

Intelectual libertador, que ao denunciar a farsa e trazer à luz a “verdadeira história”, pretende fomentar hábitos sociais e políticos virtuosos e potencializar o desenvolvimento nacional (OLIVEIRA, 2020, p.71)

No que se refere ao regime, termo utilizado pelo autor, Narloch (2011) inicia a abordagem justificando o ‘endurecimento do regime’ como reação a guerrilha. Sem análises completas das fontes e com discurso vago, o autor defende que a ditadura foi instaurada para conter grupos de esquerda que pretendiam instaurar uma ditadura no Brasil.

Outro argumento utilizado diz respeito a quantidade de mortos da Ditadura Militar:

Em fevereiro de 2009, um editorial da Folha de S. Paulo usou a palavra “ditabranda” para falar do regime militar brasileiro. O termo fez chover cartas à redação e moveu pelo menos trezentos manifestantes para a porta do jornal. Quem se indignou com a palavra pôde se valer de um argumento apropriado: basta uma morte por motivo político para uma ditadura se configurar. Essa verdade não apaga a outra, que os editorialistas devem ter tentado defender: a ditadura brasileira foi uma das menos atrozidades de todo o século 20. É difícil pensar num regime não democrático que tenha matado menos. Em 21 anos, as ações antiterrorismo criaram 380 vítimas. (NARCLOCH, p.324 e 325)

Se valendo da reportagem do jornal Folha de S. Paulo – que inclusive apoiou o golpe de 1964 – Narloch (2011) traz uma narrativa confusa e contraditória. A impressão ao ler a obra é de que os guerrilheiros altamente perigosos estavam cometendo atrocidades e deveriam ser contidos pelos

heróis militares. Uma análise superficial e desonesta que trouxe à tona uma narrativa histórica reacionária.

Sobre o questionamento se isso é “fazer história” ou não, é importante lembrar que esse tipo de narrativa negacionista e reacionária alcança legitimidade em alguns espaços públicos. Pensamos que antes de excluir essas narrativas e não buscar o contato, é importante percebê-las, questioná-las, e assim, contrapor esse tipo de narrativa, este também é o nosso papel enquanto historiadoras, pesquisadoras e professoras.

Voluntária ou involuntariamente o tempo presente tem sempre algo a dizer a historiadores, pesquisadores das humanidades, professores de história ou a qualquer estudioso que inclua a história como tema de reflexão. Isto porque, ao enunciar um discurso histórico – seja em forma de pesquisas ou aulas de história academicamente mediadas ou ainda em memórias, exposições em museus, livros ficcionais, produção audiovisual, conteúdo disponível na internet, entre outros meios de circulação da história – aquele que enuncia se dirige, inevitavelmente, a interlocutores de sua própria época. (SILVA, 2017, p.101)

Nossos alunos são interlocutores da história atual, e em meio a esse caldeirão de informações, a sala de aula e o ensino de história torna-se possibilidade na abordagem dessas narrativas do tempo presente. Por isso, é razoável interrogar o passado a partir de questões vivenciadas no tempo presente, que nos afetam atualmente.

E como afirma Fico (2021):

Polêmicas em redes sociais acabam por demandar a participação do historiador, reintroduzindo, em novo patamar, questões como divulgação científica e História pública, tanto quanto a dos “gêneros inferiores” – como o jornalismo já foi qualificado por historiadores ao pretender fazer História. (FICO, 2021, p.37)

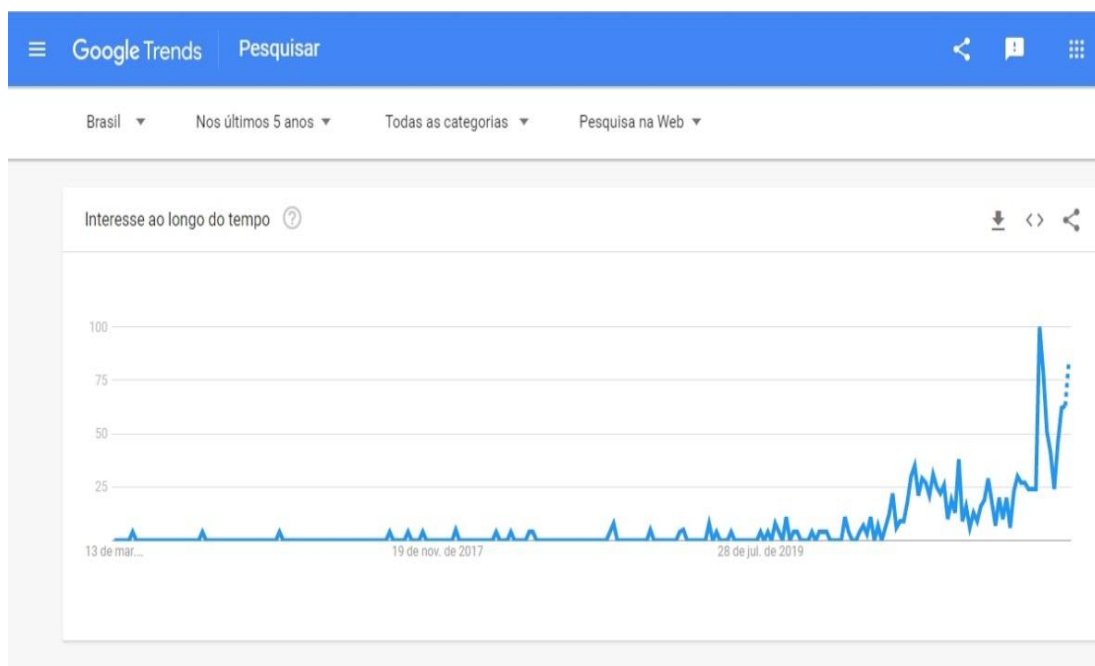
“Brasil Paralelo”, “guia politicamente incorreto” são elementos que fazem parte do cotidiano dos alunos, pois se utilizam de linguagens simples e atraentes. Não foram poucas as vezes em que essas temáticas revisionistas e negacionistas foram pautas em nosso cotidiano em sala de aula. O público de estudantes também é consumidor das produções “paralelas”, por isso, se faz necessário a ocupação desses espaços, bem como esses debates em sala de aula.

Essas ideias parecem ganhar fôlego maior, em especial, na disputa da memória coletiva de fatos e acontecimentos, deixando de lado a importância

histórica de determinados atores e de suas memórias individuais e coletivas, que é o caso da história sobre a Ditadura Militar no Brasil.

Em uma busca no “*Google Trends*” - ferramenta onde é possível fazer um acompanhamento sobre a evolução do número de buscas por uma determinada palavra-chave ao longo do tempo – pesquisamos como a palavra “negacionismo” tem sido buscada na internet ao longo dos últimos 5 anos. O gráfico abaixo traz um panorama interessante.

Figura 3 – Interesse pela ‘busca’ da palavra negacionismo ao longo dos cinco anos



Fonte: Arquivo da autoria, 2021.

O recorte temporal de 5 anos foi pensando com base no período em que a empresa Brasil Paralelo surgiu no mercado. É possível perceber através do gráfico acima, o crescente interesse pela busca relacionada ao negacionismo, podemos estabelecer uma relação direta com esses novos discursos e embates que falamos anteriormente e a forma com que essa temática tem sido abordada através de narrativas do governo Bolsonaro.

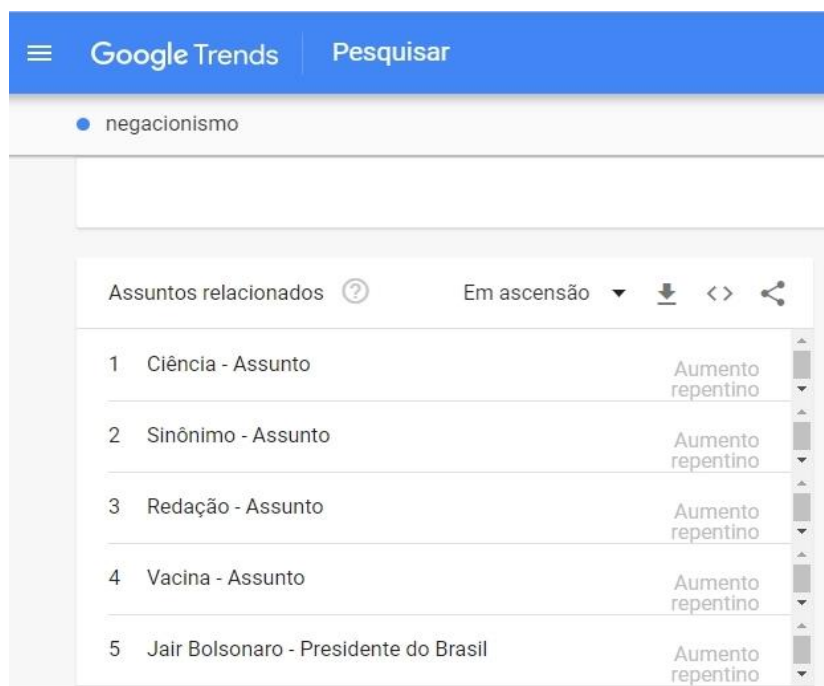
Esses dados nos fazem refletir também sobre a eminente necessidade de ampliar esses debates e discussões no ambiente da sala de aula. Vivemos em um contexto onde há um “boom” de informações, revisionismos, negacionismos, e pensamos que isso implica diretamente com o “fazer história” no chão da escola. É preciso pensar como a história é “entregue” para o público

fora da academia, como a ditadura está sendo compreendida nesses espaços públicos.

Não podemos negar que essa guerra de *fake news* afeta por demais o trabalho dos professores de História. Existe o confronto por alunos, pais, gestores. Onde estes apresentam as suas “verdades”, que demasiadas vezes não são confrontadas com fontes, mas acabam sendo embasadas em “reportagens” em redes sociais, mensagem nos grupos de WhatsApp.

No gráfico abaixo, também retirado da plataforma *Google Trends*, é possível ver os temas associados ao negacionismo no período de busca em março de 2021:

Figura 4 – Assuntos relacionados à busca pelo termo negacionismo



Fonte: Arquivo da autora, 2021

Na figura 4, vemos os assuntos relacionados ao tema negacionismo. Por conta do contexto pandêmico, vemos os assuntos relacionados à ciência e vacina, além da relação com o presidente Jair Bolsonaro.

Todas essas discussões e vertentes no debate sobre a Ditadura Militar no Brasil nos mostra que esse passado ainda traz muitas contradições, “versões e ficções” que precisam ser debatidas por estudantes, pesquisadores, pela sociedade.

A experiência dos anos 60 é assim: como um quebra-cabeças, recusa-se a avaliações definitivas. Tempos críticos, de movimentos

subversivos, em que os sistemas estabelecidos foram postos a rude prova. Apropriar-se deste passado, monopolizar, se possível, a sua memória, passa a ser um objetivo crucial, inclusive porque, como se sabe, o controle do futuro passa, em larga medida, pelo do passado, dado, por sua vez, aos que imprimem na memória coletiva a sua específica versão dos acontecimentos. No Brasil, sobre o período, há muitas propostas de análise e interpretação. (REIS, 1997, p. 101 e 102)

A reflexão de Reis (1997) vem de encontro com o que propomos ao esmiuçar esse passado em busca dessas versões sobre um período tão marcante da nossa história. Tendo nas canções bregas esse ponto de partida no processo de construção de narrativas sobre a Ditadura Militar no Brasil e importante ferramenta para compreendermos a sociabilidade daquele período.

Existe, pois, uma intensa revisão sobre esse momento histórico, e cremos que isto ocorra devido às contradições que o período ainda provoca e às muitas visões e interesses que existem sobre o mesmo. Existindo também uma tentativa de redefinir este passado tanto pelos que vivenciaram o momento, como também pelos que investigam e interpretam com base em documentos escritos e orais.

No capítulo anterior discutimos sobre o processo da Ditadura Militar no Brasil, destacando a função da censura a partir implementação do AI-5 e como essas questões estão sendo debatidas no cenário atual.

Ressaltamos como o debate sobre o golpe continua a ser visto como um momento, cujo ciclo histórico ainda gera muitos debates. A nossa intenção é revisitar a ditadura e perceber como a censura imposta através do Ato Institucional nº5, decreto emitido durante o governo de Artur Costa e Silva, no dia 13 de dezembro, de 1968.

No que diz respeito à produção historiográfica referente ao período ditatorial, esta vem aumentando e ganhando forças através de novas abordagens, discussões, 'descobertas' e leituras. Pensamos que esse interesse de retratar as memórias da ditadura deva-se ao acesso a determinados documentos que antes eram difíceis de serem analisados.

Utilizamos alguns sites como: Censura Musical, Memórias da Ditadura; Documentos Revelados, Histórias da Ditadura com o intuito de demonstrar como esses projetos desenvolvidos por historiadores, jornalistas e até pessoas que viveram o golpe são relevantes e nos trazem um leque de muitas possibilidades de abordagem.

Neste momento fizemos uma breve análise sobre Revisionismos e Negacionismos: correntes de interpretação que disputam com as práticas historiográficas no início do século XXI. Destacamos como essa "onda" revisionista ideológica e negacionista apresentam-se no Brasil, especificamente após a eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil em 2018. Porém, deixamos claro que esses ideais reacionários fazem parte da nossa história desde muito tempo.

Destacamos e entendemos que tipos de narrativas negacionistas e reacionárias, como as produções do Brasil Paralelo, alcançam legitimidade em alguns espaços públicos. Pensamos que antes de excluir essas narrativas e não buscar o contato, é importante perceber-las, questioná-las, e assim, contrapô-las. Acreditamos e defendemos a história, afinal, esse é o nosso papel enquanto professores.

Sendo assim, nossa proposta foi fazer um levantamento sobre a ditadura e a história recente, além de refletir como essas discussões são pertinentes e devem ser debatidas no Ensino de História.

2 DITADURA MILITAR, CENSURA E MÚSICAS “BREGAS”

O objetivo desse capítulo é discutir como a música “brega” pode ser um caminho pertinente para a compreensão histórica acerca da Ditadura Militar, além de analisar algumas composições que foram censuradas, bem como as motivações para vetos das mesmas.

2.1 Música e História: uma conexão pertinente na prática do professor em sala de aula

Consciência histórica é uma categoria geral que não apenas relação com o aprendizado e o ensino de história, mas cobre todas as formas de pensamento histórico; através dela se experencia o passado e se interpreta como história. Assim, sua análise cobre os estudos históricos, bem como o uso e a função da história na vida pública e privada [...] A consciência histórica não pode ser meramente equacionada como simples conhecimento do passado. A consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente e antecipar o futuro. Ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro. (RÜSEN, 2006, p. 36 e 37)

História é a ciência que nos leva à arte de investigar, interpretar e refletir sobre as questões do homem, suas relações com a sociedade e com a natureza em diferentes espaços e temporalidades. Pensar a história significa rever teorias, buscar outras fontes, descobrir novos fatos, reconstruir memórias, criar metodologias, estabelecer relações espaço-temporais, avaliar dados e informações etc. O ofício do historiador se estende à área do ensino de história, pois ciência se faz na e com a sociedade.

É importante refletir sobre a utilidade do conhecimento produzido na academia, que não está desassociado da sociedade, dado que as demandas sociais da vida cotidiana devem ser o motor da transformação historiográfica. Para Rüsen (2006), o aprendizado histórico remete aos processos de constituição de sentido feito pelo aprendiz a partir de suas experiências no tempo presente. Ou seja, o tempo presente é o ponto de partida do aprendizado histórico.

A aprendizagem histórica mobiliza um conjunto de saberes que a torna uma disciplina específica e diferente de outras áreas do conhecimento. Isso é muito importante para delimitarmos de forma mais objetiva de que a prática docente e a produção do conhecimento histórico carregam elementos específicos. Daí a necessidade de construirmos metodologias e reflexões conceituais específicas construções do conhecimento histórico.

Defendemos que a utilização de composições “brega” é um excelente recurso para ampliar esse debate a partir das canções que foram censuradas pelo governo ditatorial. As análises das composições, documentos da censura e entrevistas, nos permitem compreender de forma ampla como funcionava o processo de censura e quais regras e ordens norteavam esse tipo de veto.

Nossa ideia de abordar e analisar algumas composições bregas, surge da necessidade de ampliar os olhares sobre a ditadura e a censura.

Sucesso de norte a sul do país, patrimônio afetivo de grandes contingentes das camadas populares, esta vertente da nossa canção romântica tem sido sistematicamente esquecida pela historiografia da música popular brasileira. Nas publicações referentes à década de 70, de maneira geral são focalizados nomes de Chico Buarque, Elis Regina, Gilberto Gil [...], todos, sem dúvida, representativos, mas que na época eram consumidos por um segmento mais restrito de público [...] O que a maioria da população brasileira ouvia eram outras vozes e outros discos. (ARAÚJO, 2003, p. 16)

O gênero “brega” é pouco explorado na escola, em materiais didáticos, na academia e nas pesquisas em geral, o que já evidencia a importância de tornarmos essa temática um objeto de investigação, que merece ser estudado e analisado de maneira mais dinâmica e reflexiva. Podemos, através da análise de canções bregas, entender o contexto histórico e sociopolítico da Ditadura Militar, como os autoritarismos do sistema implementado interferiram na arte, na cultura, especificamente na música popular, por meio da repressão que se manifestou através da censura.

Esses autoritarismos serão denunciados através das letras das produções “bregas”. A censura não acontecia apenas com canções de cunho político, havia também a tentativa de silenciar questões ligadas às dificuldades enfrentadas pelas classes marginalizadas.

Recorremos mais uma vez a Araújo (2003) para compreender melhor como essa censura se fazia presente no repertório da música popular “brega”:

Embora os traços do autoritarismo tenham sido, sem dúvida, reforçados com o golpe de Estado de 1964, o autoritarismo no Brasil não é exceção, nem é mero regime governamental, mas a regra e expressão das relações sociais. Pois é justamente este autoritarismo latente na sociedade brasileira o que será denunciado em diversos textos do repertório “cafona”. Autoritarismo que se expressa através do preconceito aos pobres, aos negros, aos homossexuais, às prostitutas, às empregadas domésticas, aos analfabetos, aos deficientes físicos e aos imigrantes nordestinos. (ARAÚJO, 2003, p. 48)

Importante destacar que esses autoritarismos eram vivenciados pelo público ouvinte dessas músicas populares bregas e também pelos compositores e cantores. Os irmãos Dom e Ravel, por exemplo, relataram que quando chegaram em São Paulo, sofreram diversos tipos de preconceitos e exclusão pelo fato de serem nordestinos.

O trabalho do historiador se faz na junção de lugar social, práticas científicas e escrita. Se fundamenta nas fontes, escritas ou não. No ensino de História as fontes são elementos e recurso essenciais na problematização de ‘conteúdos’ e conceitos.

Como afirma Hobsbawn (2003):

Falamos como homens e mulheres de determinado tempo e lugar, envolvidos de diversas maneiras em sua história como atores de seus dramas – por mais insignificantes que sejam nossos papéis -, como observadores de nossa época e, igualmente, como pessoas cujas opiniões sobre o século foram formadas pelo que viemos a considerar acontecimentos cruciais. (HOBSBAWN, 2003, p.13)

O olhar do historiador para o passado deve ser desafiador, não no sentido de querer afirmar que ele nunca existiu, mas de revelar que os critérios estabelecidos pelo homem para relatar suas experiências concretas, dependem de uma ótica pessoal que, por sua vez, torna o conceito de verdade e o estatuto do fato histórico discutíveis ante a pluralidade do olhar humano.

É neste sentido que acreditamos que o cruzamento entre história e música é uma estratégia muito relevante no processo de ensino-aprendizagem, para a compreensão de fatos históricos. Sobre a música enquanto metodologia de ensino, nos ancoramos nas ideias de Abud (2005):

Tal metodologia de ensino auxilia os alunos a elaborarem conceitos e a dar significados a fatos históricos. As letras de música constituem em evidências, registros de acontecimentos a serem compreendidos pelos alunos em sua abrangência mais ampla, ou seja, em sua compreensão cronológica, na elaboração e ressignificação de conceitos sobre a disciplina. Mais ainda, a utilização de tais registros colabora na formação dos conceitos espontâneos dos alunos e na aproximação entre eles e os conceitos científicos. Permite que o aluno se aproxime

das pessoas que viveram no passado, elaborando a compreensão histórica. (ABUD, 2005, p. 316)

Nossa pesquisa insere-se na discussão e reflexão sobre como a música “brega” pode suscitar memórias e nos ajudar a compreender a sociabilidade na Ditadura Militar, ajudando a construir uma ideia de passado e versões sobre esse período da história do Brasil.

A música está presente na vida de todos, tem vários papéis e embala as experiências humanas. Através de leituras, como de Napolitano (2019), percebemos que este pode ser um excelente caminho para pensar a complexidade da ditadura, pensando as canções como componentes daquele contexto e algo muito relevante para uma reflexão crítica sobre o que foi a música naquele período, a própria ditadura e seus significados atuais.

A música/canção é, portanto, um documento importante para o pesquisador e um recurso metodológico instigante. O trabalho com esse recurso contém várias possibilidades de análise do cotidiano, da sociabilidade, das mentalidades.

Destacamos a necessária problematização da construção de memórias sobre o período, no debate entre as temporalidades. Durante o processo de pesquisa, poder construir um material que seja utilizado na escola, é uma forma de ajudar da desconstrução de mitos e estereótipos. É de fato cumprir as exigências da pesquisa histórica em buscar a imprevisibilidade dos processos históricos em que os atores improvisam. É buscar conceitos dinâmicos capazes de relacionar presente e passado na análise de experiências concretas de ontem e hoje.

A música nos dá possibilidades de romper com o óbvio, levantando novas questões, problemáticas, sendo um elemento capaz de informar, expor ou explicitar as ações humanas, sua história, trajetórias, angústias, necessidades. Um exemplo típico da música como forma de retrato social esteve presente no período do regime militar no Brasil, onde muitos artistas utilizaram essa forma de expressão como meio de tornar públicas suas vivências políticas e sociais.

Partimos das ideias de Rusen (2006), que busca em suas obras, definir um sentido para a história da vida prática, uma função didática da história. Devemos nos questionar qual a utilidade do conhecimento sobre censura e

Ditadura Militar para a vida prática e buscar na teoria da história essa função didática de orientação temporal.

Consciência histórica não pode ser meramente equacionada como simples conhecimento do passado. A consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente e antecipar o futuro. Ela é a combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro. (RUSEN, 2006, p.36)

O sentido da história está nessa conexão temporal entre passado e presente, e acontece numa relação dinâmica de representação e interpretação. As experiências no tempo nos ajudam a elaborar o conceito de consciência histórica, interpretando o passado de modo a compreender o presente e orientar atitudes com perspectivas de futuro. Partindo desse ponto, queremos dialogar com músicas bregas e memórias da Ditadura Militar no Brasil, a fim de construir um produto que possa ser utilizado pelos/as colegas professores/as e quem sabe ser parte do processo de construção de memórias dos estudantes ao longo de suas vidas, no convívio familiar, social e escolar.

Tendo uma perspectiva de analisar documentos e produzir um material-produto com possibilidades de abordagens sobre o tema do nosso estudo, acreditamos que este é um recurso que colabora com o processo de desenvolvimento do pensamento histórico dos estudantes. Refletindo também sobre seus usos, partindo da reflexão de que estes documentos devem ser motivadores e estimuladores, transformando-se em materiais didáticos facilitador na compreensão dos acontecimentos históricos:

Um documento pode ser usado simplesmente como ilustração, para servir como instrumento de reforço de uma ideia expressa na aula pelo professor ou pelo texto do livro didático. Pode também servir como fonte de informação, explicitando uma situação histórica, reforçando a ação de determinados sujeitos, etc., ou pode servir ainda para introduzir o tema de estudo, assumindo neste caso a condição de situação-problema, para que o aluno identifique o objetivo de estudo ou o tema histórico a ser pesquisado. Desta forma os objetivos do uso de documentos são bastante diversos para o professor e para o historiador, assim como os problemas a que ambos fazem frente. Um desafio para o professor é exatamente ter critérios para a seleção desse recurso. (BITTENCOURT, 2011, p.330)

É importante pensar, também, que para a compreensão de um documento é fundamental que haja uma análise dele como “sujeito de uma ação”, formulando algumas indagações, como por exemplo, sobre a sua existência, o que é um documento, porque existe, quem e para que o fez, em

que circunstância. Cabendo ao educador fazer estas indagações, descrever e explicar o documento, dialogar com os conhecimentos prévios dos/as alunos/as para que os mesmos se situem nesta análise.

O uso de documentos nas aulas de história tem relação com a possibilidade de desenvolvimento do pensamento histórico, oferecendo possibilidades para o compreender o processo de construção do conhecimento histórico.

2.2 Os sons da ditadura: ouvindo as vozes do “brega”

Sucesso de norte a sul do país, patrimônio afetivo de grandes contingentes das camadas populares, esta vertente da nossa canção romântica tem sido sistematicamente esquecida pela historiografia da música popular brasileira. Nas publicações referentes à década de 70, de maneira geral são focalizados nomes de Chico Buarque, Elis Regina, Gilberto Gil (...), todos, sem dúvida, representativos, mas que na época eram consumidos por um segmento mais restrito de público (...) O que a maioria da população brasileira ouvia eram outras vozes e outros discos. (ARAÚJO, 2003, p. 16)

Quando falamos sobre ditadura, música e censura, a tendência é que nomes como Chico Buarque, Caetano Veloso venham à tona como imagens consagradas de artistas que foram censurados pelo regime militar. Mas durante o processo de pesquisa e produção, tivemos contato com “documentos da censura” que nos instigaram e inquietaram, pois traziam muitas informações sobre cantores bregas que tiveram suas músicas censuradas por fatores que não tinham ligação com “protesto político explícito”.

Nosso intuito não é negar a importância de movimentos como “Tropicália” ou minimizar a influência de Chico Buarque, mas vemos que é necessário falar sobre outras camadas da sociedade, outros gêneros musicais que foram censurados e são importantes para entendermos a sociabilidade do período de ditadura no Brasil.

Desde o começo da década de 80, se utiliza o termo “brega” para designar a música de mau gosto, geralmente produzida por camadas populares; surgindo como uma forma pejorativa no que se refere à preferências musicais das classes mais baixas. No final dos anos 70, uma nova tendência surge no Brasil, através de vários cantores com este novo estilo musical denominado “brega” e/ou “cafona”.

É importante ressaltar que nos últimos cinco anos, o gênero “brega” passou por transformações, firmando-se com uma nova roupagem, acompanhado por elementos da atualidade. Com ritmo descontraído e letras exageradamente românticas, o gênero se dividiu em diferentes vertentes ao longo dos anos, ganhando novas roupagens sob diferentes vozes. Artistas como Gaby Amarantos, Duda Beat, Johnny Hooker investem em produções que trazem o “brega” entrelaçado à cena mais alternativa ou ao funk.

No que diz respeito ao ensino de História, percebemos que o gênero “brega” é pouco explorado na escola, em materiais didáticos, e isso já evidencia a importância de tornarmos essa temática como objeto de investigação, que merece ser estudado e analisado de maneira mais dinâmica e reflexiva.

Em nosso processo de pesquisa, tivemos contato com algumas obras que trazem uma abordagem sobre elementos e histórias da música popular brasileira ao longo do tempo, bem como artigos, dissertações que mostram análises sobre o gênero “brega”, porém quando se trata de uma discussão relacionada ao ensino de história, o material é escasso.

Entendemos que a música “brega” tem um papel importante na construção de memórias sobre o período ditatorial, além de nos trazer elementos sobre a sociabilidade da época. Podemos, através da análise de canções bregas, entender o contexto histórico e sociopolítico da Ditadura Militar, como os autoritarismos do sistema implementado interferiram na arte, na cultura, especificamente na música popular, por meio da repressão que veio a se manifestar através da censura.

Canções de sucesso em nosso país, que atingiram as camadas populares da nossa sociedade em grandes proporções, não há como negar que esse tipo de produção fez e faz parte da produção musical nacional e precisa ser pesquisada e analisada.

Ao problematizar a ausência da música brega nos acervos discográficos, Araújo (2003) definiu esse gênero e produções como sendo parte de uma “vertente da música popular brasileira consumida pelo público de baixa renda, pouca escolaridade” (2003, p.20).

Segundo Araújo (2013), o termo “brega” começou a ser divulgado na imprensa a partir da década de 1980. Ao longo da década de 70, utilizava-se a expressão “cafona”. Após a divulgação feita pelo jornalista e compositor Carlos Imperial, a expressão “cafona” mantém-se hoje como sinônimo de “brega”, como uma forma pejorativamente de designar esses artistas românticos que começaram a fazer sucesso entre as camadas populares.

A música “cafona” ou “brega” era uma vertente considerada de “baixa qualidade”, que, segundo o *Dicionário Michaelis* (2021), é um termo utilizado para designar algo de “mau gosto”, “de qualidade inferior”, “mediocre”, “vulgar”. Composições e formas de cantar que são consideradas exageradas e dramáticas, que não agradavam os críticos musicais.

A música é algo que está presente e tem vários papéis na vida de todos, além de ser algo que embala as experiências humanas. As canções bregas suscitaram um enorme gosto e curiosidade em despertar as memórias de um passado cheio de historicidade.

Com base nas ideias de Napolitano (2002); ressaltamos que as músicas podem ser um excelente caminho para pensar a complexidade da ditadura, e devem ser vistas como componentes daquele contexto e algo muito relevante para uma reflexão crítica sobre o que foi a música naquele período, a própria ditadura e seus significados atuais.

Na reflexão sobre a música “brega” estamos dialogando com o livro “Eu não sou cachorro, não”, lançado em 2003, a obra rompe com alguns silêncios no que diz respeito à nossa música popular. Vemos o outro lado da MPB, onde os artistas tidos como “cafona” não são incluídos e “temos cristalizada, no campo da música popular, uma memória que associa o período da repressão política no Brasil apenas aos cantores/ compositores da MPB”, sendo que estes artistas bregas eram os que mais vendiam e atingiam a maior camada brasileira.

Araújo conta a história e analisa algumas músicas de cantores românticos da década de 1960 e 1970 que eram considerados “bregas” ou “cafona” – termos utilizados de forma pejorativa - pela mídia especializada da época ou até mesmo pelas ditas elites intelectuais do país. E apesar da alta vendagem de discos, esses artistas “bregas” eram considerados “menores”.

Cantores como Dom e Ravel, Odair José, Nelson Ned, Paulo Sérgio, Luis Ayrão, entre outros, também foram perseguidos e vetados pela censura no Brasil, mas infelizmente, hoje estes cantores são pouco lembrados pela pesquisa acadêmica, é neste sentido que Araújo (2003) afirma que é “preciso interrogar-se sobre os esquecimentos da nossa história, os espaços em branco”, e fortalece a ideia do historiador francês Jacques Le Goff “ [...] devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e da ausência de documentos.” (LE GOFF, 1996, p.109)

Após o lançamento do livro de Araújo (2003), temos um espaço de tempo considerável de 18 anos. A obra tornou-se referência e incentivou outras pesquisas sobre a relevância desse gênero musical.

Ao falar sobre algumas ações dos fãs do cantor Paulo Sérgio, que realizam visitas anuais ao túmulo do cantor, e de como os artistas bregas enfrentam uma espécie de segregação musical, Araújo (2003) ressalta que:

Além de excluídos dos benefícios do sistema econômico, para grandes contingentes da população brasileira não lhes resta nem o registro da sua própria história, dos seus ídolos, dos seus intérpretes. Por isso mesmo, ao realizar anualmente à beira do túmulo de Paulo Sérgio uma espécie de ritual em homenagem ao ídolo falecido em 1980, seus fãs realizam também um ato de resistência. Eles dão visibilidade a uma memória que se encontra subterrânea, sem canais de expressão e desprovida de “enquadradores”. Em um esforço contrário ao movimento de silenciamento e esquecimento empreendido pelas elites culturais do país (...)” (ARAÚJO, 2003, p. 375)

Vemos então uma necessidade iminente de abordagem da música brega como um instrumento metodológico importante para a construção do conhecimento histórico. E sobre a utilização desse recurso em sala de aula, é importante salientar que a música tem suas particularidades metodológicas; cabe ao professor/historiador observar alguns pontos, como elementos textuais da canção, seu aspecto discursivo, identificar sua temática e outros procedimentos narrativos.

2.2.1 As motivações da censura ao gênero “brega”

Em um contexto de extrema repressão e censura, temos um gênero musical realmente popular, que abordava questões do cotidiano, falava de amores, sofrimentos, desigualdades sociais, etc. As canções bregas passam a ser alvo da censura, pois não seguem os ideais da moral e bons costumes

defendidos pelo governo militar, além de trazer à tona diversos problemas enfrentados pela sociedade brasileira.

(...) Mesmo estando “desligados” da questão política, a produção musical desses artistas vai denunciar o autoritarismo vivenciado pelos segmentos populares em nosso país. Isto porque os o Estado ditatorial controlado pelas Forças Armadas era apenas uma das faces do autoritarismo presente na vida social brasileira daquele período. (ARAÚJO, 2003, p. 48)

Esses autoritarismos se expressavam de diversas formas, e isso era denunciado nas canções e no repertório brega. As formas de “repressão” também se faziam presentes através da exclusão social, do preconceito com analfabetos, prostitutas, imigrantes, etc. Precisamos falar sobre esses autoritarismos presentes no cotidiano.

Assim, é bastante interessante e válida essa multiplicidade nas escolhas das músicas, onde podemos pensar as diversas motivações para a prática da censura. E dar visibilidade ao gênero brega como uma forma de suprir as lacunas existentes nos estudos e pesquisas sobre Ditadura Militar.

Através da análise dessas canções, buscamos perceber as relações entre ditadura, memórias e música, bem como as imagens que cada canção pode passar da ditadura e da censura. E a partir dessa junção, ligando presente e passado através das músicas, perceber como essa metodologia, ajuda a construir versões, noções e ideias de passado sobre a Ditadura Militar?

Fazer uma análise da censura a partir da música “brega” é necessário, pois embora sendo um gênero esquecido pelos “enquadradores” da memória, permanece guardada em determinadas estruturas de comunicações informais. Pesquisar, analisar e utilizar a música brega como recurso para compreender as disputas, versões e ficções acerca das memórias sobre a Ditadura Militar é também uma forma de resistência.

2.3 Fontes da censura e memórias musicais

O campo da memória foi palco de disputas, e as composições constituíram-se em campos de luta. A música brega traz em seu corpo as marcas de seu tempo, pois através dessas manifestações artísticas se praticava uma tomada de oposição, uma forma de protesto e de falar sobre as realidades políticas e sociais de uma época.

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. (CANDAU, 2011, p. 16)

Assim, podemos dizer, que a memória atua na construção da identidade do sujeito, estão ligados de forma íntima. Candau (2016) define cada memória “como um museu de acontecimentos singulares”, são marcos das trajetórias individuais ou coletivas.

História e memória são vias de acesso ao passado, porém é importante perceber e analisar suas distinções. Em termos gerais, podemos dizer que “fazer História” é uma análise crítica do passado e das fontes, um trabalho intelectual que está além da “restauração de memórias”, deve haver crítica, respaldo teórico e metodológico que valide o trabalho do historiador.

A memória é uma ferramenta que serve para reconstrução do passado e também para atender os interesses do presente. Existe muita afetividade na memória, onde o acontecimento é rememorado e se transforma em narrativa, um relato que vira um discurso. Podemos dizer que a memória é um compartilhamento de lembranças e discursos acerca do passado, firmado nos interesses e visões de mundo do presente.

Percebemos que as relações entre história, política e memória têm trazido à tona diversos conflitos entre os sentidos e significação de acontecimentos do passado e seus efeitos ainda relevantes no presente.

As músicas podem ser um excelente caminho para pensar a complexidade da ditadura, pensando estas músicas como componentes daquele contexto e algo muito relevante para uma reflexão crítica sobre o que foi a música naquele período, a própria ditadura e seus significados atuais.

O cruzamento das reflexões sobre história, Ditadura Militar, memória e música pode possibilitar a contextualização das canções no período, dentro de um modo dinâmico de pensar o sentido social e políticos das canções. Além da capacidade de pensar como foi a censura, os porquês, a reação dos artistas e do público ao conteúdo e proibições das canções, e elaborarmos nossas próprias ideias de como a música é importante na discussão da sociedade.

Entendemos, assim, que a música é um objeto de reflexões para analisar aspectos de nossa sociedade, sejam eles políticos, econômicos ou sociais. Enxergamos algumas produções “bregas” como fontes importantes, um tipo de memória na compreensão e construção de narrativas sobre a ditadura no Brasil.

Nos valem de uma pesquisa documental⁹, trabalhamos com a intenção de refletir e analisar documentos da censura, bem como os recursos musicais, enxergando a música “brega” como uma fonte importante na construção da história e entendimento sobre a sociabilidade na época da ditadura, elementos e motivações da censura e as críticas sociais presentes nas canções bregas.

Buscaremos analisar como as memórias, músicas bregas e documentos da censura ajudam a construir uma ideia de passado e versões sobre a Ditadura Militar. Como foi a censura, porque, a reação dos artistas e do público ao conteúdo e proibições das canções, e farão suas próprias ideias de como a música é importante na discussão da sociedade.

2.3.1 ODAIR JOSÉ: o cantor da pílula

Odair José foi um dos artistas mais censurados pela ditadura, em entrevista ao site censura musical ele relatou que a cada 12 canções que fazia, 7 eram censuradas. E todas as canções de Odair José que foram proibidas no Brasil, foram proibidas também na Argentina. Então, podemos dizer que a censura é também uma questão de cultura latina. Podemos, assim, levantar problemas sobre as músicas no contexto da ditadura através cruzamento entre músicas e documentos oficiais da ditadura.

Odair José de Araújo nasceu em 1948, na cidade de Morrinhos, situada em Goiás. De origem humilde, Odair queria ascender economicamente, resolveu fazer canções para o povo o que gerou uma identificação com as classes populares, que viam os seus cotidianos narrados nas composições de Odair.

A partir da análise da música “Uma vida só - Pare de tomar a pílula” (1973), do cantor e compositor Odair José, podemos suscitar vários debates e percepções sobre o período Conhecido como o “terror das empregadas” devido

⁹ Frisamos que esses documentos foram disponibilizados do site www.censuramusical.com, dentre as fontes documentais tivemos acesso a entrevistas realizadas com cantores, produtores e censoras da época da ditadura.

ao sucesso alcançado na turbulenta década de 1970 através de letras e melodias simples que despertavam o interesse popular. Vejamos a letra na íntegra desta música:

Já nem sei há quanto tempo
 Nossa vida é uma vida só
 E nada mais
 Nossos dias vão passando
 E você sempre deixando
 Tudo pra depois
 Todo dia a gente ama
 Mais você não quer deixar nascer
 O fruto desse amor
 Não entende que é preciso
 Ter alguém em nossa vida
 Seja como for
 Você diz que me adora
 Que tudo nessa vida sou eu
 Então eu quero ver você
 Esperando um filho meu
 Então eu quero ver você
 Esperando um filho meu
 Pare de tomar a pílula
 Pare de tomar a pílula
 Pare de tomar a pílula
 Porque ela não deixa o nosso filho nascer
 Você diz que me adora
 Que tudo nessa vida sou eu
 Então eu quero ver você
 Esperando um filho meu
 Então eu quero ver você
 Esperando um filho meu
 Pare de tomar a pílula
 Pare de tomar a pílula
 Pare de tomar a pílula
 Porque ela não deixa o nosso filho nascer
 (ODAIR JOSÉ, 1974)

A música foi censurada por ir contra valores cristãos e também por ter sido lançada quando no Brasil o governo fazia campanhas para ter um controle de natalidade entre as populações pobres. Para os censores esta canção representava uma desobediência civil, além de uma referência explícita à sexualidade.

É importante ressaltar que nos bastidores da censura também havia grandes pressões para que nenhum material visto como inadequado passasse ileso pelas análises e procedimentos. Sobre os aspectos do trabalho dos censores, Araújo (2003) diz que:

Este excesso de zelo era também consequência do clima de denúncia que envolvia os próprios profissionais do veto. O ex-censor Onofre Ribeiro da Silva confessa que “havia uma profunda censura dentro da Censura naquela época. Éramos vigiados. Se um censor bobeasse e

deixasse passar um dos temas considerados tabus...perdia o emprego". (ARAÚJO, 2003, p. 89)

Esse detalhe importante para entendermos a enxurrada de músicas censuradas sem motivos evidentes. A ideia era procurar motivo para censurar, afinal de contas, estes trabalhavam sob pressão.

O trabalho musical de Odair José abordava questões sensíveis, principalmente para aquela época, sobre pobreza, exclusão social, racismo etc. No caso da música "Pare de tomar a pílula", a censura implementada foi justificada pelo fato de a música tratar de um tema que não agradava a Igreja: o uso de anticoncepcional. Também o foi por ter sido lançada quando o governo brasileiro fazia campanhas de controle de natalidade entre as populações pobres; logo, para os censores essa canção representava uma desobediência civil, além de desagradar devido à referência explícita à sexualidade.

A letra da música acima conta a história de um casal formado por um homem que quer ter filhos e uma mulher que os evita, motivo pelo qual ele faz o apelo para a parceira parar de tomar a pílula. A música não apresenta nenhum viés de protesto ou crítica à ditadura, porém, foi censurada, pois Odair José era visto como uma má influência para os jovens e um desrespeitador da moral e dos bons costumes.

Essa fama de mau exemplo surgiu a partir de 1972, quando Odair José gravou a composição "Eu vou tirar você desse lugar". A música contava a história de um homem que conhece uma prostituta em uma boate, se apaixona, tira a moça da prostituição e casa com ela. Em entrevista ao site censura musical, Odair disse que: *"A partir daquele momento tudo que era meu passou a ir para a censura, porque antes desta música não era minha obrigação enviar para a censura todo disco e letras para eles observarem."* Ressalta ainda que percebeu o quanto estava sendo prejudicado perseguido pela censura quando gravou a música "Uma vida só - Pare de tomar a pílula" e que nunca entendeu porque a música foi censurada.

A chegada e difusão da pílula anticoncepcional no Brasil ocorreu entre 1962 e 1972, com informações veiculadas através de jornais e revistas destinadas ao público geral. É importante salientar que o contexto era de preocupação com a exploração demográfica e a pílula aparecia como um

excelente recurso para conter o crescimento desordenado da população. Outro fator importante é que a Igreja Católica se opunha à utilização da pílula.

Talvez a fama de mau exemplo para os jovens tenha sido fortalecida pelas questões elencadas acima, o que nos mostra uma noção muito mais ampla sobre a censura e a ditadura. É possível perceber, através da análise da música, vários elementos políticos, sociais, econômicos, e entender como funcionava a mentalidade da sociedade da época.

Em outro trecho da entrevista de Odair José ao site “censura musical”, ele diz que:

Eu até hoje não sei o que aconteceu com essa música. O que parece é que a Igreja era contra; o que eu também não sei, porque se a igreja é contra todo e qualquer anticoncepcional, porque tinha sido contra a pílula? Eu mesmo fui muitas vezes naquele prédio (Divisão de Censura), na Rua Dantas com Evaristo da Veiga, no Rio de Janeiro. Uma casa que parecia a casa do Drácula, porque eles faziam ela parecer assim. Já era criado um clima pra você entrar lá assustado. Agora o que me explicaram do negócio da pílula é que existia um projeto do governo de distribuir pílulas gratuitas em hospitais. Então não ficaria bem uma pessoa na rádio dizer “Pare de tomar a pílula”, quando o governo queria que as pessoas tomassem.

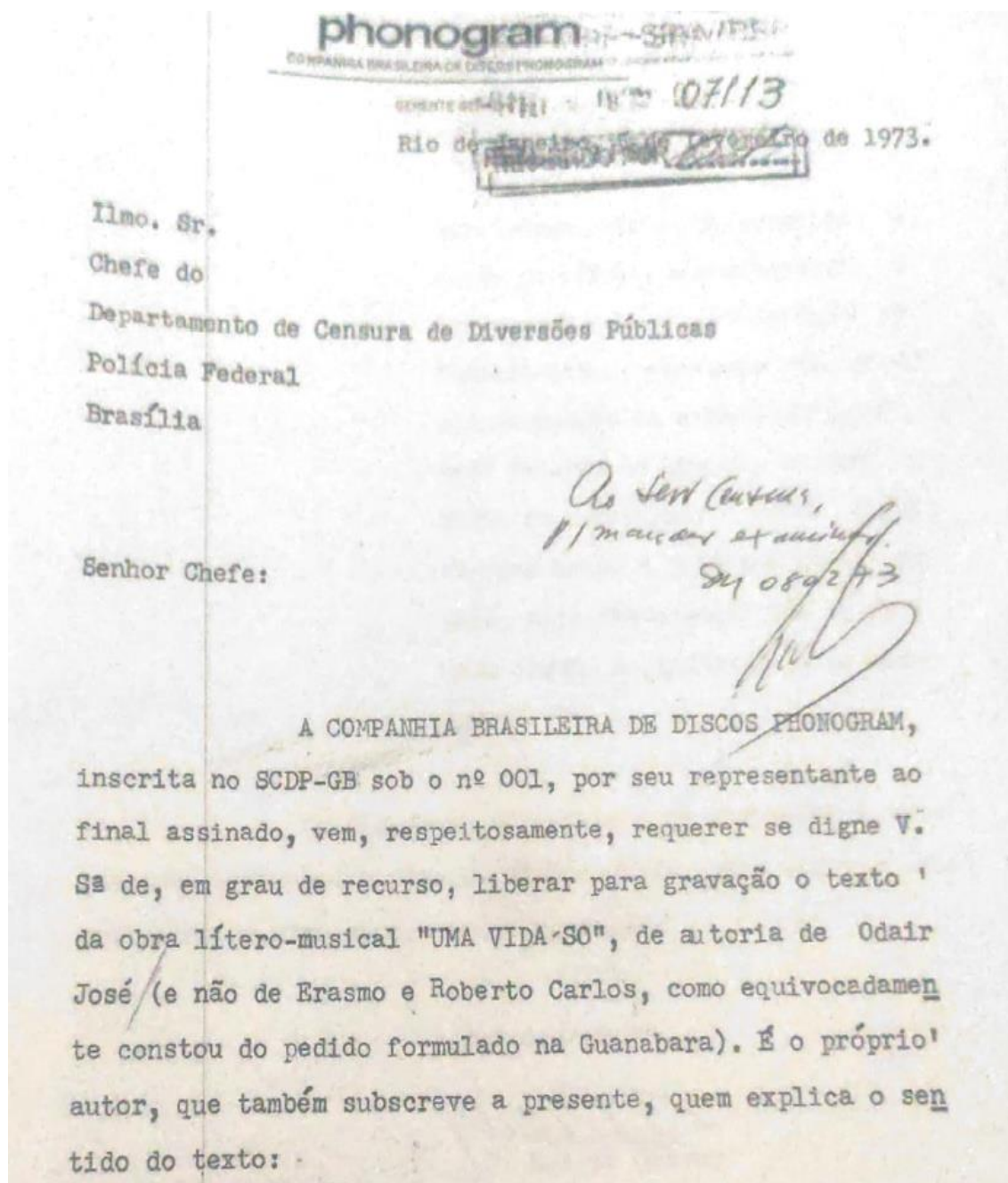
A entrevista, realizada por volta de 2008, nos mostra como o próprio Odair José ainda tem muitas incertezas com relação ao que motivou a censura da música “Uma vida só - Pare de tomar a pílula”.

Em outro trecho, que inclusive chamou muito a atenção dos alunos que participaram da oficina, percebe-se uma total falta de intenção em questionar o governo ditatorial, o que deixa claro que esses artistas, provavelmente, não eram engajados com questões políticas. Odair José relata que “o governo militar também tinha suas virtudes. Durante a ditadura nós não tínhamos sequestro relâmpago, não existiam bandidos, estupradores. Esse era o lado bom.” Essa narrativa de Odair José é bastante utilizada pelas vertentes do revisionismo ideológico e do negacionismo. Assusta perceber que um artista que foi censurado, sofreu ameaças, foi intimidado, teve a carreira prejudicada, ainda consiga enxergar lado bom em uma ditadura.

Depois de algumas tentativas de advogados da Companhia Brasileira de Discos Phonogram, a música “Uma vida só – Pare de tomar a pílula” foi liberada ainda em 1973, seguindo alguns ajustes e cortes exigidos pelo departamento de censura.

O documento abaixo mostra um contato do compositor e da Companhia Brasileira de Discos Phonogram com o Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), em 1973:

Figura 5 – Carta solicitando a liberação da música Uma vida só - “Pare de tomar a pílula”

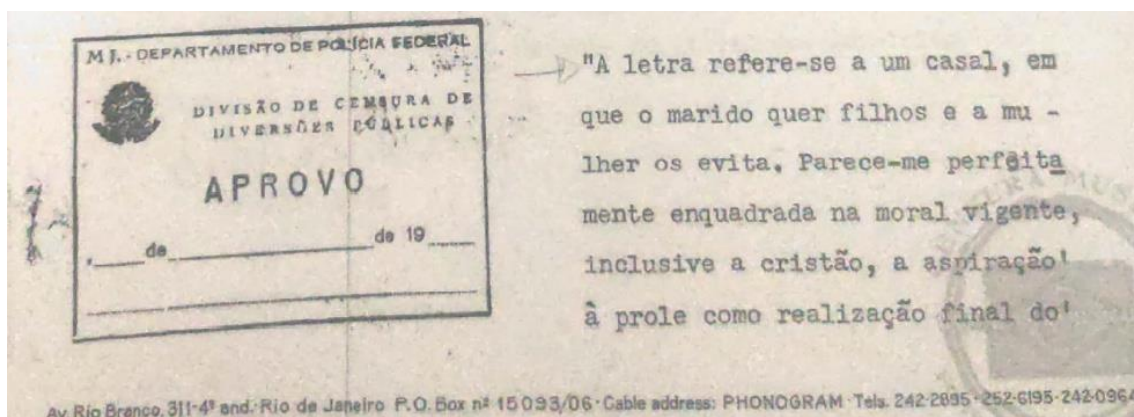


matrimônio. Não sendo proibida a venda da pílula, e expressando o texto o desejo da constituição da família plena, parece-me excessiva a preocupação da autoridade local, nada havendo de imoral, no caso, muito ao contrário: a idéia geral exprime mesmo a política geral do país, cuja preocupação não é, de modo algum, a limitação da natalidade".

Fonte: Site Censura Musical

No pedido de liberação é interessante observar que a autoria da composição foi confundida pelo censor que a julgou. Talvez pela rotina de ter que censurar algo, algumas vezes esses erros e confusões aconteciam. Na mesma carta é possível ver a justificativa de Odair José, quando diz o seguinte:

Figura 6 – Carta solicitando a liberação da música Uma vida só - "Pare de tomar a pílula"



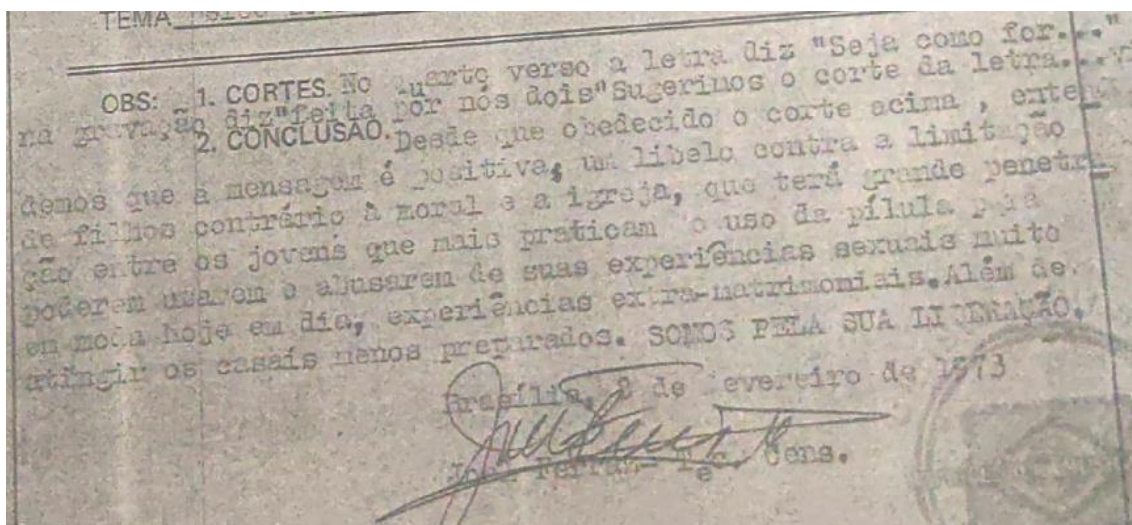
Fonte: Site Censura Musical

Odair José utilizou em sua oratória a justificativa de que a composição expressava apenas o desenho da "constituição da família plena", argumentando que a censura estava sendo excessiva.

Ainda em 1973, em resposta a Odair José e a Phonogram, o Departamento de Censura solicita alguns cortes na composição, para assim, fazer a liberação da mesma.

Selecionamos o trecho abaixo que mostra a resposta final referente à liberação da música:

Figura 7 – Resposta do DCDP à solicitação de Odair José

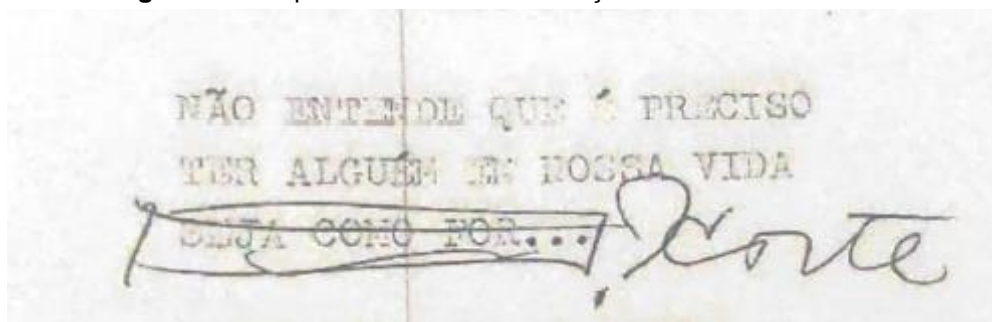


Fonte: Site Censura Musical

Infelizmente o documento está pouco legível, mas é possível observar a solicitação de corte do quarto verso, que diz “seja como for...”. E na conclusão reitera-se que se obedecida a solicitação, a composição será liberada.

Na segunda parte do documento, sinaliza-se para o trecho da composição que, de acordo com o julgamento dos censores, deve passar por um “corte”:

Figura 8 – Resposta do DCDP à solicitação de Odair José

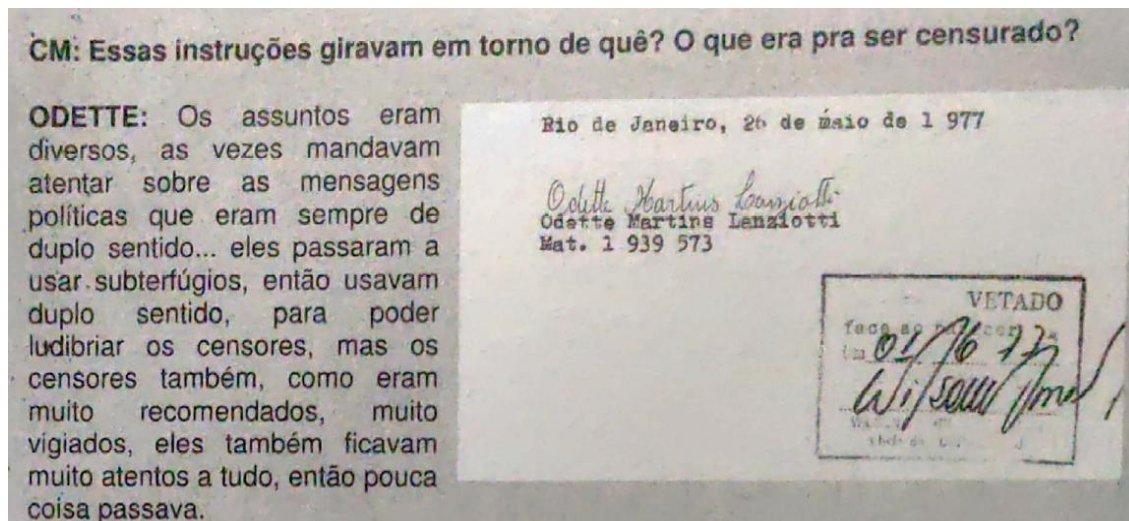


Fonte: Site Censura Musical

Podemos perceber que não há justificativas plausíveis, nem para a censura, nem para a liberação da música. A Censura existia para demonstrar o poder e autoridade do Regime, e devido à pressão interna no Departamento, criavam-se situações extremamente confusas.

Em entrevista ao site “censura musical”¹⁰, a ex-censora Odette Lanziotte, relatou que as censuras seguiam protocolos e instruções recebidas pelas autoridades emanadas de Brasília. Selecionamos um trecho da entrevista:

Figura 9 – Trecho de entrevista com a ex-censora Odette Lanziotte



Fonte: Site Censura Musical

A fala de Odette reforça o que falamos anteriormente sobre as motivações e lógicas implementadas para censurar as produções da época da Ditadura Militar. E reforça a ideia de “censura dentro da censura” quando a entrevistada relata que os censores “eram muito vigiados”.

2.3.2 DOM E RAVEL: A censura oficial e “não oficial” na Ditadura Militar

Outros artistas abordados nesta pesquisa são os irmãos Dom e Ravel¹¹. Os irmãos nasceram no estado do Ceará, Dom em 1944 e Ravel em 1947, e posteriormente se mudaram para o Sudeste, primeiramente para o Rio de Janeiro e, depois, São Paulo. Inicialmente os irmãos conseguiram visibilidade como compositores: artistas como Sérgio Reis, Vanuza, Wanderléia, Moacyr Franco e Os Incríveis gravaram composições. Posteriormente a dupla foi contratada pela gravadora RCA.

No início da carreira como cantores, os irmãos tiveram algumas músicas utilizadas pelo governo militar, motivo pelo qual muitos referiam-se à dupla como

¹⁰ Ressaltamos, mais uma vez, que os materiais disponibilizados no extinto site Censura Musical fazem parte de uma pesquisa realizada pelos estudantes de Jornalismo André Rocha, Gabriel Pelosi e Lucas Mota, da Universidade Mackenzie de São Paulo, realizaram o trabalho de conclusão da graduação com o tema: “Efeitos da censura na produção musical durante o regime militar.

¹¹ Dom, com nome de batismo Eustáquio Gomes de Farias, faleceu em 10 de dezembro de 2000, em decorrência de um câncer de estômago. Ravel, com nome de batismo Eduardo Gomes de Faria, faleceu em 16 de junho de 2011, vítima de um ataque cardíaco.

“fabricada” pela ditadura. Dom e Ravel eram vistos como propagadores de ideias ufanistas através música “Eu te amo, meu Brasil” (1969), composta pela dupla, fez grande sucesso com a banda “Os Incríveis”, chegou a ser rotulada como hino da ditadura.

Em entrevista ao site censura musical, Ravel é questionado se os militares utilizavam as músicas com o consentimento da dupla e responde que: *“na época da ditadura eles nunca pediam nada. Eles mandavam. O medo pairava porque nós ouvíamos os papos que sumiu fulano, desapareceu ciclano. Os artistas procuravam tomar precauções.”*

Buscando fugir das críticas de dupla “fabricada” pela ditadura, a dupla resolveu fazer uma música que a livrasse do rótulo. Em 1974, lançaram a música “Animais Irracionais”, que foi censurada. Vejamos a letra na íntegra:

Às vezes eu olho pra terra sem compreender
 A luta dos seres humanos pra sobreviver.
 O grande açoitando o pequeno,
 Terceiros mandando apartar,
 Mas na maioria das vezes o grande não quer parar.
 Tem vezes que o desesperado se põe a pensar (a pensar)
 Por que deve aos pés de um dos grandes se ajoelhar,
 Eu passo por muitas igrejas pedindo respostas de deus
 Pra ele calado no espaço ouvir os lamentos meus.
 Animais (animais) nós os homens somos todos meio
 Animais irracionais
 Levantamos, guerreamos e deitamos e rezamos antes
 A vida é um sonho e nada mais. oh! cantem a trás.

Às vezes eu olho por cima do mundo e os maus (os maus)
 Eu vejo vencendo na vida os mais altos degraus
 Não querem ouvir nem falar
 De fome, problemas e dor
 Dos outros nem ao menos admitir ou supor.
 E sempre eles acham que eles são certos demais (demais)
 Dinheiro perdido em seus vícios não volta jamais,
 Pequenos e grandes ladrões
 No meio dos homens de bem
 Que cruzam as ruas da vida matando ou roubando alguém.
 (DOM; RAVEL, 1974)

Essa nova proposta contrapõe o estilo ufanista presente nas composições anteriores. Trazendo à tona uma narrativa de luta e sofrimento de pessoas que tentam sobreviver em meio a um contexto de exploração. A música denuncia as disparidades entre opressores e oprimidos e expressa a negatividade de vivermos em uma sociedade autoritária e desigual.

A composição incomodou o governo, pois estava em desacordo com a mensagem de união da corrente “pra frente”. Na letra é possível perceber uma

crítica à exploração do trabalhador, que luta pela sobrevivência enquanto é explorado pelos patrões. O resultado de um disco com canções que denunciavam situações de desigualdades sociais, foi a censura e recolhimento dos discos nas rádios de todo o país. Ao “censura musical”, Ravel relata que resolveu cantar a canção “Animais Irracionais” em um show na cidade de Brasília e que “a Polícia Federal invadiu o palco, interrompeu o show e causou uma confusão geral”.

Ravel também fala sobre as vezes que foi intimado a comparecer à Polícia Federal:

No departamento de censura eles colocavam você numa sala escura gelada e te davam uma canseira, porque você ficava lá horas e horas sem ninguém dizer nada, era um clima psicologicamente pesado, um frio danado. E depois de horas questionavam sobre a letra de Animais Irracionais.

Um relato similar ao de Odair José, quando falam sobre o clima de tensão e intimidação que girava em torno dos artistas censurados naquela época.

Diante desse quadro de repressão e autoritarismo, outra produção do LP de Dom e Ravel causou muito incômodo: a composição “O caminhante”. Abaixo, a letra na íntegra:

Eu ando caminhando por aí
 Procurando uma região sem dono,
 Local do qual me sinta proprietário,
 Usuário do que dele eu extrair.
 Tomaram palmo a palmo quase tudo.
 Absurdo, eu não consigo acreditar!
 Conquistarei um dia o meu lugar?
 Preciso tanto recomeçar!
 Onde eu piso, dizem: “ Isto não é seu”!
 Tanta coisa boa eu deixo de fazer!
 Quantos outros caminhantes como eu,
 Sonham tanto um paraíso pra viver!
 Eu vi milhões de arames grossos e farpados!
 Já cansado, sobre a areia então chorei.
 Ali, gigantes blocos de concreto,
 Com seus tetos sobrepostos levantei.
 O Sol rachou meu violão de lado,
 Mas sou calado, não costumo me grilar!
 Até o Céu se encontra dividido:
 “Seus antigos astros buscam seu lugar”
 E onde eu piso, dizem isto não é seu!
 Tanta coisa boa eu deixo de fazer!
 Grande parte de caminhantes já morreu,
 Sem o nosso pobre mundo compreender!
 (DOM; RAVEL, 1974)

A composição, que sofreu o que chamamos de censura “não oficial”, tem como foco uma abordagem sobre o cotidiano dos trabalhadores rurais e a luta pela posse de terra no Brasil. Um quadro de injustiça social que é resultado do

processo de ocupação das terras de nosso país. Sem se utilizar de duplos sentidos ou metáforas, a dupla escancara mais uma vez os problemas sociais que assolam a sociedade brasileira. E tocam na ferida da reforma agrária.

Em entrevista ao site “censura musical”, Ravel fala sobre o show que fizeram na região do Araguaia, cujo contratante ordenou que a dupla não cantasse a canção “O caminhante”:

O contratante enfiou uma pistola nove milímetros na boca do Dom e disse que se nós cantássemos “O caminhante”, não iria ter mais show de Dom e Ravel em lugar algum. O Dom foi frio. E essa questão de não tocar algumas músicas acontecia em quase todo o país.

Vários autores brasileiros reconhecem a destacada importância desse combate no campo, dado que ao se falar de Ditadura Militar, Brasil e guerrilha, é inevitável mencionar o Araguaia.

Outra ação, contundente, aconteceu na área rural. A guerrilha do Araguaia contou com cerca de cem guerrilheiros, inclusive alguns camponeses, e acabou num massacre. As forças armadas deslocaram para a região do bico do papagaio, sudoeste do Pará, entre 1972 e 1974, em torno de 04 mil homens e, em outubro de 1973, Brasília emitiu a ordem de não fazer prisioneiros no local. O envio de força militar e policial para regiões onde se supunha existirem bases de treinamento de guerrilha foi uma das características da repressão na área rural. (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.462)

Cantar “O caminhante”, na visão dos proprietários de terra, era uma forma de estimular os trabalhadores a lutarem por melhores condições e por um pedaço de terra. Os cantores buscaram um diálogo e tentaram justificar dizendo que não tinham a intenção de estimular aquele tipo de disputa. Segundo Dom relatou ao historiador Paulo César de Araújo, o ruralista disse:

Mesmo que os senhores não estejam cantando com essa finalidade, nós é que estamos pagando o show dos senhores aqui no clube, o nosso partido é quem subvenciona todas essas propagandas do clube e das rádios daqui, então, por favor, estou advertindo o senhor de uma forma bem amistosa, não cantem mais essa música nessa sequência de shows aí, tá bom? (ARAÚJO, 2003, p. 96)

Assim, mostra-se como, além da censura oficial, a dupla Dom e Ravel também “experimentou” o desagradável gosto da censura “não oficial”, sendo perseguidos por diferentes setores.

2.3.3 LUIZ AYRÃO: “Esperando bem sentado aquele reino encantado” – “Treze anos eu te aturo, eu não aguento mais”

Nascido no Rio de Janeiro, em 1942, a trajetória de Luiz Ayrão segue o caminho inverso dos compositores citados acima. Se formou em Direito e tornou-se Advogado e Procurador no Rio de Janeiro; mas não deixou de lado a veia

artística. Em 1963 teve a primeira composição gravada, a música “Só por amor” foi gravada por Roberto Carlos, além de “Nossa canção”, gravada em 1966, primeiro sucesso romântico de Roberto Carlos, impulsionando a sua carreira.

Outra questão a se ressaltar é a insatisfação de Ayrão em fazer parte do livro “Eu não sou cachorro, não”, de Paulo César de Araújo e ver a sua imagem sendo comparada ao gênero “brega”.

Em entrevista ao canal “[A música de] História Pública da Música no Brasil”, que estreou em 30 de dezembro de 2020 no Youtube, Luiz Ayrão rechaça qualquer assimilação de suas composições com o gênero brega. Dizendo que “um cara” com sua escolaridade não pode ser comparado a compositores que fazem músicas “simples”. Foi ainda mais veemente ao caracterizar a música “brega” como baixo nível e péssima qualidade; “música mal feita com intuito de vender”, mostrando uma visão pejorativa acerca desse gênero musical.

Selecionamos duas composições de Luiz Ayrão para mostrar a sua participação na censura, são elas: “Amigo Chico” (1977) e “O divórcio” (Treze anos).

Para compreendermos a história em volta da censura à “Amigo Chico”, é importante observar alguns trechos da composição de Chico Buarque:

Meu caro amigo, eu quis até telefonar
 Mas a tarifa não tem graça
 Eu ando aflito pra fazer você ficar
 A par de tudo que se passa
 Aqui na terra tão jogando futebol
 Tem muito samba, muito choro e rock'n'roll
 Uns dias chove, noutros dias bate o sol
 Mas o que eu quero é lhe dizer que a coisa aqui tá preta

Muita careta pra engolir a transação
 Que a gente tá engolindo cada sapo no caminho
 E a gente vai se amando que, também, sem um carinho
 Ninguém segura esse rojão.
 Meu caro amigo, eu bem queria lhe escrever
 Mas o correio andou arisco
 Se me permitem, vou tentar lhe remeter
 Notícias frescas nesse disco
 Aqui na terra tão jogando futebol
 Tem muito samba, muito choro e rock'n'roll
 Uns dias chove, noutros dias bate o sol
 Mas o que eu quero é lhe dizer que a coisa aqui tá preta
 A Marieta manda um beijo para os seus
 Um beijo na família, na Cecília e nas crianças
 O Francis aproveita pra também mandar lembranças
 A todo o pessoal
 Adeus!

(CHICO BUARQUE, 1976)

A composição de Chico é uma mensagem para o amigo Augusto Boal que estava exilado em Portugal. O autor fala da situação complicada no Brasil, das dificuldades, perseguições; mas passou despercebida pelos “olhos” da Censura.

Em resposta à “carta”¹² de Chico Buarque – Meu caro amigo (1976), Luiz Ayrão gravou, em 1977, a música “Amigo Chico”. Nessa composição há uma crítica explícita à difícil situação vivenciada no Brasil, quando afirma que “a coisa aí anda tão preta”, outro trecho que podemos destacar é quando o compositor cita o futebol, que era utilizado como forma de propaganda ufanista nos governos ditatoriais. Vejamos a letra na íntegra:

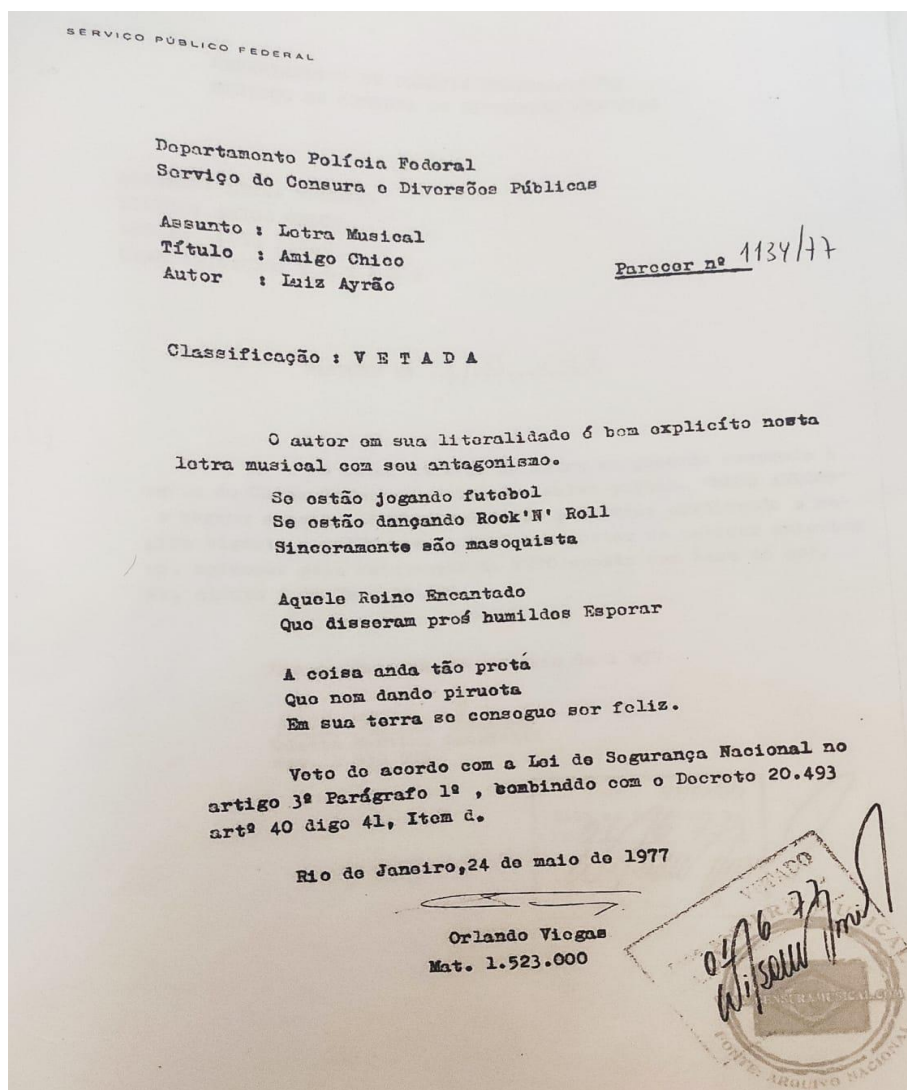
Amigo Chico, recebi a sua carta
 E talvez eu já não parta
 Como estava planejando
 Você me diz que a coisa aí tá preta
 E na pá e na picareta a gente acaba segurando
 Tava querendo regressar ainda este ano
 Mas você mudou meu plano
 Lhe agradeço pela pista
 Se estão jogando futebol
 Se estão dançando rock'n roll
 Sinceramente, sua gente é masoquista
 Por outro lado
 Tô cansado de dar duro
 E queria no futuro humildemente descansar
 E esperando bem sentado
 Aquele reino encantado
 Que disseram pra eu humilde esperar
 Mas ser humilde hoje em dia é careta
 O negócio é mutreta
 E pelo que você me diz
 A coisa aí anda tão preta
 Que nem dando pirueta
 Em seu planeta
 Se consegue ser feliz
 (LUIZ AYRÃO, 1977)

Em resposta, a letra de Ayrão relata que o momento é extremamente complicado devido a infelicidade e dificuldades vivenciadas, não cita o Brasil, mas no trecho “nem dando pirueta em seu “planeta” se consegue ser feliz”.

¹² Augusto Boal, teatrólogo brasileiro, após ser acusado de ser o portador de uma carta cubana, cujo conteúdo estava relacionado a armamentos e que teria sido entregue por Boal ao líder de uma organização comunista no Brasil, foi preso e torturado. Tendo sido exilado na Argentina, em 1971 e em Portugal, em 1976. No período de exílio em Portugal, Boal relatava o quanto sentia saudades dos momentos com os amigos e de receber notícias sobre o Brasil. É nesse contexto que Chico Buarque compôs “Meu caro amigo” (1976).

Vejamos dois documentos com os pareceres dos censores e veto à composição de Luiz Ayrão:

Figura 10 – Parecer nº 1134/77 (DCDP) – 24/05/1977

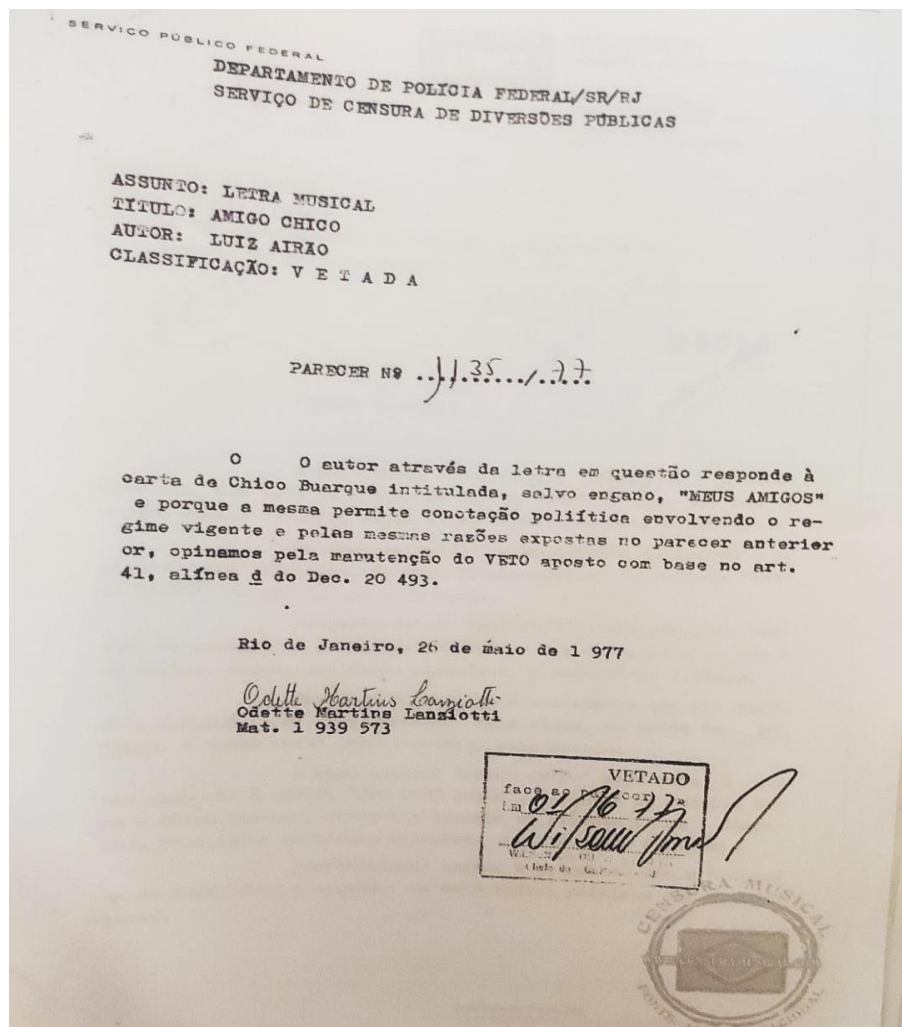


Fonte: Site Censura Musical

O parecer assinado por Orlando Viegas cita trechos específicos da composição e justifica dizendo que o autor demonstra explícito antagonismo.

O segundo parecer:

Figura 11 – Parecer nº 1135/77 (DCDP) 26/05/1977



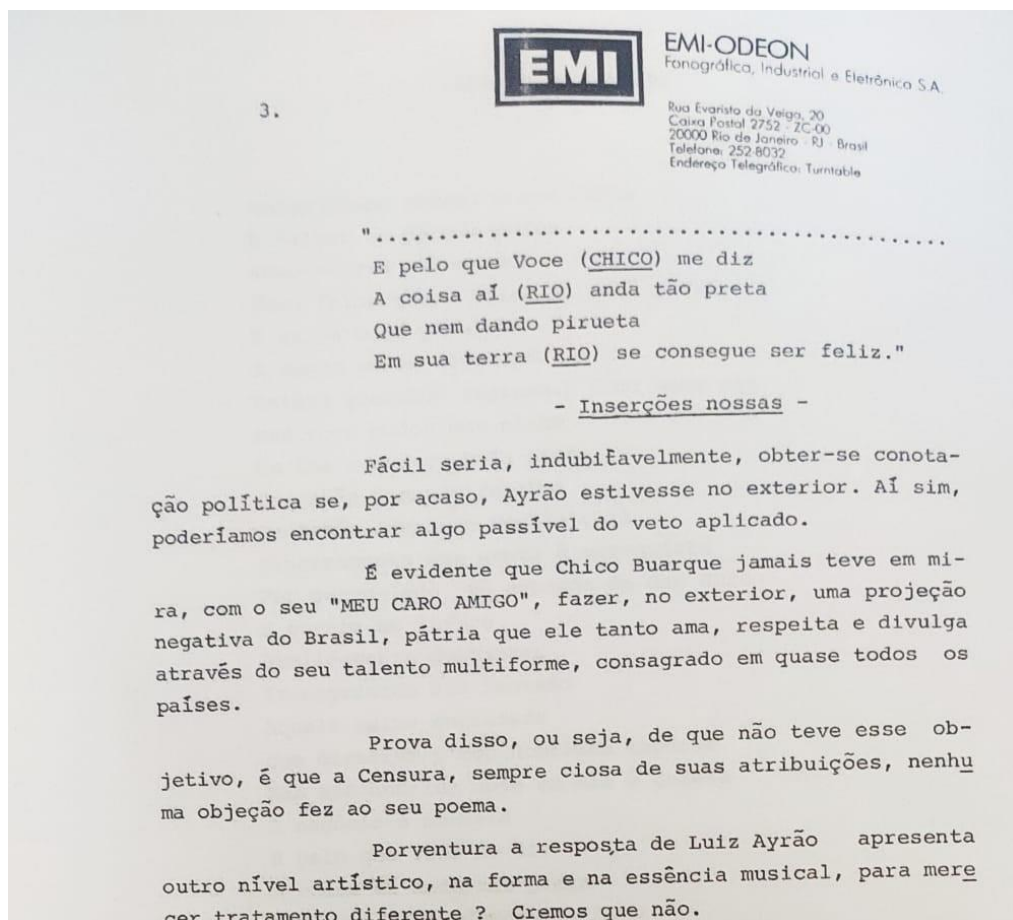
Fonte: Site Censura Musical

No segundo documento, vemos o parecer da censora Odette Lanzziotti, que justifica o veto dizendo que a composição permite conotação política.

Após a documentação protocolada pelo Departamento de Censura, a gravadora EMI-ODEON fez intercessões em prol da liberação da composição se utilizando de algumas justificativas, dentre elas a defesa de que a música só teria conotação política se Ayrão estivesse no exterior e também o argumento de que a composição de Chico não havia sido censurada. Sendo assim, de acordo com o argumento dos advogados, não faria sentido censurar Luiz Ayrão.

Vejamos o trecho citado da carta:

Figura 12 – Requerimento para liberação da composição “Amigo Chico”



Fonte: Site Censura Musical

Apesar de censurada em um momento inicial, cerca de três meses depois, a composição foi liberada, após interpelação entre o compositor, a gravadora e o Departamento de Censura, sendo liberada no dia 14 de julho de 1977.

Outra passagem de Luiz Ayrão pela censura, foi através da composição “Treze anos” – posteriormente intitulada de “O divórcio”. Vejamos a letra na íntegra:

Treze anos eu te aturo
Eu não aguento mais
Não há “cristo” que suporte
Eu não suporto mais
Treze anos me seguro
E agora não dá mais
Se treze é minha sorte
Vai, me deixa em paz
Você vem me infernizando
Como satanás
Você vem me enclausurando
Como alcatraz
Você vem me sufocando
Como o próprio gás

Ainda vive me gozando
 Assim já é demais
 Você vem me tapeando
 Como um pente-fino
 E vem me conversando
 Como ao bom menino
 E vem subjugando
 O meu destino
 E vem me instigando
 A um desatino
 Um dia eu perco a timidez
 E falo sério
 E faço as minhas leis
 Com o meu critério
 E vou para o xadrez
 O cemitério
 Mas findo de uma vez
 Com seu império.
 (LUIZ AYRÃO, 1977)

Em entrevista concedida ao site Censura Musical, por volta do ano de 2007, Ayrão explica que em 1977 havia uma euforia do governo em relação ao que eles chamavam de “13 anos da revolução”, e, propositalmente, resolveu escrever a canção “Treze anos”. Em seu relato ele diz que: “Vou fazer uma música sacaneando esses caras!”. A composição foi censurada.

Porém, ainda em 1977, surgiu uma campanha no Brasil em prol do divórcio. A “Lei do divórcio” (Lei Nº 6.515/1977) teve o senador Nelson Carneiro (MDB) como um dos principais apoiadores, e como era de se esperar, teve grande oposição da igreja e grupos conservadores.

O fato é que a Lei permitiu uma mudança social profunda no Brasil e também deu margem para a ideia de Ayrão de mudar o título da composição para “O divórcio”. Também ao Censura Musical, o cantor relatou que após a mudança, a música foi julgada por outra câmara de censura e liberada. Ayrão demonstra ainda insatisfação por julgar que teve pouca visibilidade por ser taxada de “brega”. Vejamos o trecho da entrevista:

Eles viam protestos até nas músicas que o Chico dizia que não tinha protesto. E as minhas eles não viam porque me chamavam de brega. Só depois de muitos anos que a imprensa acordou e viram que essa foi a música mais contundente contra o governo militar depois daquela do Geraldo Vandré (Pra não dizer que não falei das flores).

Interessante observar que em entrevistas realizadas em 2007 e 2020, Luiz Ayrão permanece com a mesma insatisfação de ser comparado com um

artista “brega”. Com a diferença de quem em 2020 o cantor demonstra ainda mais insatisfação e até revolta com tal assimilação.

Porém ser “brega” não era requisito para escapar da censura, Odair José, Dom e Ravel, entre outros, são provas disso. Bem como, as motivações para a censura não eram apenas políticas.

2.3.4 FERNANDO MENDES: “O que foi que fizeram com o meu pequeno amigo?”

Luiz Fernando Mendes Ferreira, nascido em Conselheiro Pena, Minas Gerais, em 1952 é um cantor e compositor brasileiro conhecido por suas músicas dramáticas. De família humilde, sempre demonstrou interesse em seguir uma carreira artística.

A relação de Fernando Mendes com a censura se deu a partir da composição “Meu pequeno amigo (1973). Vejamos a letra na íntegra:

Tão de repente
 O amor se transformou
 No coração dos homens maus
 Já se acabou
 E sem querer
 Você se foi
 E hoje choram por você
 Na mesma rua que você brincou
 Já não existe mais aquele Sol
 A mesma paz
 Não adianta procurar
 Quem viu não vai falar
 E o sonho terminou
 Digam pra mim
 Digam pra mim onde está
 E o que foi que fizeram
 Com o meu pequeno amigo
 O seu sorriso
 Tão lindo se apagou
 Naquela rua
 Você não brinca mais
 Até as flores
 Do jardim entristeceram
 Sentiram sua falta, morreram
 (FERNANDO MENDES, 1973)

Na letra da música, o autor aborda um acontecimento que até hoje não teve solução. O sequestro do garoto Carlos Ramires da Costa, o Carlinhos, ocorrido na noite de 2 de agosto de 1973, no Rio de Janeiro.

De acordo com relatos de familiares, o garoto, na época com 10 anos de idade, estava em casa ao lado da mãe, quando foi levado sob a mira de um

revólver. Houve a tentativa de efetivar o pagamento de resgate, mas o sequestrador não deu mais notícias e até hoje o caso segue sem solução.

Quando Fernando Mendes canta “Diga pra mim onde está e o que foi que fizeram com o meu pequeno amigo”, está fazendo uma alusão a esse caso que chocou a sociedade. Porém, como naquele contexto, “os desaparecimentos políticos” era algo presente na sociedade ditatorial, a composição incomodou à Censura.

Sobre essa composição, Araújo (2003) ressalta:

Apresentada ao Departamento de Censura no início de 1974 - quando o caso policial ainda ocupava grande espaço na mídia - , a composição foi liberada com a recomendação de que se colocasse no subtítulo entre parêntese a informação “Tributo a Carlinhos”. Entretanto, no momento em que a gravação começava a tocar nas emissoras de rádio, veio a ordem de sua proibição. (ARAÚJO, 2003, p.47)

Mesmo com a imposição de mudança no título, no corpo da composição o nome de Carlinhos não aparece. O que de acordo com o pensamento ditatorial, poderia dar vazão a outras interpretações acerca dos “desaparecimentos” da época.

2.3.5 WALDICK SORIANO: “Apareceste afinal, torturando este ser que te adora...”

Nascido em 13 de março de 1933, em Caetité-Bahia, Eurípedes Waldick Soriano teve uma vida simples e humilde, onde até os 25 anos de idade trabalhou como motorista de caminhão, garimpeiro, lavrador. Transformou-se em ícone da música classificada como “brega”.

Apesar de não ser uma música de protesto, Waldick Soriano sentiu o amargo gosto da censura a partir da produção “Tortura de amor”. A música “Tortura de amor” foi composta no final dos anos 1950, lançada em 1962, a composição não alcançou sucesso e visibilidade no cenário musical brasileiro. Aos poucos artistas como Cauby Peixoto, Altemar Dutra, Nelson Gonçalves, Agnaldo Timóteo, Maria Creuza, Fagner Fafá de Belém incorporaram a canção aos seus repertórios.

Após regravação de Waldick Soriano, em 1974, a composição enfrentou problemas com a Censura. Vejamos a letra na íntegra:

Hoje que a noite está calma
E que minh'alma esperava por ti

Apareceste afinal
 Torturando esse ser que te adora

Volta, fica comigo só mais uma noite
 Quero viver junto a ti
 Volta, meu amor
 Fica comigo e não me desprezes
 A noite é nossa e o meu amor pertence a ti

Hoje eu quero paz
 Quero ternura em nossas vidas
 Quero viver por toda vida
 Pensando em ti

Volta, meu amor
 Fica comigo, não me desprezes
 A noite é nossa e o meu amor pertence a ti

Hoje eu quero paz
 Quero ternura em nossas vidas
 Quero viver por toda vida
 Pensando em ti
 (WALDICK SORIANO, 1974)

Em 1973, em entrevista ao jornal Zero Hora, de Porto Alegre, uma fala de Waldick Soriano que afirmava que “Cristo era um arruaceiro e enganador”, o coloca em uma situação de visibilidade negativa diante de camadas puritanas e conservadoras, onde o cantor recebeu diversas críticas, inclusive de deputados. Talvez essa fala, que estava em desacordo com a ideia de moral religiosa, tenha sido o estopim para que Waldick passasse pelo ‘tribunal’ da Censura.

Em entrevista concedida a Paulo César de Araújo, Waldick Soriano critica a censura:

A censura que existia naquela época era uma censura ignorante. Ignorante, radical e burra. Censurar “Tortura de amor”!? Tortura é uma palavra poética: ‘não me tortura tanto, meu amor...vivo torturado por ti ‘ Quer dizer, censuraram a minha música, meu disco não podia vender, não podia ser executado em rádio nem em televisão. Eu acho que naquele período, no fundo, no fundo, havia muito autoritarismo, muito abuso de autoridade.

A composição “Tortura de amor” incomodou os censores, pois naquele contexto em que se falava sobre as torturas aplicadas pela Ditadura, o termo não era visto com bons olhos, afinal de contas, após a promulgação do AI-5, a tortura foi uma prática iminente. Então, devido ao termo, a música foi proibida em todo o território nacional. Isso deixa explícito os vários vieses da censura aplicada no contexto da Ditadura Militar.

Diante de todas as composições expostas, mais uma vez, ressaltamos a importância de canções “bregas” serem um excelente recurso para

compreender diferentes contextos da Ditadura Militar. O diálogo com essas músicas amplia o nosso olhar sobre a censura, a sociedade daquele período e o regime de forma geral.

No capítulo anterior, mostramos que o cruzamento entre história e música é uma estratégia relevante para o processo de ensino-aprendizagem. Partindo de outros olhares, para além das “músicas de protesto”, objetivamos trazer à tona o gênero “brega”, para muitos “marginalizado”, como fonte importante na construção do entendimento sobre o período de ditadura no Brasil.

Tratamos sobre a censura à música brega, nos valendo de uma pesquisa documental disponibilizadas no site Censura Musical, na pesquisa do historiador Paulo César de Araújo sobre Música Popular Cafona – título do livro – e pesquisas realizadas no Sistema de Informações do Arquivo Nacional, além de entrevistas com cantores como: Odair José e Luiz Ayrão, disponibilizadas em canais do Youtube.

Pesquisar o gênero “brega” nos fez perceber-la como uma música genuinamente brasileira, que fala aos ouvidos e ao coração de quem quiser, sem muitos subterfúgios. As músicas e os artistas “bregas” se comportam como repórteres musicais do seu tempo. Cantores como Odair José, Dom e Ravel, tocavam em assuntos tabus: drogas, homossexualidade, desigualdade social, o trabalho no campo, etc. Músicas que fazem parte do processo de resistência, não no campo político, mas no campo comportamental.

Entendemos que há um equívoco de avaliação com a música “brega”, ao tratá-la como “alienada”. Sendo que esses artistas não estavam alheios a questões sociais daquela época, denunciando autoritarismos sobre os trabalhadores rurais, as questões trabalhistas.

É interessante perceber o gênero “brega” como uma música nacional e dominante, porque ela atinge todos os setores e regiões – apesar de atingir as classes mais “pobres” que se sentem representados por essas narrativas musicais.

As músicas expõem questões morais, falam de violência, desemprego. Problemas que eram desconsiderados pelo governo militar, e ao serem retratados nas canções “bregas”, incomodaram o sistema. Assim, consideramos válida essa multiplicidade nas escolhas das músicas, onde podemos pensar as diversas motivações para a prática da censura, e dar continuidade a estudos e pesquisas sobre música brega e Ditadura Militar.

Nesse cenário, o historiador deve buscar entender como esse cruzamento de reflexões entre censura, música “brega” e ditadura pode ser um recurso pertinente para o estudo cooperativo nas aulas de história.

A partir disso, nas próximas páginas, numa perspectiva de enxergar os estudantes enquanto produtores do conhecimento histórico, na reflexão sobre como os mesmos formulam suas visões acerca dos fatos e pensando especificamente as relações entre músicas e a história, buscaremos analisar na prática, como as músicas “bregas” ajudam a construir uma ideia de passado e versões sobre a Ditadura Militar. Nos valemos das ideias de Chartier (1988), na compreensão do sentido de apropriação, quando o leitor é visto como um produtor de interpretações e sentidos e não apenas como um consumidor do texto.

E por meio do uso de fontes da censura, músicas, entrevistas do passado e do presente, o professor tem a oportunidade de promover aulas e atividades reflexivas, além de discussões onde o estudante seja participante ativo nesse processo. E através da análise de documentos e audição das músicas, construir suas noções e ideias sobre o que foi a ditadura no Brasil.

3 OFICINA “OS SONS DO BREGA”: reflexões sobre o uso da música em sala de aula

Este capítulo tem como objetivo desenvolver uma proposta de Oficina, numa perspectiva de enxergar os estudantes enquanto produtores do conhecimento histórico, na reflexão sobre como os mesmos formulam suas visões acerca dos fatos e pensando especificamente as relações entre músicas e a história, buscaremos analisar como as memórias, músicas “bregas” e documentos da censura ajudam a construir uma ideia de passado e versões sobre a Ditadura Militar.

3.1 Os preparativos para a Oficina

A aula-oficina tendo como base o princípio investigativo – sob a matriz disciplinar de Rüsen – implica no professor como investigador social, que apreende e interpreta o mundo conceitual de seus alunos no sentido de modificá-lo positivamente e esta progressão pode ser manifesta nas narrativas dos alunos, pois também integra a construção do conhecimento histórico escolar, a capacidade de apresentar, divulgar, comunicar os “resultados” do conhecimento histórico produzido (RAMOS, 2018, p.49).

É importante estabelecer uma relação entre história, vida prática e o processo de ensinar história, para isso, pensamos no método de uma Aula-Oficina com base nas ideias de Barca (2004), onde enxergamos o aluno como um agente de formação e protagonista do processo de ensino-aprendizagem. E como já ressaltado a priori, nossa intenção é refletir sobre como a música “brega” pode ser um elemento impulsionador no processo de compreensão histórica acerca da Ditadura Militar no Brasil.

Nosso embasamento está também na matriz disciplinar de Rüsen (2001; 2006; 2010) e em sua definição de aprendizagem histórica e consciência histórica. Para o autor, consciência histórica é o entendimento sobre o tempo, além de ser “uma categoria geral que não é apenas relação com o aprendido e o ensino de história, mas cobre todas as formas de pensamento histórico; através dela se experencia o passado e o interpreta como história.” (Rüsen, 2006, p.14). Falar sobre consciência histórica não pode ser confundido como o simples conhecimento do passado:

A consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente e antecipar o futuro. Ela é uma combinação complexa que contém apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro (RÜSEN, 2006, p.14)

Rüsen (2001) também aponta a consciência histórica como “a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente sua vida prática no tempo” (p. 57). Interessante observar a partir dessa definição, que a consciência histórica está ligada a uma forma de orientação do indivíduo para a vida prática, ou seja, a forma como nós interpretamos as nossas experiências e vivências ao longo do tempo.

E é na compreensão de que a prática docente e a produção do conhecimento histórico carregam elementos específicos, que percebemos a necessidade de construir metodologias e reflexões conceituais para conhecer essa área de conhecimento. enxergando o tempo presente como ponto de partida para a aprendizagem histórica, pois as “histórias” que integram o cotidiano social são construídas pelos estudantes.

Rüsen (2001) elenca três operações básicas da aprendizagem histórica, são elas: experiência, interpretação e orientação. Na experiência, o estudante passa por um processo de ampliação no conhecimento sobre as experiências humanas no passado (a partir da historiografia e da memória) e no presente (a partir do ensino de história e do contato com as fontes, por exemplo. Na segunda operação cognitiva, a interpretação, acontece quando o estudante passa a atribuir sentido ao passado que ele aprende na escola, a partir do lugar social, quando se começa a atribuir significado e se apropriar desses conteúdos, o aluno passa a dar um sentido específico. Na função da orientação há uma consciência histórica sólida e desenvolvida, uma competência prática direcionada a uma organização, compreensão e ação na vida prática, quando conhecimento se transforma em ação e engajamento, seja numa causa política ou social, por exemplo.

Ressaltamos que nossa intenção não é discutir as diferentes definições de tempo presente ou debater sobre as resistências em relação a esse campo de estudo. Mas entendemos que o tempo presente se refere a um passado atual que está em permanente processo de atualização.

De acordo com Rüsen (2001), pensar o passado significa remeter a uma experiência do tempo presente, nesse sentido, a atividade docente está mediada

por condicionantes do tempo presente, inclusive a própria leitura que se tem sobre o passado e a concepção de memória que se tem nesse tempo presente. Aprender história precisa ser compreendido como um processo significativo e precisa ter uma função na sociedade, ou seja, promover a consciência histórica. O estudo do passado é mobilizado a partir das demandas do tempo presente e é um instrumento de uso para a vida prática, daí a ideia da consciência histórica. Senão vejamos:

A consciência histórica nos dá elementos para nos orientar quando precisamos enfrentar um problema no presente, nos impelindo a uma relação interpretativa do passado para buscar subsídios para o agir, e assim, interferir no futuro (RAMOS, 2018, p.36)

Por isso, existe uma necessidade por parte de muitos professores de História da Educação Básica de saber o que os estudantes pensam sobre determinados assuntos, como é o caso da Ditadura Militar, para assim, compreendermos quais são as carências no que diz respeito a orientação.

Com a proposta de oficina, almejamos contribuir para o processo de compreensão histórica do estudante no que se refere aos estudos sobre ditadura e censura, pensando também a situação atual que vivenciamos no tempo presente, como os negacionismos abordados no capítulo 1.

Podemos dizer que uma das formas mais pertinente de se construir conhecimento se dar a partir do momento que o estudante tem acesso às fontes e documentos, por isso, uma das propostas da oficina é proporcionar aos alunos momentos de análise dos pareceres emitidos pelo departamento de censura, bem como as justificativas para o veto de algumas músicas bregas. Barca (2004) destaca alguns elementos importantes do que diz respeito a conseguir uma competência em História:

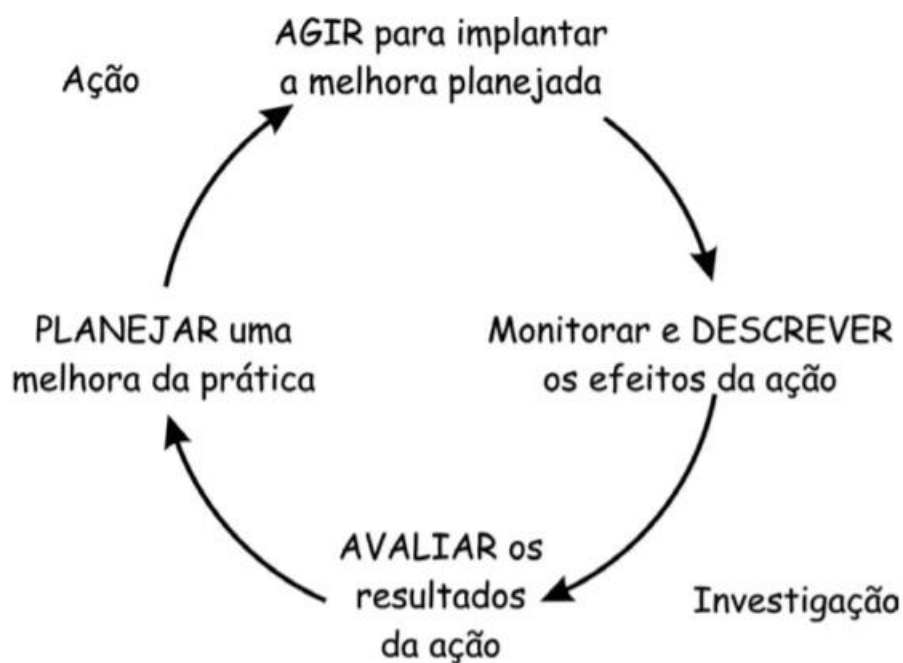
- Saber “ler” fontes históricas diversas, a vários níveis – com mensagens diversas e com formatos também diversos.
- Saber confrontar as fontes nas suas mensagens, nas suas intenções, na sua validade.
- Saber entender – ou procurar entender.
- O “Nós” e os “Outros”, nos seus sonhos e angústias, nas suas grandezas e misérias, em diferentes tempos, diferentes espaços.
- Saber levantar novas questões, novas hipóteses a investigar. (BARCA, 2004, p. 134-135)

Ressaltamos que todas essas competências dever ser buscadas ao longo de todo o processo formativo do estudante, e não de forma imediata. Na

oficina, nos propomos a ouvir, debater, analisar e construir conhecimentos sobre a Ditadura Militar levando em consideração as ideias citadas acima.

Durante esse processo também utilizamos a metodologia da pesquisa-ação, que é uma forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva, onde os participantes refletem sobre suas compreensões. Dialogamos com Tripp (2005) e Thiollent (2010), a fim de ressaltar que pesquisador e participantes estão envolvidos de modo cooperativo e participativo no processo de análise de fontes e músicas bregas. Compreendemos esse processo de maneira crítica e reflexiva.

Figura 13 – Representação em quatro fases do ciclo básico da investigação-ação:



Fonte: TRIPP, 2005, p. 446

A metodologia desta etapa da pesquisa está baseada em técnicas e métodos da pesquisa-ação e foi desenvolvida nas quatro etapas destacadas na figura acima com base em Tripp (2005). No decorrer de toda investigação, que começou em agosto de 2020, buscamos e analisamos fontes que pudessem enriquecer a nossa escrita e também a nossa prática a partir da implementação da oficina.

Em nossa proposta de oficina, portanto, será importante a reflexão sobre as percepções dos estudantes sobre a Ditadura Militar, como os mesmos se apropriam dessa temática e como a utilização e análise das músicas bregas

podem ser um recurso relevante no processo de construção da aprendizagem e consciência histórica.

Partindo das análises das músicas e a utilização de documentos da censura, propomo-nos a analisá-los juntamente com os estudantes, para assim construirmos o nosso conceito e imagem sobre esse período de ditadura, tendo em vista as diferentes noções e formas de analisar. Percebendo as relações entre ditadura, memórias e música “brega”, quais são as possíveis imagens que cada música pode passar da ditadura e da censura?

Após pensarmos sobre como proceder com a realização da Oficina, fizemos um cartaz (fig. 14) de divulgação que foi disponibilizado nas nossas redes sociais e através dos grupos de WhatsApp oficiais das turmas de Ensino Médio das escolas públicas de Quixadá, após entrarmos em contato com as coordenações destas instituições solicitando divulgação.

Figura 14 – Cartaz de divulgação da Oficina

OFICINA

OS SONS DO "BREGA"-MÚSICA, CENSURA E DITADURA MILITAR

Organizadores

Mestranda: Lívia Karolinny Gomes de Queiroz (UERN)
Orientadora: Profa. Dra. Isaíde Bandeira da Silva
Coorientador: Prof.Dr. Edmilson Alves Maia Júnior

Público-alvo: Alunos da Rede Pública do Ensino Médio

03,10,17,24 e 31 de Agosto de 2021
Transmissão: Google Meet
18h30 às 20h30.
EVENTO COM CERTIFICAÇÃO

Inscrições:

UERN
PROFISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

ALMANAQUE DA MÚSICA BREGA

CONTRA A CENSURA PELA CULTURA

Fonte: arquivo da autora, 2021.

Durante o processo de pesquisa e organização da oficina, elaboramos também um formulário de inscrição, onde tivemos como público-alvo os alunos da Rede Pública do Ensino Médio da cidade de Quixadá. Durante o mês de junho fizemos a divulgação da oficina em redes sociais e nos grupos de WhatsApp, pois devido a pandemia da covid-19, as escolas ainda estavam trabalhando apenas de forma remota.

Figura 15 – Formulário de Inscrição do Google Forms produzido para a Oficina



The image shows a Google Form interface. At the top, there is a red header with a cartoon illustration of a boombox. Below the header, the title of the form is "Oficina - Os sons do 'brega': música, censura e ditadura militar no Brasil". The form is created by "livia.karolinny@gmail.com" and is marked as "não compartilhado". There are three required fields: "Nome completo: *", "Idade: *", and "E-mail: *". Each field has a "Sua resposta" label and a text input area.

Oficina - Os sons do "brega": música, censura e ditadura militar no Brasil

 livia.karolinny@gmail.com (não compartilhado) [Alternar conta](#) 

*Obrigatório

Nome completo: *

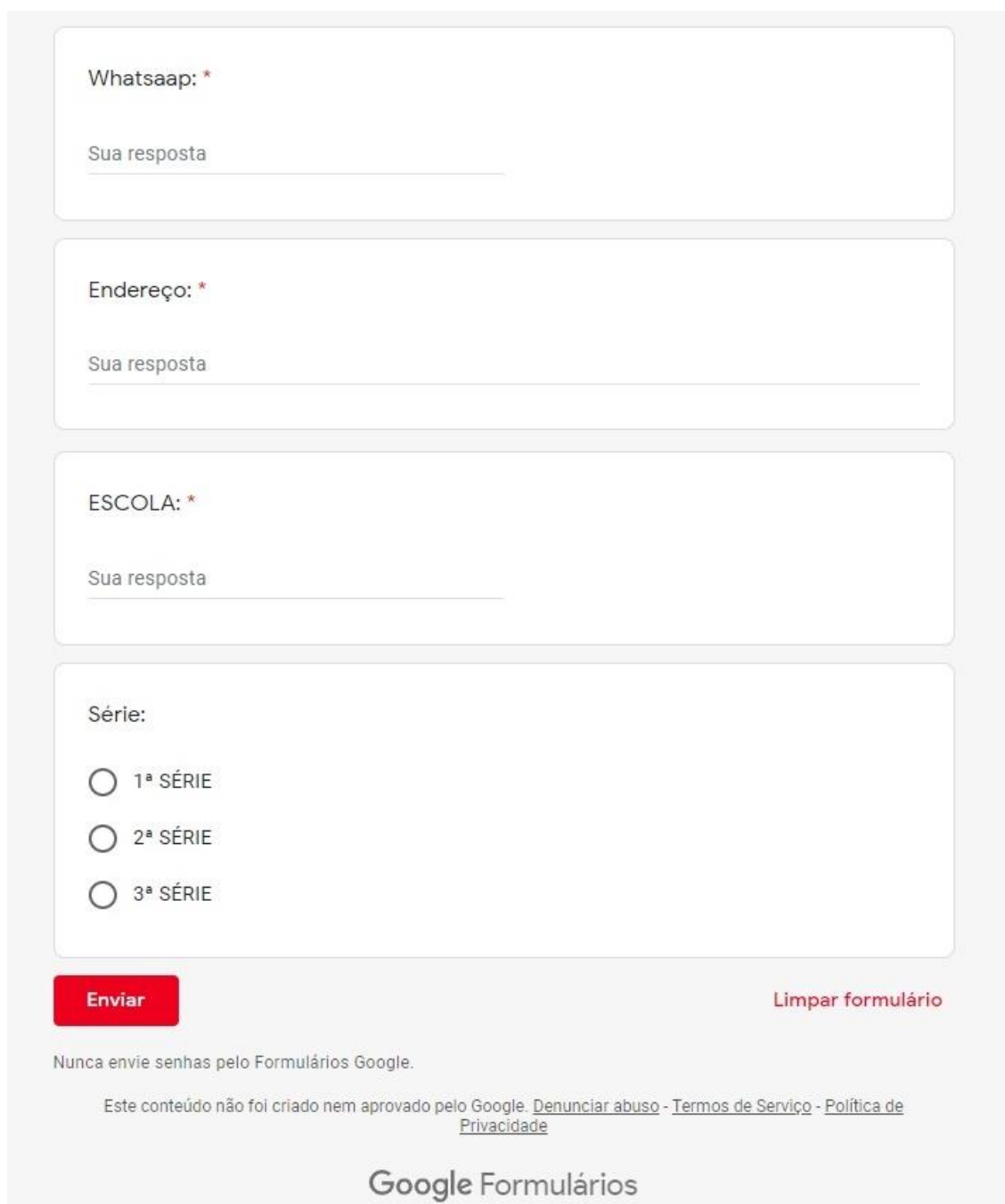
Sua resposta

Idade: *

Sua resposta

E-mail: *

Sua resposta



Whatsaap: *

Sua resposta

Endereço: *

Sua resposta

ESCOLA: *

Sua resposta

Série:

1ª SÉRIE

2ª SÉRIE

3ª SÉRIE

Enviar Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

Fonte: arquivo da autora, 2021.

A situação pandêmica acarretada pelo novo Coronavírus (COVID-19) trouxe muitos desafios para a prática docente, a forma de estabelecer comunicação com os alunos mudou bastante. Sobre essa questão, é importante ressaltar a parceria estabelecida em 2020 entre Seduc-CE e o Google for Education¹³, a fim de buscar providências concretas para a manutenção de ensino e aprendizagem diante do cenário pandêmico.

¹³ A Secretaria de Educação do Ceará formalizou uma parceria com o Google for Education no primeiro semestre de 2020 para implementar a plataforma Google Sala de Aula e outros recursos em preparação para o ensino remoto e híbrido.

Mas, apesar das medidas adotadas, as dificuldades foram e ainda são enormes, pois a impessoalidade das redes sociais e a falta de contato presencial acabou nos afastando da rotina da escola, do contato direto com os estudantes. E os métodos precisaram ser adaptados para a nova realidade que é o ensino remoto.

Com relação a nossa Oficina trabalhamos com a perspectiva de ofertar de 20 a 30 vagas, tendo em vista um processo participativo e o tempo destinado aos debates, acreditamos que esse seria um bom número. Ao final do período de inscrição, que foi de 05/07/2021 a 25/07/2021, finalizamos esse processo com um total de 27 inscritos.

O público da oficina, portanto, englobou estudantes de diferentes séries do Ensino Médio das seguintes escolas: EEM. José Martins Rodrigues, EEM. Abraão Baquit, EEM. Governador Luiz de Gonzaga Mota, EEMTI. Governador César Cals de Oliveira Filho, EEEP. Maria Cavalcante Costa e também alguns alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Ceará (IFCE).

A oficina foi planejada para acontecer em cinco dias, às terças-feiras do mês de agosto. Os planos de aula foram estruturados da seguinte forma:

1º dia - Data: 03/08/2021 - Horário: 18h30 às 20h30

BNCC – Competência Específica 5

Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

Habilidade (EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

Habilidade (EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

Tema: Ditadura Militar no Brasil

Conteúdo: A censura musical no contexto da Ditadura Militar no Brasil

Objetivos:

- Refletir sobre a censura e a repressão no período da Ditadura Militar no Brasil.
- Analisar documentos oficiais da censura.
- Compreender as motivações da censura imposta do regime militar.
- Conhecer alguns detalhes sobre o gênero musical “brega”.

Metodologia:

“Bate-papo” inicial a fim de compreender e discutir as apropriações e representações que os estudantes têm sobre ditadura e censura. A partir de uma entrevista estruturada – disponibilizada no Google Forms – os alunos responderão questões sobre ditadura, censura e música “brega”.

Após responderem o formulário, os alunos farão um desenho que esboce as suas compreensões sobre a ditadura, depois faremos uma abordagem dialogada sobre o Ato Institucional nº5 e a música popular “brega”, bem como a análise de documentos da censura – disponibilizados no site censura musical – onde vamos analisar entrevistas com a censora Odette Lanziotte e advogados das gravadoras Phonogram e EMI-Odeon.

Recursos:

Slides, AI-5 na íntegra, entrevistas com advogados e censores da época, plataforma Google Meet.

Avaliação:

A avaliação acontecerá ao longo da aula, tendo em vista a participação dos estudantes nos debates propostos e nas atividades disponibilizadas ao final de cada aula, através dos formulários.

2º dia - Data: 10/08/2021 - Horário: 18h30 às 20h30

Tema: Ditadura Militar no Brasil

Conteúdo: Canções que o tempo não apaga: Odair José “contra a moral e os bons costumes”.

Objetivos:

- Refletir sobre as motivações da censura imposta à composição “Pare de tomar a pílula”, de Odair José.
- Analisar as diferentes motivações e justificativas da censura.
- Compreender que a música “brega” fez parte da resistência à ditadura, não no campo político, mas no campo comportamental, tratando de assuntos tabus.

Metodologia:

No primeiro momento, falaremos sobre a história do cantor e compositor Odair José e a composição “Pare de tomar a pílula” (1973). Após a audição da música, com o intuito de problematizar as representações sobre a mulher e a sociedade brasileira, vamos analisar elementos importantes, a fim de compreender características da sociabilidade da época. Discutiremos sobre o contexto em que o governo brasileiro, liderado por Médici, incentivava e patrocinava uma campanha para o controle de natalidade.

Além da letra da música, vamos analisar trechos de uma entrevista de Odair José, concedida ao jornalista Rodrigo Faour, disponibilizado no canal do youtube em 27 de maio de 2020, disponível em: [ODAIR JOSÉ - A CENSURA, A PÍLULA E O FILHO DE JOSÉ E MARIA | 50 ANOS DE CARREIRA](#). Na entrevista, Odair fala sobre sua experiência com a censura na época da ditadura.

Recursos:

Slides, documentos oficiais da ditadura, música “Pare de tomar a pílula”, entrevistas com Odair José e plataforma Google Meet.

Avaliação:

A avaliação aconteceu ao longo da aula, tendo em vista a participação dos estudantes nos debates propostos e nas atividades disponibilizadas ao final de cada aula, através dos formulários.

3º dia - Data: 17/08/2021 Horário: 18h30 às 20h30

Tema: Ditadura Militar no Brasil

Conteúdo: Dom e Ravel: cantando a desigualdade social e enfrentando a censura oficial e não-oficial

Objetivo:

- Refletir sobre as motivações da censura imposta às composições “Animais Irracionais” e “O caminhante”, de Dom e Ravel.
- Discutir sobre desigualdades sociais no Brasil a partir das produções de Dom e Ravel, percebendo os contrastes entre o “milagre econômico” (1969-1973) e a realidade vivenciada na época.
- Compreender como ocorria a censura oficial e a “não-oficial”.
- Compreender que a música “brega” fez parte da resistência à ditadura, não no campo político, mas no campo comportamental, tratando de assuntos tabus, como a desigualdade, que é o caso das composições de Dom e Ravel.

Metodologia:

Contextualizar as composições de Dom e Ravel e o contexto vivenciado na época, discutindo sobre as desigualdades sociais. Após a audição das músicas e explanação sobre a história dos cantores e das composições, dialogaremos com os estudantes sobre as suas compreensões acerca do tema trabalhado.

Utilizar algumas reportagens para fortalecer o debate: O lado obscuro do ‘milagre econômico’ da ditadura: o boom da desigualdade (ELPAÍS, 2017) e “Milagre econômico” e desigualdade social: o contraste da ditadura (EXAME, 2019).

Por fim, analisaremos os documentos com pareceres dos censores e trechos de entrevista com Dom e Ravel, concedidas ao site censura musical.

Recursos:

Slides, documentos oficiais da ditadura (pareceres do departamento de censura e entrevistas concedidas ao site censura musical), músicas “Animais Irracionais” e “O caminhante” e plataforma Google Meet.

Avaliação:

A avaliação acontecerá ao longo da aula, tendo em vista a participação dos estudantes nos debates propostos e nas atividades disponibilizadas ao final de cada aula, através dos formulários.

4º. dia - Data: 24/08/2021 Horário: 18h30 às 20h30

Tema: Ditadura Militar no Brasil

Conteúdo: Repressão e censura: uma análise a partir da música “Meu caro amigo Chico” e “Treze anos” (O divórcio), de Luiz Ayrão, ambas de 1977.

Objetivos:

- Refletir sobre as motivações da censura imposta à composição “Meu caro amigo Chico” e Treze anos (o divórcio), de Luiz Ayrão.
- Discutir sobre aspectos narrativos das músicas de Luiz Ayrão, que abordam questões como a repressão imposta pelo sistema.
- Compreender que a música “brega” fez parte da resistência à ditadura, não no campo político, mas no campo comportamental, tratando de assuntos tabus.

Metodologia:

No primeiro momento, discutiremos sobre a história de Luiz Ayrão, a fim de compreender a sua participação na música. Compreender como ocorreu o processo de criação da música “Meu caro amigo Chico” e “Treze anos” (1977).

Discutir sobre aspectos relacionados à repressão na ditadura dialogando com a charge: “Brasil, ame-o ou deixe-o” (1970), de Ziraldo, para compreender como aspectos importantes sobre a repressão na ditadura. Analisar os documentos oficiais da ditadura (pareceres do departamento de censura, petições da gravadora EMI-Odeon).

Por fim, analisaremos trechos de uma entrevista com Luiz Ayrão, disponível no canal História Pública da Música do Brasil (2020), disponível no

seguinte link: ([A Música de Luiz Ayrão](#)). Na entrevista, o cantor fala sobre as duas composições abordadas na aula e também discute e nega fazer parte do gênero musical “brega”. Debateremos sobre essa questão com os estudantes.

Recursos:

Slides (charge), documentos oficiais da ditadura (pareceres do departamento de censura e entrevistas concedidas ao site censura musical), músicas “Meu caro amigo Chico”, “Treze anos (o divórcio)” e plataforma Google Meet.

Avaliação:

A avaliação acontecerá ao longo da aula, tendo em vista a participação dos estudantes nos debates propostos e nas atividades disponibilizadas ao final de cada aula, através dos formulários.

5º. dia - Data: 31/08/2021 Horário: 18h30 às 20h30

Tema: Ditadura Militar no Brasil

Conteúdos: Censura musical às músicas bregas: análises de “Meu pequeno amigo” e “Tortura de amor”.

Objetivos:

- Refletir sobre as motivações da censura imposta às composições “Meu pequeno amigo”, de Fernando Mendes e “Tortura de amor”, de Waldick Soriano.
- Perceber como essas músicas são importantes na compreensão sobre aspectos da ditadura, censura e sociabilidade da época.
- Perceber como funcionava o papel dos censores.
- Compreender que a música “brega” fez parte da resistência à ditadura, não no campo político, mas no campo comportamental, tratando de assuntos tabus.

Metodologia:

Contextualizar as composições, analisando a trajetórias das músicas e a censura implementada às mesmas. Destacar que a música de Waldick Soriano foi composta nos anos 1950, e mesmo assim causou incômodo aos censores devido o título falar em “tortura”. No caso da música de Fernando Mendes, dialogar com a reportagem do jornal “O Globo” (1973) que fala sobre o sequestro do garoto Carlinhos, tema abordado na música.

Sobre esses critérios da censura, estabelecer diálogo com a charge “Ai, o AI-5” (2001) de Ziraldo, a fim de abordar as formas de silenciamento impostas às produções “bregas”.

Por fim, analisaremos trechos de entrevista com Waldick Soriano disponíveis no livro “Eu não sou cachorro, não!”, do historiador Paulo César de Araújo.

Recursos:

Slides, reportagem do jornal “O Globo” (1973) sobre o caso do sequestro do garoto Carlinhos, charge “Ai, o AI-5” (2001), de Ziraldo, trechos do livro “Eu não sou cachorro, não!” (2002), músicas: “Meu pequeno amigo” (1973), de Fernando Mendes, “Tortura de amor” (1974), de Waldick Soriano e plataforma Google Meet.

Avaliação:

A avaliação acontecerá ao longo da aula, tendo em vista a participação dos estudantes nos debates propostos e nas atividades disponibilizadas ao final de cada aula. Para esse último encontro, os estudantes devem fazer um desenho que represente as suas concepções sobre ditadura.

3.2 Iniciando a Oficina: A sondagem

A exploração e análise de ideias prévias dos alunos e do conseqüente processo de conceptualização em aula situa-se num ambiente de aula construtiva, que em Portugal se convencionou dedignar “aula oficina”. Adoptou-se essa expressão para se estabelecer uma demarcação em relação a aula meramente expositivas ou falsamente ativas (em que as questões colocadas nas aulas aos alunos apelam apenas à regurgitação do que é previamente dado pelo professor) (BARÇA, 2012, p.47).

No primeiro dia da oficina após uma dinâmica de apresentação entre os participantes e eu realizamos uma sondagem a fim de conhecer e analisar quais são os conhecimentos prévios dos estudantes no que diz respeito a Ditadura

Militar, censura, música “brega”, e assim alinharmos o que foi planejado, buscando momentos de reflexão, estabelecendo relações entre passado e presente. Essa é uma das etapas defendida por Barca (1999), no que ela denominou de “aula-oficina”. “A ideia é que, primeiramente, o professor selecione um conteúdo, pergunte aos alunos o que eles sabem a respeito e, então, selecione as fontes históricas pertinentes para a aula”. (Barca, 2013).

Dialogamos também com Moreira (2010) no que diz respeito às estratégias metodológicas para contribuir com o processo de aprendizagem significativa:

É importante reiterar que a aprendizagem se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, e que essa interação é não-litera e não-arbitrária. Nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados ou maior estabilidade cognitiva. (MOREIRA, 2010, p.2)

E foi na busca por essa aprendizagem significativa que pensamos nesse momento inicial através da elaboração de um questionário que objetivava conhecer um pouco sobre os conhecimentos prévios dos estudantes inscritos na oficina.

Figura 16 – Formulário de sondagem aplicado no 1º. dia de Oficina



CONTRA A CENSURA PELA CULTURA

Oficina - Os sons do "brega": música, censura e ditadura militar no Brasil

livia.karolinny@gmail.com (não compartilhado) [Alternar conta](#)

*Obrigatório

Nome completo: *

Sua resposta

O que vem à memória quando falamos em ditadura militar? *

Sua resposta

O que você sabe sobre ditadura militar? Onde adquiriu essas informações? *

Sua resposta

Como você define o gênero de música brega? *

Sua resposta

Já ouviu algo a respeito das músicas bregas que foram censuradas na época da ditadura? Se sim, onde você teve acesso a essas informações? *

Sua resposta

Conhece alguma música brega? Se sim, qual? *

Sua resposta

Enviar Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

Fonte: arquivo da autora, 2021.

Além de conhecer quais são os conhecimentos prévios dos estudantes, foi um momento importante para o planejamento através da inclusão de fontes diversas que dialoguem com as músicas “bregas” propostas para a oficina.

3.2.1 “O que vem à memória?”: conhecimentos prévios sobre ditadura, censura e música “brega”

Em agosto/2021 iniciamos nossa oficina, com aulas ministradas de forma remota na plataforma Google Meet, através de encontros semanais. Importante ressaltar que dos 27 alunos inscritos, apenas 21 conseguiram acompanhar os cinco encontros e debates na “aula-oficina”, devido a problemas que fogem ao nosso controle. Alguns estudantes relataram problemas de acesso à internet e nos aparelhos celulares, o que mais uma vez, nos faz refletir sobre as inúmeras dificuldades em desenvolver atividades remotas, visto que o acesso a equipamentos e à internet não é universalizado, principalmente considerando o nosso público alvo da oficina: alunos de escolas públicas.

Dialogamos com o que QUINAN (2016) aborda a esse respeito das memórias construídas pelos estudantes a partir de seus processos de formação e das interações e vivências em sociedade:

É imprescindível lembrar que a memória construída por esses jovens contempla vários aspectos em sua formação. Primeiro, a ideia de que a história não é mais produzida apenas pelos historiadores, mas está disponível na mídia, nas redes sociais, nas revistas, nos filmes, como bem demonstra o conceito de história pública. Segundo, é da interação entre a história ensinada e aprendida no espaço escolar e essa “história apreendida” nesses outros espaços diversos que se forma essa memória. E, finalmente, na observação dessas interações, percebemos que esses jovens estão imersos num universo de informações sobre a história, o qual podemos chamar de cultura histórica, que sustenta a formação do posicionamento deles diante dos fatos históricos.” (QUINAN, 2016, 37)

Pensamos que é possível discutir na escola sobre música “brega” no contexto da Ditadura Militar, estratégia que terá grande contribuição no processo de desconstrução de mitos e estereótipos. É de fato cumprir as exigências da pesquisa histórica em buscar a imprevisibilidade dos processos históricos em que os atores de fato improvisam. E através do uso de músicas bregas buscar conceitos dinâmicos capazes de relacionar presente e passado na análise de experiências concretas de ontem e hoje, dramas e projetos políticos.

Recorremos a Chartier (1988), buscando a compreensão do sentido de apropriação, quando o leitor é visto como um produtor de interpretações e sentidos e não apenas como um consumidor do texto. Vejamos:

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como indiferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. (CHARTIER, 1988, p. 16 e 17)

O contato com a obra, a forma de ler, olhar, escutar é um ato onde se confere sentidos ao texto, à música, ao documento. A obra adquire sentido a partir da diversidade de interpretações que constroem as suas significações.

Anular o corte entre produzir e consumir é antes de mais afirmar que a obra só adquire sentido através da diversidade de interpretações que constroem as suas significações. A do autor é uma entre outras, que não encerra em si a verdade suposta como única e permanente da obra. (CHARTIER, 1988, p. 59)

Tendo como inspiração as ideias de Chartier (1988), no que diz respeito a compreensão do sentido de apropriação, buscamos na ligação entre o papel do historiador e a cultura escolar, uma forma de analisar as apropriações que se criam dentro do processo de aprendizagem. Ou seja:

Restituir essa historicidade exige em primeiro lugar que o consumo cultural ou intelectual seja ele próprio tomado como uma produção, que evidentemente não fabrica nenhum objeto, mas constitui representações que nunca são idênticas às que o produtor, o autor ou o artista, investiram na sua obra. (CHARTIER, 1988, p. 59)

Através de uma análise sobre as representações sobre a Ditadura Militar (1964-1985), percebendo-as como uma realidade construída, pensada, dada a ler por diferentes grupos sociais. Numa perspectiva de debater como os discursos e ideias produzidos em sala de aula, levam a uma formação de opiniões, visões e suposições. Enxergando os estudantes como capazes de desenvolver argumentos baseados em observações de diferentes fontes, opiniões e leituras.

Sobre as perguntas da consulta prévia, destacamos alguns aspectos interessantes. Abaixo estão algumas das respostas às questões que iniciaram o debate. Por uma questão de ética, os estudantes serão abordados como aluno(a) 1, 2, 3, até o número 21, de acordo com a ordem de respostas do formulário do Google Forms, utilizado no primeiro dia de oficina.

Quando perguntados o que vem à memória ao falarmos sobre Ditadura Militar, essas foram algumas respostas:

Aluna 1: *“Tortura, pessoas reprimidas, governo autoritário, fraude, manipulação entres outras”*.

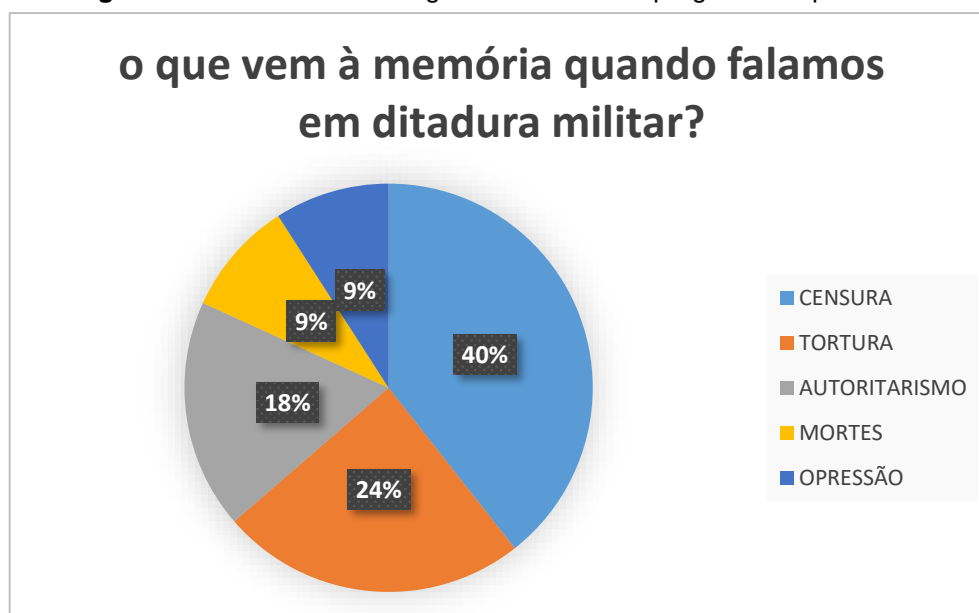
Aluna 4: *“Censura e mortes”*.

Aluna 5: *“Um misto de sentimentos ruins, visto que foi um período autoritário de pura repreensão em que inúmeras vozes foram abafadas, histórias apagadas, todas jogadas nas mãos de militares que decidiriam o que fazer com elas”*.

Aluna 20: *“Uma época de repressão, censura, tortura”*.

Na maioria das respostas sobre o que os alunos sabem a respeito do tema Ditadura Militar, vemos referências a tortura, repressão, mortes, censuras e autoritarismos. Para termos uma ideia do todo, das 21 respostas (100%) fizemos o seguinte gráfico em percentuais:

Figura 17 – Gráfico de sondagem referente a 1ª pergunta do questionário



Fonte: Dados obtidos a partir do formulário disponibilizado no primeiro encontro da oficina.

Sobre os percentuais do gráfico, podemos observar que 40% das respostas dos estudantes fazem referência a censura, isso nos mostra como a questão da “censura” ficou marcada em suas apropriações sobre a Ditadura Militar. Em seus relatos nas aulas, explicaram que essa temática é bastante abordada nas aulas de história, outros disseram que a principal imagem que vem à mente quando se fala em ditadura é a questão da proibição, da falta de liberdade e democracia.

Ao comentar as suas respostas durante as aulas, alguns estudantes relataram que a principal imagem que vem à mente quando se fala em ditadura é a questão da proibição, da falta de liberdade e democracia.

Destacamos também as definições com menores porcentagens (9%): mortes e opressão. Os estudantes relataram que lembram das pessoas lutaram contra a ditadura e foram mortas ou até hoje são consideradas “desaparecidas”; outros relataram ter assistido filmes como “Zuzu Angel”, que conta a história da estilista Zuleika Angel Jones, teve o filho torturado e assassinado pela ditadura e morreu em 1976 em um “acidente” automobilístico provocado por agentes da repressão. Ao explicarem a “opressão” para definir a ditadura, relataram que naquele contexto as pessoas eram obrigadas a serem submissas.

Quando perguntamos sobre onde tiveram acesso às informações sobre o período, destacamos alguns relatos:

Aluno 2: “Na escola e em alguns documentários do youtube...”

Aluna 3: “Nunca li sobre o assunto”.

Aluna 9: “Na escola, youtube e instagram”

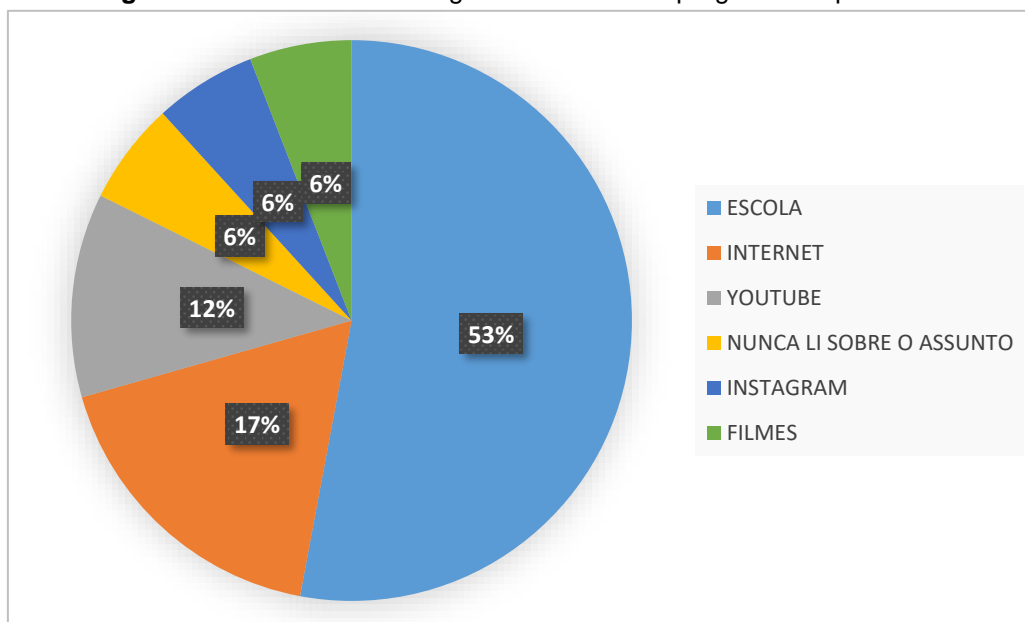
Aluno 20: “Internet e escola.”

A escola foi a resposta predominante dos estudantes, porém, é interessante perceber que o cenário da internet e das redes sociais também aparece em algumas respostas, assunto que discutimos no primeiro capítulo desta pesquisa. Diante de visões negacionistas e percepções “brandas” da história, de um governo e parte da sociedade que desconsidera a ciência, a pesquisa, desqualifica professores e o conhecimento, reiteramos que a presença de historiadores nesse cenário público é de extrema necessidade e importância.

Também é importante problematizar a resposta da aluna 3 que disse nunca ter lido algo sobre o assunto. A referida aluna é estudante do 1º ano do Ensino Médio; o conteúdo sobre Ditadura Militar no Brasil é contemplado no 9º ano do Ensino Fundamental II; imaginamos que essa falta de informação sobre a temática seja um problema decorrente da pandemia, pois as aulas estavam acontecendo via whatsapp e muitos estudantes não conseguiam acompanhar os conteúdos.

Podemos ter também uma ideia melhor das respostas através do gráfico e percentuais:

Figura 18 – Gráfico de sondagem referente a 2ª pergunta do questionário



Fonte: Dados obtidos a partir do formulário disponibilizado no primeiro encontro da oficina.

Analisando o gráfico, percebemos que a maioria significativa (53%) respondeu que teve acesso ao assunto sobre Ditadura Militar no espaço escolar. Outros 17% citaram a internet como espaço de acesso a essas informações; ainda no espaço da “internet” podemos incluir: Youtube (12%), Instagram (6%) o que contabiliza 35%. Isso é bastante interessante e tem muita ligação com o que discutimos no primeiro capítulo desta pesquisa. A internet é um espaço onde os nossos estudantes têm contato direto a diversos conteúdos e plataformas, sendo assim, precisamos fazer e discutir história também nesses ambientes.

A aluna que disse nunca ter lido sobre o assunto cursa o 1º ano do Ensino Médio, imaginamos que devido a pandemia de covid-19 e paralisação das aulas da Rede Municipal de Quixadá¹⁴, essa aluna tenha sido prejudicada com relação aos conteúdos, tendo em vista que o conteúdo sobre ditadura deveria ter sido abordado no ano anterior quando a mesma cursou o Ensino Fundamental.

É importante lembrar que os alunos já trazem para a escola alguns saberes e compreensões, adquiridos a partir de suas vivências, como salienta Rüsen (2001) “os processos de aprendizado histórico não ocorrem apenas no ensino de história, mas nos mais diversos e complexos contexto da vida concreta dos aprendizes” (RÜSEN, 2001, p.91). Fazendo um link com o debate do capítulo 1, podemos dizer que o ambiente virtual, o próprio Guia Politicamente Incorreto, de Narloch, as produções do Poder Paralelo, fazem parte dos saberes apreendidos por esses estudantes.

Destacamos agora as perguntas que dizem relacionadas ao conhecimento dos estudantes a respeito do gênero musical conhecido como “brega”. Na pergunta 3, os alunos definiram o gênero “brega” da seguinte forma:

Aluna 1: “Na verdade, na minha opinião a música brega ela é bem generalizada, por exemplo a maioria é um estilo bem dramatizada sobre romance, outras falam sobre o povo”.

¹⁴ Em 2020, ano em que a pandemia de covid-19 se alastrou pelo Brasil, as escolas públicas municipais ofereceram atendimento apenas via Whatsapp; não tiveram aulas síncronas via Meet ou outra plataforma. Em alguns casos, os responsáveis iam até às Escolas para coletar atividades uma vez por semana.

Aluna 3: *“Músicas legais que eu gosto.”*

Aluno 4: *“Ouvi de relance algumas e acho o estilo bem diferente dos atuais, bem único”.*

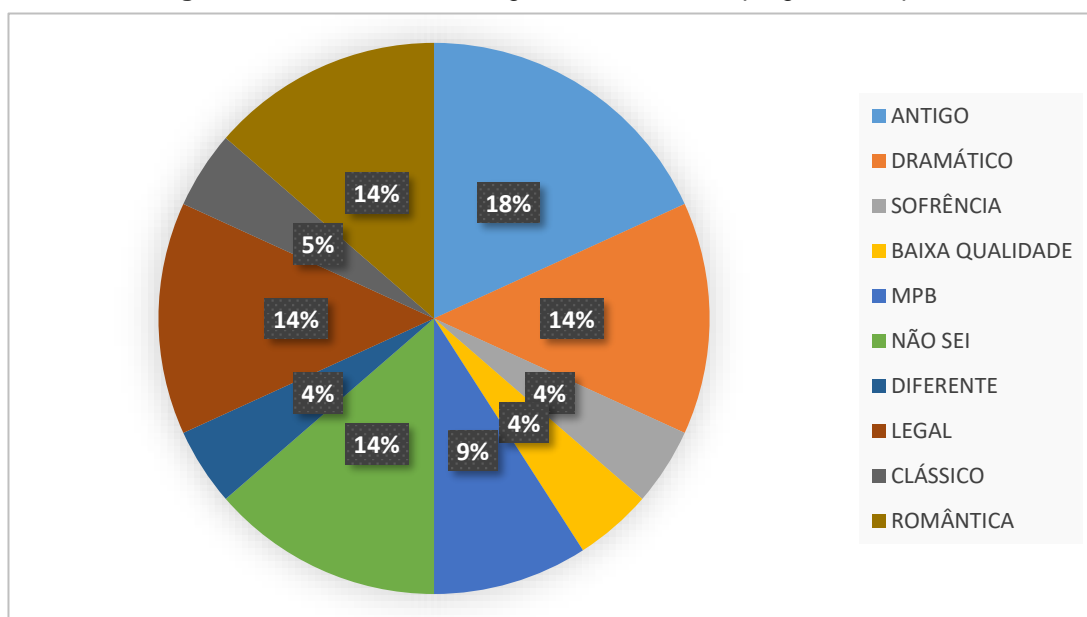
Aluna 7: *“É um grupo de gêneros musicais e artistas que “já passou da época” e hoje são considerados “cafona”.”*

Aluna 10: *“Acho que nunca escutei, pelo menos não sei diferenciar. Deve ser algum ritmo com uso de vários instrumentos, calmo”.*

Em parte das respostas, os estudantes assimilam o gênero brega a algo que “que já passou da época”, “antigo” “dramático”, e também vemos definições mais vagas como “legal”, “diferentes”. Alguns estudantes definiram o gênero brega como algo de baixa qualidade, outros relataram não conhecer informações a respeito desse tipo de música.

Vejamos o gráfico das respostas de todos os participantes em percentuais:

Figura 19 – Gráfico de sondagem referente a 3ª. pergunta do questionário



Fonte: Dados obtidos a partir do formulário disponibilizado no primeiro encontro da oficina.

Analisando as porcentagens, vemos que (18%) dos estudantes definem o gênero “brega” como algo antigo, demonstrando uma ideia de que esse tipo de música só existiu no passado e não faz mais parte do tempo presente.

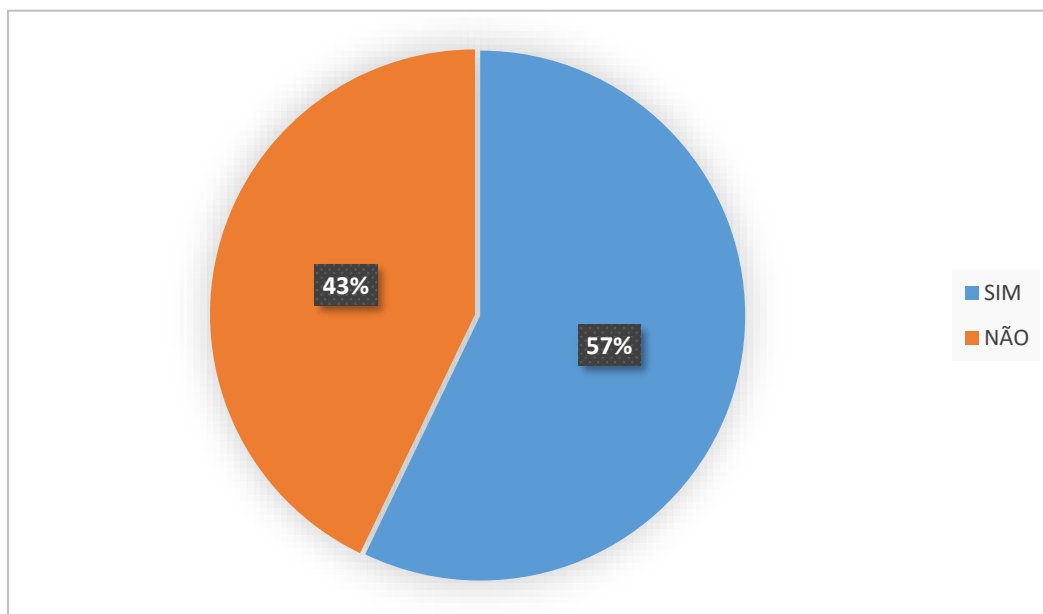
Outras definições como: dramático e romântico são mostradas no gráfico, cada uma aparecem com (14%) das opiniões. Mostrando uma

compreensão muito interessante acerca desse estilo musical. Destacamos também os outros (14%) que não souberam definir, demonstrando não ter contato ou não saber do que se trata esse tipo de música.

As menores porcentagens definem o gênero “brega” como “sofrência” (4%), baixa qualidade (4%) e diferente (4%). Nos chamou atenção essa definição de “sofrência”, pois é uma definição de surgiu em meados de 2014 entre as duplas e cantores sertanejos, para definir um estilo de música mais triste, que fala de um amor perdido ou que não se realizará. E foi uma percepção muito interessante e que, na nossa opinião, se encaixa com o que a música “brega” representa.

Dando continuidade às respostas dos estudantes, vejamos o gráfico abaixo referente à pergunta 4 do formulário de sondagem:

Figura 20 – Gráfico de sondagem referente a 4ª. pergunta do questionário



Fonte: Dados obtidos a partir do formulário disponibilizado no primeiro encontro da oficina.

Seguimos para a pergunta 4 do formulário, onde os estudantes são questionados se já ouviram algo a respeito de algumas músicas “bregas” que foram censuradas no contexto da Ditadura Militar no Brasil. Das 21 respostas, 12 responderam que já tinham informações a esse respeito, em porcentagem (57%) responderam sim e (43%) responderam não.

Percebemos uma “confusão” da definição do gênero “brega”, pois alguns estudantes disseram saber que as músicas foram censuradas, porém, ao definir ou citar alguma música, assimilam a censura à figura de Caetano Veloso,

Gilberto Gil, Chico Buarque. Que é o caso das alunas 5 e 19, quando perguntadas se já ouviram algo a respeito de músicas bregas censuras, disseram o seguinte:

Aluna 5: *“Sim, sim, creio que não só as músicas como os próprios autores das mesmas, tal como foi o caso do Caetano Veloso que mais tarde foi exilado.”*

Aluna 19: *“sim, pois cantores como Gilberto Gil tentaram demonstrar sua indignação contra a ditadura através da música.”*

Nos momentos de aula síncrona via Google Meet, especificamente nas aulas 1 e 2, essas situações se repetiram, pois muitos estudantes assimilam, quase que de forma automática, a censura aos nomes mais “conhecidos”. O que percebemos é que os estudantes até podem saber definir o gênero “brega”, mas quando se trata de censura, a chamada “MPB” e cantores da Tropicália são lembrados como “destaques” nesse processo. Por isso, ressaltamos e defendemos que a música brega é também um recurso interessante para compreender o processo de disputas e visões acerca da Ditadura Militar no Brasil.

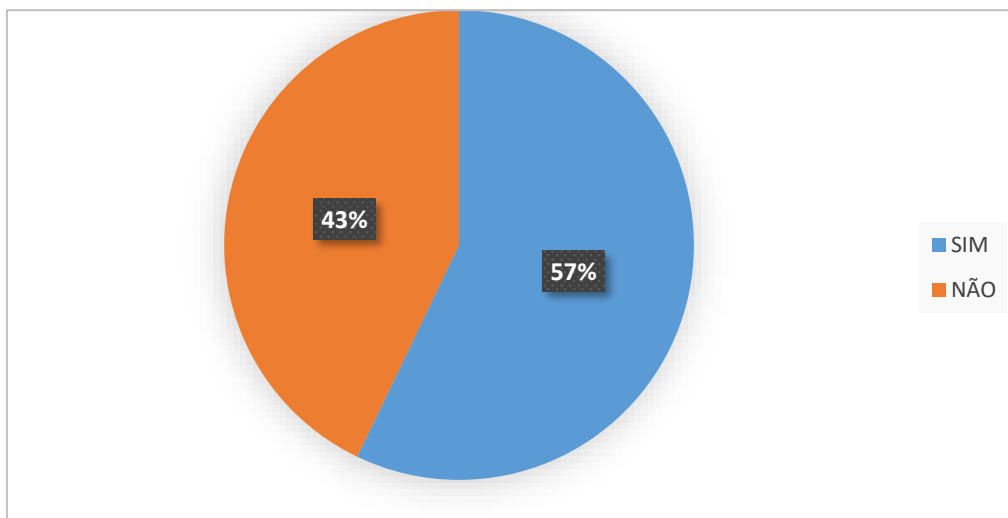
Nossa intenção ao trabalhar com esse gênero musical em sala de aula é fazer com que os alunos conheçam outros artistas e estilos de músicas que passaram por censuras, como foi a questão “do brega”, o próprio Odair José, em entrevista ao site censura musical, ressalta que a cada 12 canções que ele fazia 7 eram censuradas, e mesmo assim a música brega é pouco lembrada quando se fala nesse período de censura.

Salientamos, ainda, que nosso intuito não é negar a importância de movimentos como “Tropicália” ou minimizar a influência de cantores como Chico Buarque – bastante citado entre os estudantes – mas vemos que é necessário falar sobre outras camadas da sociedade e outros gêneros musicais.

Na pergunta 5, os estudantes são questionados se conhecem alguma música “brega” e em caso de resposta afirmativa, pede-se que citem a música.

O gráfico abaixo mostra as repostas positivas e negativas:

Figura 21 – Gráfico de sondagem referente a 5ª pergunta do questionário

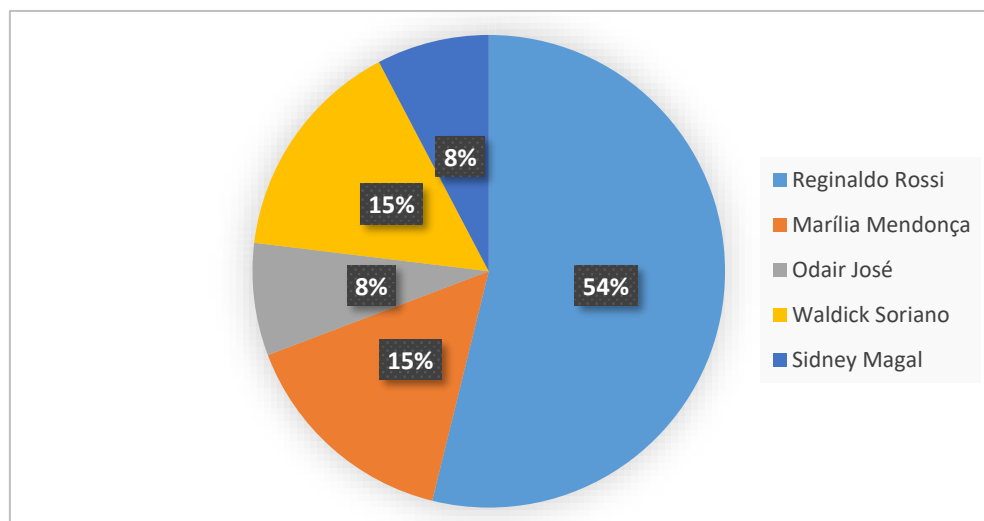


Fonte: Dados obtidos a partir do formulário disponibilizado no primeiro encontro da oficina.

Diante dessa questão, notamos que 12 alunos responderam que conhecem alguma música “brega”, totalizando (57%) das respostas afirmativas.

Além das respostas afirmativas e negativas, no gráfico a seguir, mostramos artistas que foram citados pelos estudantes também na pergunta 5:

Figura 22 – Gráfico de sondagem referente a 5ª pergunta do questionário



Fonte: Dados obtidos a partir do formulário disponibilizado no primeiro encontro da oficina.

Reginaldo Rossi foi o cantor mais citado nas respostas com (54%), e os estudantes demonstraram ter intimidade com algumas músicas dele. Waldick Soriano aparece com (15%) e também com (15%) apareceu a cantora sertaneja Marília Mendonça, pois como já citado anteriormente, alguns estudantes

assimilaram o termo “brega” à “sofrência”. Sidney Magal e Odair José também foram citados, aparecendo com (8%) cada um.

A aluna 5 destacou a música “Eu vou tirar você desse lugar”, de Odair José, a aluna 9 destacou “Eu não sou cachorro não”, de Waldick Soriano, a aluna 18 citou Sidney Magal e outras sete respostas fazem referência a músicas de Reginaldo Rossi, dentre elas: “A raposa e as uvas”, “Leviana” e “Garçom”. Destaco aqui a resposta da aluna 20, que assimila o gênero brega à música sertaneja, quando cita a cantora Marília Mendonça. Talvez porque a cantora faz parte de um gênero que os brasileiros se identificam, que é a música sertaneja, afinal, Marília falava ao povo, das coisas simples, da vida real, além de ter sido considerada a “rainha da sofrência”, o que se parece muito com o gênero brega.

Enfim, são diferentes compreensões e espaços que esses estudantes adquiriram conhecimentos sobre Ditadura Militar e música “brega”. A partir dos dados coletados no primeiro formulário, foi possível traçar o perfil dos participantes e entender um pouco sobre a compreensão e apropriação que os mesmos têm a respeito da ditadura e da música “brega”.

Essa sondagem foi muito relevante para conhecermos melhor o nosso público e saber o que os estudantes conhecem sobre a temática. O conhecimento prévio sobre alguns cantores “bregas” como Waldick Soriano e Odair José chamou atenção, pois tínhamos receio de estar falando sobre algo extremamente distante da realidade desses estudantes. Também foi possível confirmar que muitos dos estudantes têm uma compreensão que acaba excluindo a música “brega” ou colocando-a como inferior; pensamentos que são adquiridos ao longo das experiências de cada um desses estudantes.

A partir da sondagem, podemos alinhar os conteúdos e discussões para estudar a ditadura a partir da censura à música “brega”, trazendo as percepções desses estudantes para o debate.

3.3 Desenvolvimento da Oficina

A partir das aulas-oficinas ministradas em agosto e do debate estimulado pelos usos de músicas “bregas”, pareceres e vetos do departamento de censura, entrevistas com cantores censurados – materiais disponibilizados no site censura musical - e as produções dos alunos a cada aula, analisaremos qual foi

o impacto da oficina para o processo de compreensão histórica dos estudantes no que diz respeito à Ditadura Militar no Brasil.

Ao recolher as compreensões e ideias prévias dos estudantes na primeira fase do trabalho, podemos fazer uma avaliação sistemática das aprendizagens. Como destaca Barca (2004), esse tipo de estratégia é fundamental, “no que respeita à evolução das ideias dos alunos entre o momento inicial e o momento final da intervenção educativa em foco, poderá fazer-se um exercício de análise de mudança conceitual (BARCA, 2004, p.139).

A sondagem inicial no primeiro dia de oficina serviu para percebermos as apropriações que os estudantes têm a respeito de suas vivências. Além dos questionamentos já abordados nos tópicos anteriores, também fizemos uma sondagem no primeiro dia da oficina, a partir de desenhos, onde os estudantes desenharam algo sobre a compreensão deles sobre ditadura.

Ressaltamos que a atividade com os desenhos foi realizada nos primeiros e últimos dias de oficina. Para que assim, pudéssemos perceber quais apropriações os estudantes têm sobre a ditadura e como eles fazem essa representação a partir dos desenhos. E com o desenho solicitado no último dia, também analisar qual foi o impacto da Oficina para a construção história desses estudantes.

Para além da sondagem inicial, em cada aula-oficina, trabalhamos com fontes diversas e uma atividade ao final de cada discussão. Neste sentido, dialogamos com Gevigier (2021) a respeito da relevância desse tipo de estratégia:

Esta é a base do modelo de aula-oficina. O professor exerce a função de orientador e organizador de atividades problematizadores porque é o estudante quem exerce a função de agente do processo de aprendizagem ao protagonizar a pesquisa histórica. A partir das experiências dos estudantes o professor pode indicar este ou aquele caminho que possibilitará a apreensão de mais e mais ferramentas históricas, mas a narrativa, produto final de cada unidade de pesquisa, é do estudante. (GEVIGIER, p. 4235, 2021)

Acreditamos que o conhecimento se constrói a partir do acesso às fontes e documentos, e o trabalho cotidiano com fontes históricas foi de fundamental importância no processo de análise e interpretação das fontes, levantamentos sobre contextos históricos, contradições, enfim, processo esse que foi protagonizado pelos alunos.

Para o 1º dia de oficina optamos por fazer um “bate-papo” de sondagem, já analisados acima. No 2º dia trabalhamos a música “Uma vida só - Pare de tomar a pílula” (1972), de Odair José. Importante destacar as nossas impressões sobre esse momento de prática com os alunos.

A priori fizemos uma breve explanação sobre o AI-5 e a censura imposta no período da ditadura, ouvimos a música “Pare de tomar a pílula”. Após a audição, foi muito interessante observar que alguns alunos lembraram da música, pois o pai, a mãe, o avô ouviam, outros ficaram bastante curiosos e inquietos para saber o que motivou a censura dessa composição de Odair José: “Mas porque essa música foi censurada?”, “Eles acharam que pílula era uma metáfora pra quem acreditava na ditadura?” foram alguns dos questionamentos que surgiram na aula.

A partir dessa curiosidade, começamos a contextualizar e problematizar o período em que a música foi lançada. Na década de 1970, no governo de Emílio Garrastazu Médici, o Brasil passava por um contexto de controle populacional, enquanto o governo militar apoiava campanhas pedindo à população para “tomar a pílula”, nas rádios a música de Odair José fazia o caminho contrário.

A música também nos faz refletir sobre como a mulher era vista e posta naquela época. Questões relacionadas ao cotidiano das relações sociais, políticas e culturais são construídas por esses sujeitos no tempo, e essa música de Odair José fala muito sobre essas questões. O fato é que a composição foi censurada e decretada como desobediência civil. Uma composição sem caráter político explícito, incomodou o governo por estar em desacordo com o pensamento da época e também por questões morais, pois não era de bom tom fazer referências explícitas a sexualidade.

E para além de dizer que a música foi censurada, é importante analisar a letra, o contexto e as fontes. Para isso, utilizamos dois documentos históricos, um com o parecer e veto da música, o outro com o pedido de liberação feito pelo cantor Odair José e os advogados da gravadora Phonogram. Foi uma estratégia positiva para despertar nos estudantes o interesse pela temática e o contato “direto” com esses documentos.

Destacamos também o momento de análise de uma entrevista com o cantor Odair José, também disponibilizada no site Censura Musical¹⁵. Um dos trechos mais questionados e problematizados pelos estudantes foi a resposta que o cantor deu ao CM quando perguntado “qual a sua opinião sobre o regime militar da época”, respondeu o seguinte:

Eu acho que na época do regime, o governo militar também tinha suas virtudes. Durante a ditadura, nós não tínhamos sequestro relâmpago, não existiam bandidos, estupradores. Esse era o lado bom. O lado ruim é que eles não davam satisfação de nada. Então se você sabia que não podia ter feito, por que fez? Uma vez me disseram que se eu cantasse novamente nos shows teria consequências muito graves. Os militares não eram de dar satisfação.

Como alguém que passou por diversas censuras e ameaças, consegue elencar tantos pontos positivos sobre a Ditadura Militar? Essa foi a pergunta de vários estudantes. Foi interessante também observar o paralelo que alguns deles fizeram com a atualidade. A aluna 9 disse o seguinte: “parece o povo de hoje vendo tudo de ruim do governo e defendendo”. Reiteramos que discutir sobre censura e ditadura a partir de diversas fontes e olhares nos ajuda a compreender a sociabilidade na ditadura e dos dias atuais.

E, apesar do preconceito que ainda existe com o gênero brega, é importante dizer que há uma compreensão maior sobre esse fenômeno hoje do que antigamente. Comparando com os anos 1970, havia uma espécie de apartheid, a música que era ouvida por segmentos populares e a que era ouvida pelas elites culturais, havia uma divisão. Hoje a música brega ocupa espaços que antes não ocupava, pois há uma maior democratização e compreensão do fenômeno “brega” na sociedade.

No 3º dia debatemos sobre as músicas “Animais Irracionais” (1974) e “O Caminhante” (1974), de Dom e Ravel. Os cantores que eram vistos como apoiadores do governo, transformam-se em perseguidos devido ao teor das músicas que falavam sobre exploração no mundo do trabalho e desigualdade social.

¹⁵ Não temos como precisar a data da entrevista, pois o site censura musical não está mais no ar, como já falamos anteriormente. Porém é importante ressaltar que tivemos acesso a esses documentos no ano de 2010. Também é possível ver posicionamentos de Odair José sobre essa questão específica em entrevistas disponível em canais do Youtube e também no livro “Eu não sou cachorro, não”, do historiador Paulo César de Araújo.

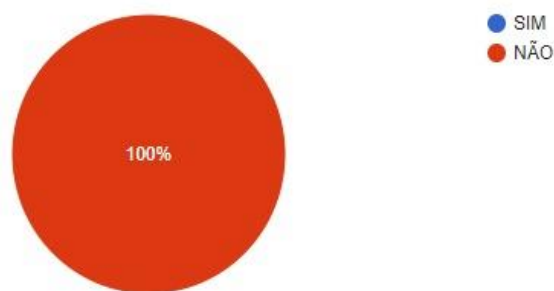
Os estudantes demonstraram surpresa com os cantores e músicas escolhidas, o gráfico abaixo, gerado pelo próprio Google Forms mostra que nenhum dos participantes conheciam Dom e Ravel e as duas composições abordadas na aula:

Figura 23 – Gráfico da atividade aplicada na aula 03

Você já conhecia os cantores Dom e Ravel e as músicas abordadas na oficina de hoje?

16

18 respostas



Fonte: Dados obtidos a partir do formulário disponibilizado no segundo encontro da oficina.

No 4º dia a análise foi sobre as músicas “Meu caro amigo Chico” (1977), e “Treze Anos” (1977) ambas são composições de Luiz Ayrão. O debate foi muito proveitoso e serviu para ampliar a concepção de censura e música “brega”. Um destaque importante para a análise de uma entrevista do compositor concedida ao canal História pública da música do Brasil, onde o mesmo rechaça qualquer comparação ou assimilação do seu nome à música “brega”, demonstrando aversão ao gênero.

Ainda sobre a fala de Luiz Ayrão, os estudantes demonstraram incômodo com a forma que o cantor define o gênero “brega”, dizendo que “classes inferiores têm mau gosto para a música. Nesse momento, a aluna 3 comentou sobre como existe preconceito e aversão à música “brega” no meio artístico.

No 5º e último dia de oficina, trabalhamos com as músicas “Tortura de amor” (1974), de Waldick Soriano e “Meu pequeno amigo” (1973), de Fernando Mendes. A primeira música fala de uma história de amor, tem aspectos melancólicos, mas o incômodo ocorreu devido o seu título: “tortura”. A segunda

¹⁶ O formulário dessa aula tem apenas 18 respostas, pois 3 participantes tiveram problemas de conexão com a internet e não conseguiram participar do encontro 03, no dia 17 de agosto de 2021.

fala de um caso que chocou o Brasil em 1973, que foi o sequestro do garoto Carlinhos, no Rio de Janeiro e que continua sem solução até hoje. E na ditadura falar em “sequestro”, “desaparecimento” não soava bem, o que fez com que a música de Fernando Mendes passasse pela censura.

A partir das duas músicas citadas acima, refletimos sobre a função dos censores, que deviam procurar motivos, vigiar, pois se não o fizessem, poderiam até perder os seus empregos.

Além de fazerem desenhos no primeiro dia de oficina, foi também no último que os participantes desenharam representações da ditadura, levando em consideração seus conhecimentos sobre o tema e o que aprenderam na oficina. Dividimos essas produções em sessões temáticas, que serão abordadas e analisadas a seguir.

4 O PRODUTO DA OFICINA: Desenhos que falam

O desenho, entendido como representação (CHARTIER, 1988) foi pensado como atividade, pois a partir deles podemos perceber como a ditadura e a censura são interpretados pelos alunos.

Como proposta de comunicação com os estudantes, propusemos a elaboração de desenhos que mostrassem as suas compreensões sobre a Ditadura Militar. Esses desenhos foram feitos no primeiro e último dia de Oficina e foram entregues via e-mail e WhatsApp em arquivos no formato PDF.

Também dialogamos com Manguel sobre a imagem como narrativa:

Construímos nossas narrativas por meio de ecos de outras narrativas, por meio da ilusão do auto-reflexo, por meio do conhecimento técnico e histórico, por meio da fofoca, dos desvaneios, dos preconceitos, da iluminação, dos escrúpulos, da ingenuidade, da compaixão, do engenho. (MANGUEL, 2001, p. 28)

De acordo com MANGUEL (2001) toda imagem é um mundo e “construímos nossas narrativas por meio de ecos”. Podemos dizer que esses ecos são adquiridos na escola, nas mídias e redes sociais e, através desses produtos da oficina, podemos perceber que as imagens servem para comunicar.

É nessa perspectiva que problematizamos os desenhos a seguir.

4.1 Censura

De forma sucinta, podemos dizer que a censura é uma ação de reprovação a algum conteúdo ou mensagem. Sua origem requer uma longa narração e acompanha a história das civilizações. No Dicionário Online de Português a Censura é definida como “restrição, alteração ou proibição imposta às obras que são submetidas a um exame oficial, sendo este definido por preceitos morais, religiosos ou políticos”.

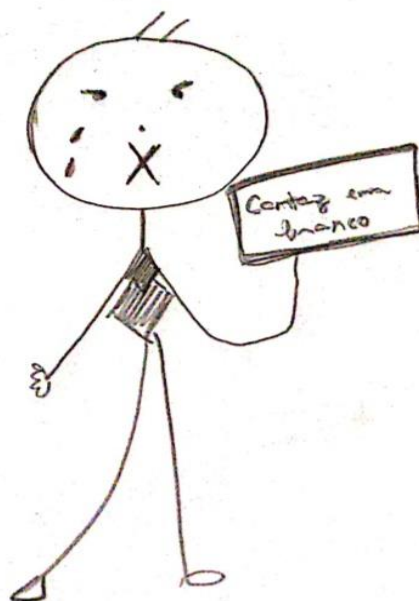
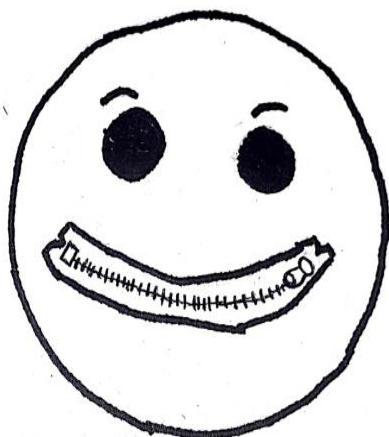
Na Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), como acontece nas ditaduras, a censura esteve presente de forma veemente no controle da imprensa, artistas, etc. Tornando-se mais intensa a partir da promulgação do Ato Institucional nº5 – AI-5. O tema sobre censura cultural não estava detalhado no Ato, mas gerou interferências e censuras imediatas, sendo fortalecido pelo decreto-lei 1.077, de janeiro de 1970, que misturou a censura moral com a política, o que gerou uma onda de censura no campo da produção cultural.

A temática da censura é quase uma certeza quando abordamos o tema Ditadura Militar, e não foi diferente em nossa Oficina desta temática junto com os alunos das escolas públicas do município de Quixadá.

A seguir, veremos os desenhos feitos pelos estudantes em dois momentos distintos da oficina e representam o que, no geral, alunos do Ensino Médio pensam sobre essa questão.

Figuras 24 e 25 – Desenhos feitos pelos alunos representando a censura. 1º. Dia da Oficina

Para você, o que é ditadura ?

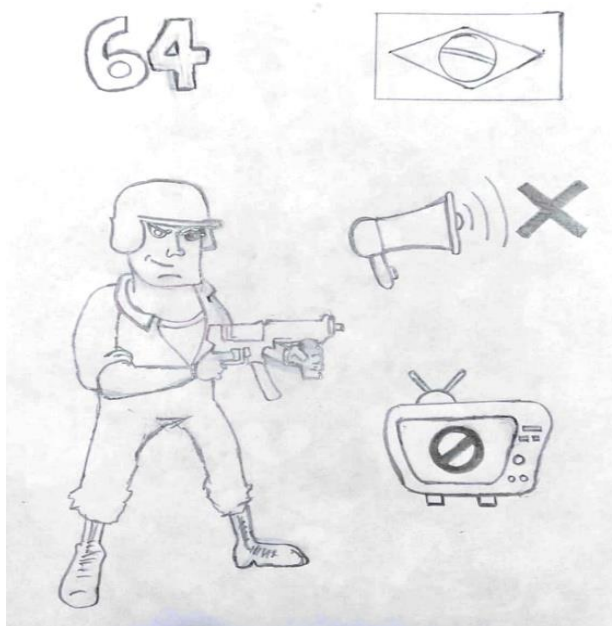


Fonte: Arquivo da autora, 2021.

Nos desenhos acima, as alunas 7 e 10 representam a ditadura a partir de desenhos que nos remete à questão da censura, no primeiro desenho vemos uma representação de rosto com um zíper na boca. Na segunda imagem, a representação de um homem com um x na boca e lágrimas nos olhos, segurando uma placa escrito “cartaz em branco”. Os dois desenhos fazem alusão à falta de diálogo e direito de expressar ou discordar de algo.

A aluna 7 – aluna do 1º ano do EM - relatou não ter tantas lembranças específicas sobre o conteúdo relacionado visto no ano anterior, mas que conheceu a música “Cálice” de Chico Buarque em um documentário sobre a ditadura, por isso, fez um desenho que simboliza a proibição de se expressar através de um rosto com zíper na boca. A aluna 10 relatou que desenho algo que simboliza as manifestações de estudantes e como estes eram calados pela censura e o choro de indignação por não poder questionar ou discordar de algo.

Figura 26 – Desenho feito por aluna representando a censura. 1º. Dia da Oficina



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

No desenho acima, a aluna 10 representa a ditadura através de um militar, a bandeira do Brasil e outros dois elementos que nos remete à questão da censura e ao controle da mídia.

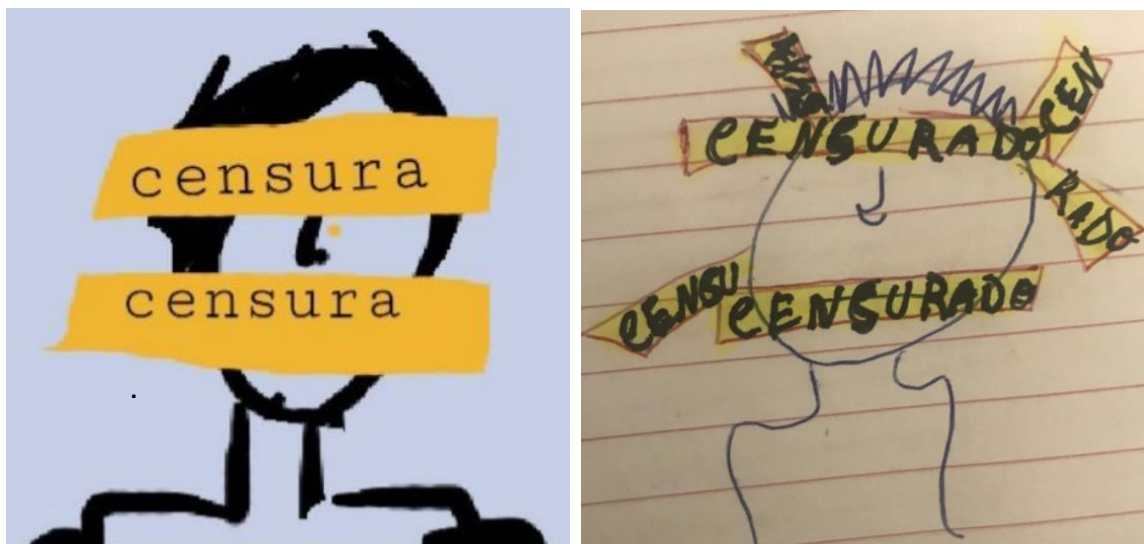
Na aula síncrona, a aluna relatou que escolheu esses elementos, pois a partir do poder das armas - representado na imagem por um militar com arma em mãos – “os policiais continham qualquer manifestação oposta ao sistema. E a bandeira do Brasil presente na imagem, representa o “patriotismo” vigente no país”.

Como afirma SILVA (2009, p.245), “desenhos são imagens históricas que precisam ser lidas”. Pensando os desenhos como símbolos e formas de ler o mundo a nossa volta, acreditamos que “qualquer imagem admite tradução” e que foi um recurso muito importante para analisar as apropriações que os estudantes têm a respeito da ditadura.

Os três desenhos abordados acima foram produzidos no primeiro encontro da oficina, foi uma das estratégias de sondagem para perceber os conhecimentos prévios dos estudantes. Após desenhar, fizemos um “bate-papo” com os estudantes e eles comentaram sobre o que pensaram ao produzir seus desenhos e porque escolheram tais representações.

Os desenhos a seguir fazem parte do último dia de oficina:

Figuras 27 e 28 – Desenhos feitos pelos alunos representando a censura

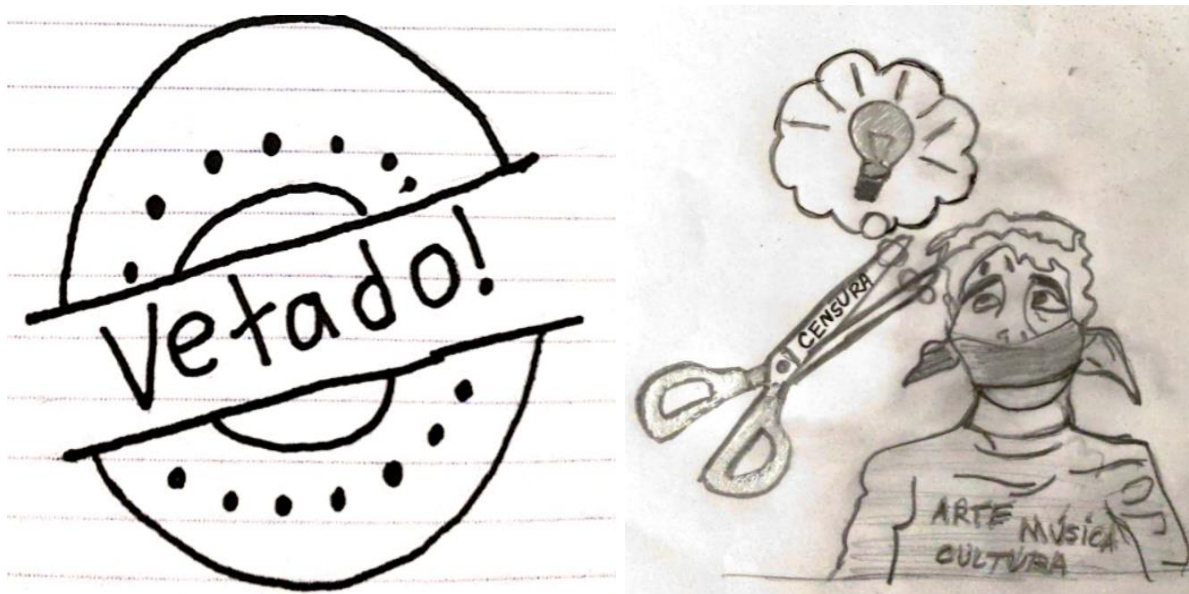


Fonte: Arquivo da autora, 2021.

Os dois desenhos acima representam uma pessoa com faixas de “censurado” e “censura”, mostrando que a liberdade de expressão foi algo extremamente comprometido no contexto da Ditadura Militar no Brasil.

A aluna 6 relatou que pensou em mordança ao representar a ditadura, pois *“as pessoas não tinham liberdade para ver, para falar e para pensar”*. Seguindo essa linha de raciocínio, a aluna 10 disse que escolheu representar a ditadura com um homem envolto em fitas com a palavra censura, para deixar evidente que a *“ditadura puniu e silenciou as pessoas para que elas não falassem e também licenciou a imprensa, para que não vissem o que realmente estava acontecendo”*.

Figuras 29 e 30 – Desenhos feitos pelos alunos representando a censura. 5º. Dia da Oficina



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

O desenho 29 é uma representação dos carimbos utilizados nos documentos oficiais de músicas que foram censuradas pelo regime militar. O desenho 30 faz uma referência às diversas áreas que sofreram censura, simbolizado a partir dos nomes escritos da camisa da pessoa representada na imagem.

Com relação a apropriação dos alunos, a aluna 7 relatou o seguinte: *“resolvi fazer algo parecido com um disco e o nome vetado ao centro para representar como a música sofreu fortes censuras do contexto da ditadura”*. A aluna 10 disse que representou a com um desenho de um homem tendo suas ideias “cortadas”, pois *“a censura prejudicou os artistas e proibia expressões e opiniões que não estavam de acordo com as ações e pensamentos do governo.”*

Figura 31 – Desenho representando a censura feito por aluna. 5º. Dia da Oficina



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

No desenho acima vemos a representação do que seria a conversa de um censor com um militar. O censor diz que as últimas músicas recebidas falam sobre amizade, felicidade, dor, esperança e tristeza, prontamente o militar exige a censura, por se tratar de “termas polêmicos”.

A aluna 11 relatou que após as abordagens feitas na oficina, resolveu fazer algo que de acordo com ela “*mostra uma imagem completa sobre o que foi a censura à música, ressaltando que para ser censurada não era obrigatório ter mensagem de protesto na letra da música*”. É interessante acompanhar essa construção do conhecimento e perceber que o trabalho com a música “brega” foi um elemento importante para isso.

Figura 32 – Desenho feito pela aluna representando a censura. 5º. Dia da Oficina



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

No desenho acima, há uma representação de censura à uma obra de arte. Uma flor vermelha que é taxada pelo militar como uma referência ao comunismo.

A aluna 18 explicou o desenho dizendo que quis representar:

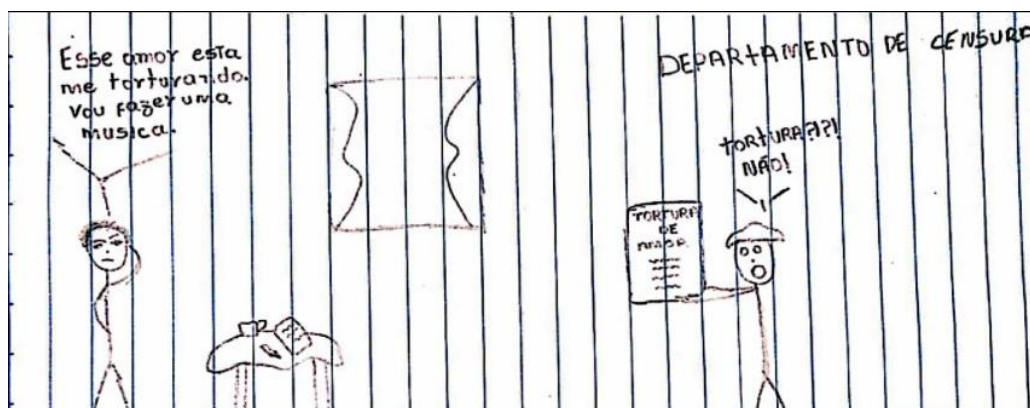
Algo que fizesse referência a como o regime militar criava histórias para amedrontar as pessoas, como dizer que o comunismo seria instaurado no Brasil para acabar com as liberdades das pessoas. Também quis mostrar como os censores eram treinados para ver problema onde não existia.

Nos dois desenhos acima (31 e 32) é possível ver um esforço das alunas em contextualizar os diferentes tipos de censuras impostas pela ditadura. Tanto as imagens como os textos, falam sobre uma noção mais ampla da censura, mostrando que muitas músicas eram censuradas e nem sempre as motivações eram políticas.

Na Oficina, comentamos e debatemos sobre a multiplicidade da censura, as motivações que permeavam aquele período. E através da análise de músicas e documentos percebemos como era o mecanismo e funcionamento do regime.

O desenho abaixo também nos mostra uma representação da censura, discutindo aspectos do funcionamento desse processo:

Figura 33 – Desenho feito por uma aluna representando a censura. 5º. Dia da Oficina



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

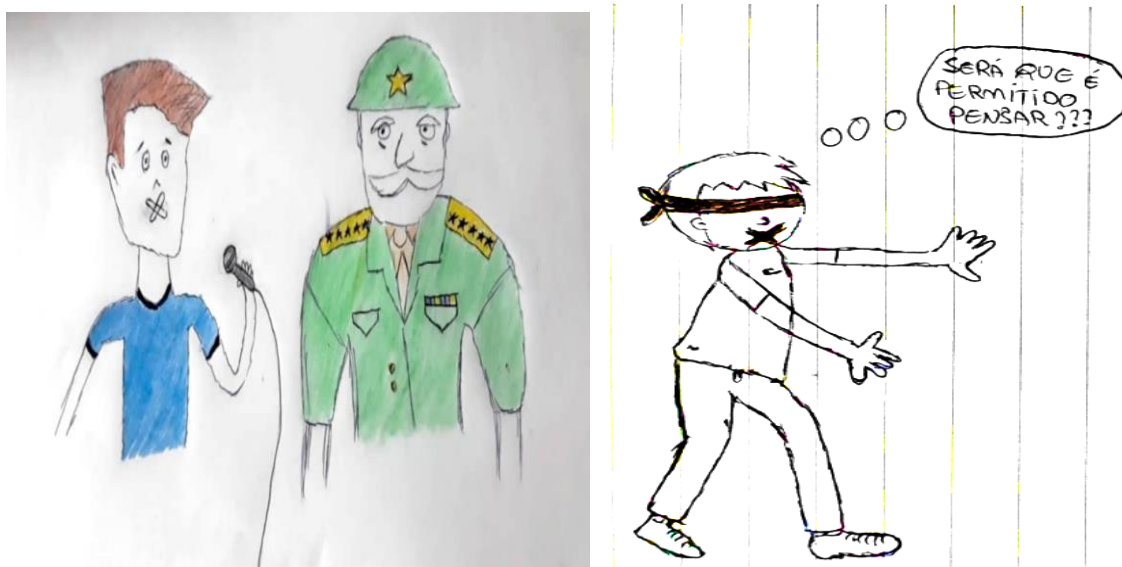
No desenho, a aluna 4 faz uma alusão à música “tortura de amor”, de Waldick Soriano. No texto há a representação sobre a letra censurada: “esse amor está me torturando...”, na sequência o censor é representado vetando a música devido o termo “tortura”.

A aluna relatou que se sentiu instigada a fazer algo que representasse como a música “brega” foi censurada na ditadura. A aluna ressalta:

Achei bastante interessante saber que Waldick Soriano sofreu censura por uma música que sequer foi feita na época da ditadura e que não falava de protesto. Meu avô gosta muito de ouvir as músicas do Waldick e também não sabia que tinha sido censurada.

Como mostramos anteriormente através do plano de aula e comentários, trabalhamos com a música “Tortura de amor”, de Waldick Soriano e discutimos os aspectos da composição que a fizeram passar por censura. Apesar de alguns estudantes já terem ouvido falar sobre o determinado cantor, não sabiam que este havia tido problemas com a censura, o que causou bastante surpresa no momento da aula.

Figuras 34 e 35 – Desenhos feitos pelos alunos representando a censura. 5º. Dia da Oficina

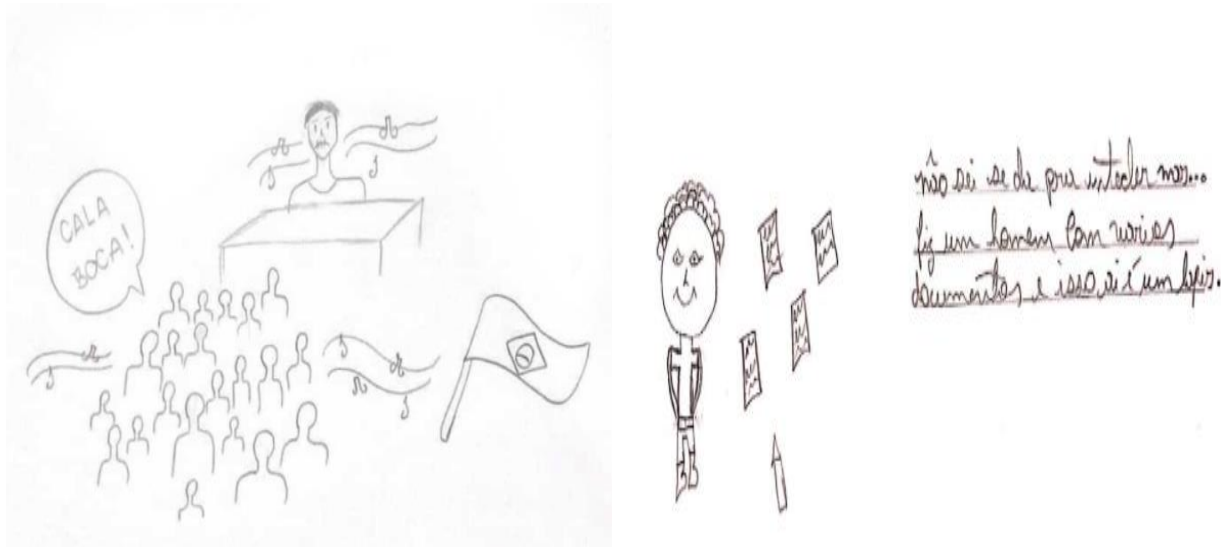


Fonte: Arquivo da autora, 2021.

No desenho 34 a aluna fez uma representação da ditadura a partir de um cantor que está frente a frente com um militar e é impedido de cantar. No desenho 35 há a representação de uma pessoa com uma venda nos olhos e um X na boca para simbolizar os silêncios impostos pela ditadura e a censura.

Na ocasião de aula síncrona, a aluna 15 relatou que *“quis expressar como os cantores eram inibidos, ameaçados e proibidos de cantar alguma crítica contra o governo, que no desenho é representado por um militar”*. O aluno 21 disse que *“no desenho quis mostrar uma pessoa desnorçada com uma venda nos olhos... para mim a ditadura e censura deixavam as pessoas desse jeito, sem saber o que fazer, sem poder enxergar e pensar.”*

Figuras 36 e 37 - Desenhos feitos pelos alunos representando a censura. 5º. Dia de Oficina



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

No desenho 36, a aluna faz uma representação da ditadura a partir da figura de um cantor e alguém do público que o manda “calar a boca”. Acreditamos que houve intenção de mostrar a participação e apoio de outros setores à ditadura. Algo que discutimos na oficina ao falarmos sobre a censura “não-oficial”, quando proprietários de terra impediram os cantores Dom e Ravel de cantarem a música “o caminhante” – que fala sobre o cotidiano dos trabalhadores rurais – na região do Araguaia. O desenho 37 faz uma referência aos censores e os documentos, definidos pela aluna como “leis”.

Na aula, a autora do desenho 37 disse que quis “*mostrar como era o trabalho dos censores e a forma automática que eles vetavam as composições diante de tantos documentos e papéis que recebiam.*”

No decorrer da Oficina fomos construindo conhecimento histórico junto com os alunos, percebendo os diferentes lados da censura, os tipos de censura, as motivações. E, partindo da produção e análise dos desenhos, de suas falas nas aulas, é interessante perceber como esses estudantes se apropriaram de conhecimento e ampliaram seus olhares a respeito da ditadura e da censura.

4.2 Violência: Tortura e morte

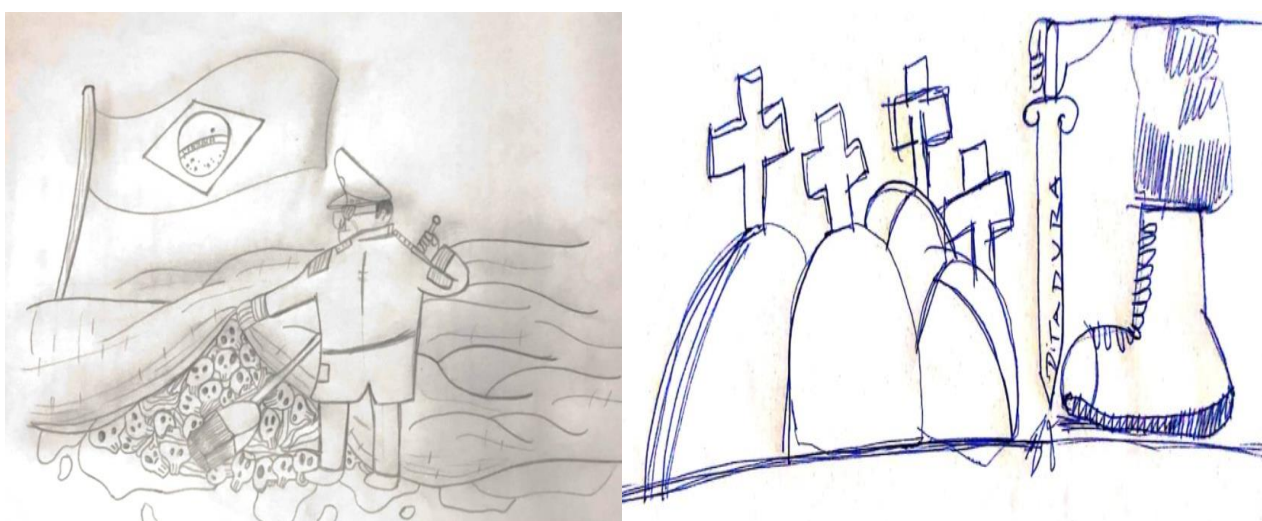
Figura 38 – Desenho feito por aluna representando violência e morte. 1º Dia da Oficina



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

No desenho acima, a aluna 18 representou a ditadura a partir de uma figura de militar que disputam o Brasil e ao lado e um quadro com o ano 1964 em destaque e várias palavras: “tortura, mortes, medo, censura...” Vemos também a personificação da morte ao lado do quadro. Ela justificou a escolha do desenho: “*não tenho como mostrar apenas uma coisa ruim sobre a ditadura, por isso fiz um quadro com todos os crimes e maldades cometidas, mas como o foco da morte e como os militares tentavam controlar o país a qualquer custo*”.

Figuras 39 e 40 – Desenhos feitos pelos alunos representando violência e morte. 1º Dia da Oficina



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

Acima, vemos representações da ditadura a partir de túmulos, caveiras e figura dos militares. Demonstrando a compreensão que os estudantes têm a respeito da ditadura, como um momento que trouxe violência e morte.

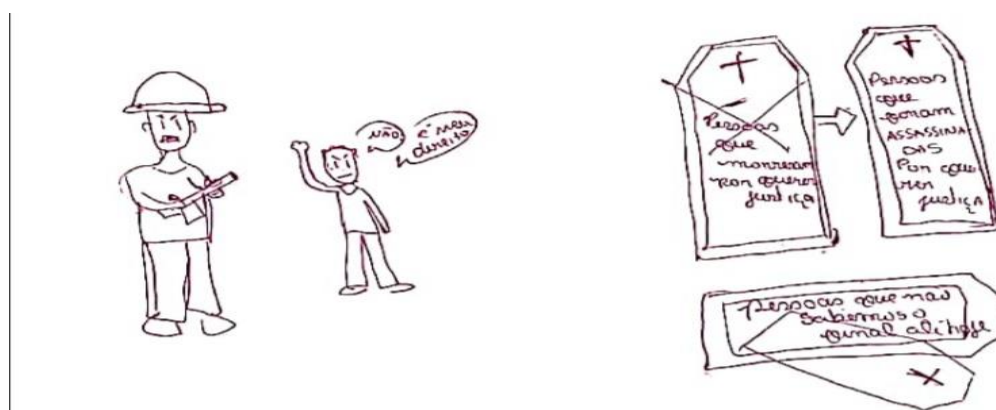
A aluna 16 comentou o seu desenho e dizendo que:

Ainda hoje existe discursos que tentam esconder e negar as mortes da ditadura. Uma parcela da sociedade também nega esses fatos, por isso fiz um desenho que mostra um militar escondendo os cadáveres da ditadura.

Nesse momento, comentamos um pouco sobre o negacionismo tão latente no tempo presente, e como este vem sendo construído ao longo do tempo.

O aluno 21 disse que representou a ditadura “a partir de um desenho que mostrasse dor, sofrimento, luto. Por isso escolhi fazer o cemitério e algo lado uma espada e bota de um militar”. Ambos deixam claro em seus desenhos, a carga de horror, morte e sofrimento acarretados pela ditadura.

Figura 41 – Desenho feito por aluno representando violência e morte. 1º Dia da Oficina



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

A aluna 8 fez um desenho que representa a ditadura a partir de caixões com as seguintes legendas: “Pessoas que morreram por querer justiça”, “Pessoas que foram assassinadas por querer justiça”, “Pessoas que não sabemos o final até hoje”, essa última frase está escrita em um caixão aberto, fazendo uma alusão aos desaparecidos “políticos” da ditadura, de acordo com a explicação da própria autora do desenho.

A maior parte dos mortos e desaparecidos da ditadura foram submetidos a tortura e depois assassinados em dependências dos órgãos de repressão.

Um debate extremamente necessário, falar sobre como ainda existem ficções a respeito da ditadura e como tentam negar os fatos. O desenho da aluna traz uma crítica pertinente sobre a forma “branda” com que a ditadura ainda é tratada por alguns grupos ou “brasis paralelos” e “Guias politicamente incorretos” da vida.

Figuras 42 e 43 – Desenhos feitos pelos alunos representando violência e armas. 1º Dia da Oficina

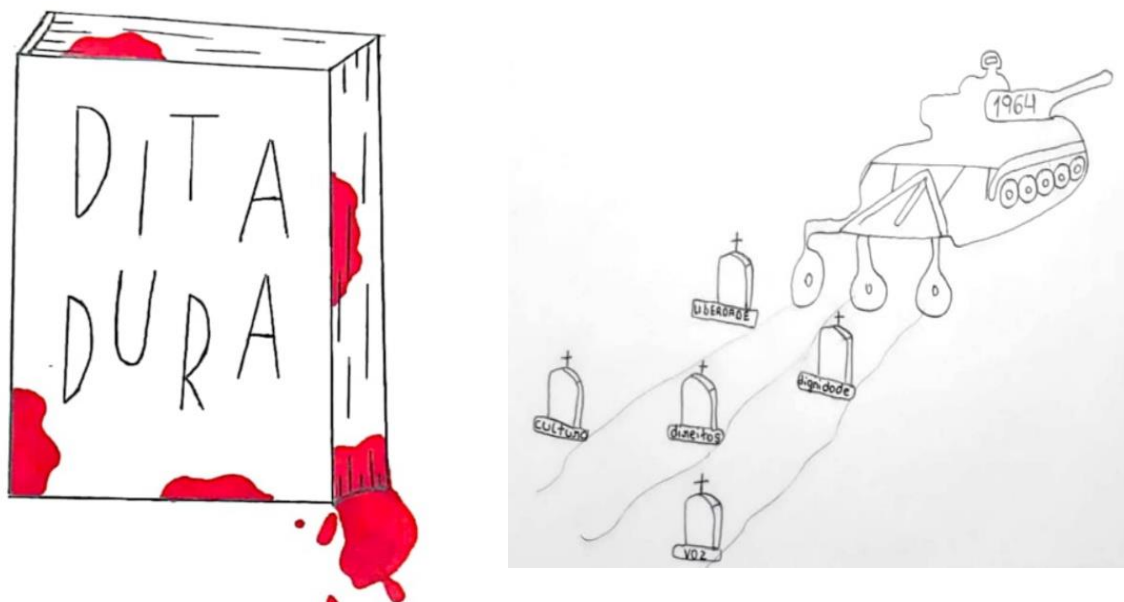


Fonte: Arquivo da autora, 2021.

Nos desenhos acima há uma representação da ditadura a partir da violência, o uso das armas e os silenciamentos causados durante esse processo. A aluna 7, autora do primeiro desenho, explicou o seu desenho: *“Quando eu penso em ditadura, penso em violência, repressão. Fiz dois militares apontando armas para uma mulher que foi impedida de falar por medo, com uma arma na cabeça não é difícil se calar”*.

A aluna 15 disse que desenhou um *“preso sendo levado por policiais. Quis mostrar que uma pessoa comum podia se tornar uma “má pessoa” em questão de segundos, era só desobedecer ao sistema”*.

Figuras 44 e 45 – Desenhos feitos pelos alunos representando violência e morte. 1º Dia da Oficina



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

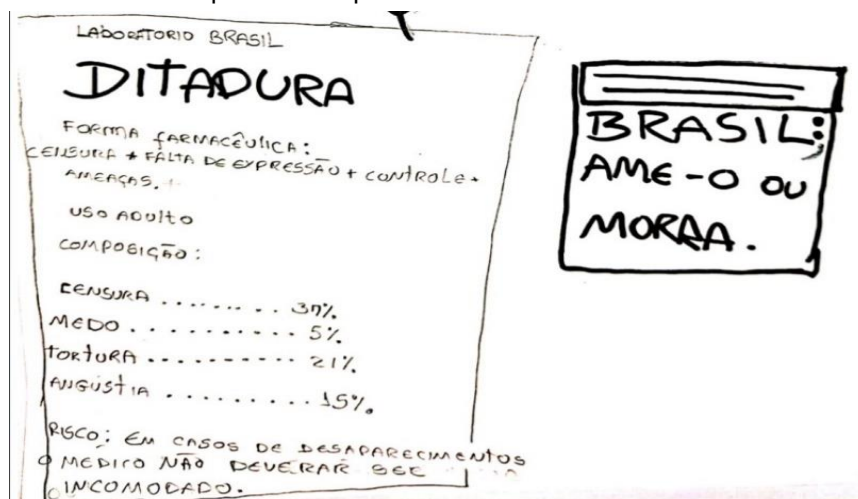
No desenho 44, a aluna representou a ditadura a partir de um livro fechado com rastros de sangue, simbolizando a violência e a morte do período. No desenho 45, há a representação de um tanque de guerra à frente, deixando para trás o que seriam túmulos com as seguintes palavras: “liberdade”, “cultura”, “direitos”, “dignidade” e “voz”.

Após a feitura dos desenhos, em momento síncrono a aluna 13 comentou o seu desenho dizendo que escolheu “fazer um livro manchado de sangue, para mostrar como a ditadura deixou marcas tristes na história. São páginas infelizes da história.”

A aluna 19 representou a ditadura a partir de tanque de guerra, pois disse que “esse é um símbolo marcante da ditadura, e no desenho, por onde o tanque simbolizado com o ano de 1964 passa, deixa mortes. É isso que eu penso sobre a ditadura, algo que trouxe coisas muito negativas”.

Os desenhos a seguir fazem parte do último dia de oficina:

Figura 46 – Desenho feito por aluna representando violência e morte. 5º Dia da Oficina



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

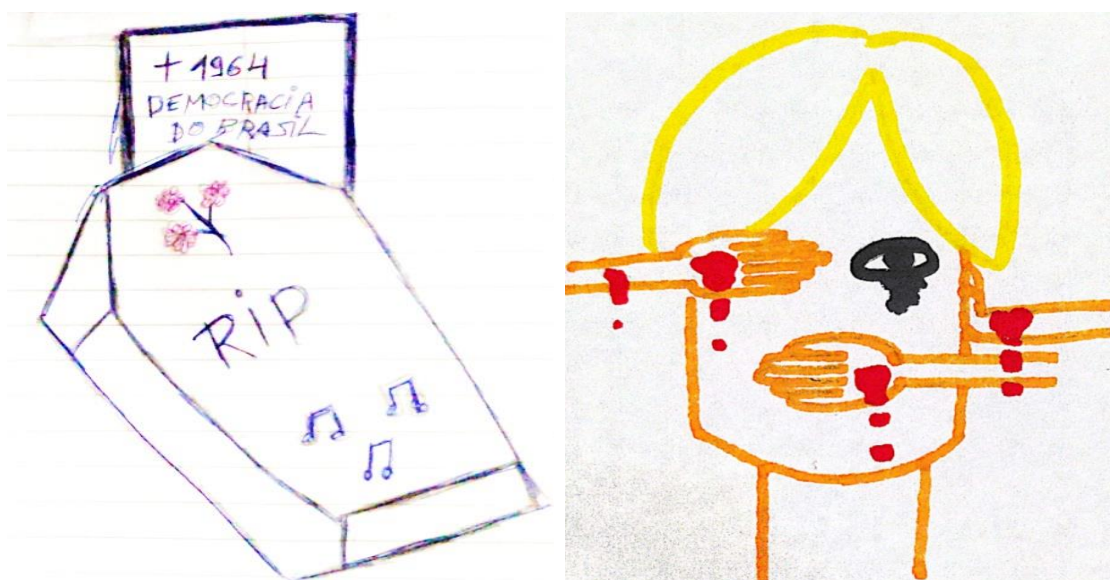
O desenho acima mostra uma espécie de “receita” da ditadura, onde a aluna elencou censura, medo, tortura e angústia para representar a ditadura e ao lado uma sátira ao slogan utilizado no governo Médici: “Brasil ame-o ou deixe-o”, no desenho foi retratado como “Brasil: ame-o ou morra”.

Ao discutirmos o desenho na aula síncrona, a aluna comentou dizendo:

Pretendi mostrar uma espécie de receita da ditadura, falando sobre as várias coisas ruins como censura, angústia, medo. Fiz ao lado uma mensagem que mostra um slogan da ditadura “ame-o ou deixe-o” e troquei pela palavra morte. Pois aconteceram muitos casos de pessoas morrerem por lutar contra a ditadura e até hoje existem pessoas desaparecidas pelo mesmo motivo.

Na ocasião, para fortalecer o debate através da análise de fontes, conversamos sobre o “Memorial Mortos e Desaparecidos” disponibilizado no site memórias da ditadura, é uma lista com nomes e rostos de pessoas que sofreram tortura, morte e algumas que ainda são “desaparecidas” da ditadura. Também conversamos sobre os documentos disponibilizados pela Comissão Nacional da Verdade, onde é possível acessar mais de 80 audiências e sessões públicas sobre violação de direitos humanos.

Figuras 47 e 48 – Desenhos feitos pelos alunos representando violência e morte. 5º Dia da Oficina



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

. Na figura 47 há a representação de um caixão e na lápide está descrito o ano da “morte” da democracia do Brasil. Na figura 48 vemos a imagem de uma

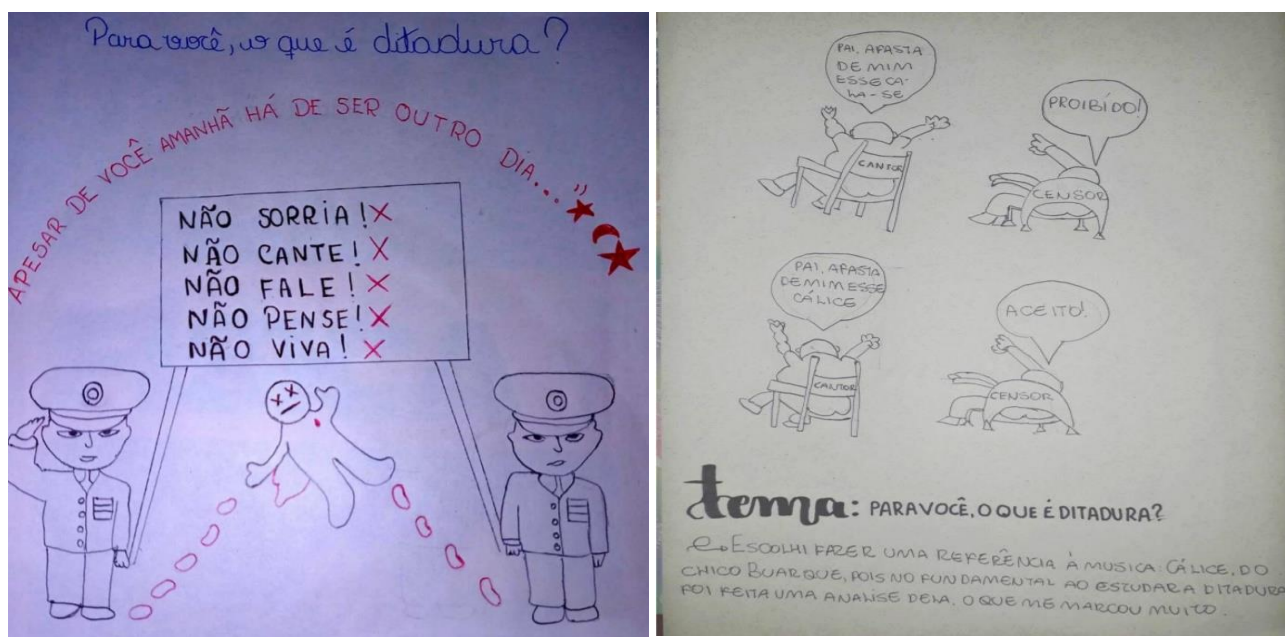
pessoa que está sendo silenciada e traços de sangue demonstram a violência do regime.

A aluna 3 explicou que ao desenhar um caixão com claves musicais “*quis mostrar sobre como a democracia era limitada e como os artistas tiveram as suas músicas censuradas*”. A aluna 13 comenta que fez “*uma mulher com sangue no rosto e um olho roxo, mostrando espancamento*”, disse também ter assistido um filme que abordava os diversos tipos de violências praticadas pela ditadura através de vários instrumentos de tortura.

A partir das falas e desenhos pudemos discutir como a violência física e moral fez parte da ditadura, sempre utilizando fontes que ajudassem a intensificar a reflexão com os participantes da Oficina.

4.3 Música

Figuras 49 e 50 – Desenhos feitos pelos alunos representando música. 1º Dia da Oficina



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

Nos desenhos acima, percebemos uma representação sobre a censura a algumas músicas específicas. As alunas 9 e 11 fazem referências às músicas “Amanhã vai ser outro dia” e “Cálice”, ambas composições de Chico Buarque. Para a aluna 11, a abordagem dessa música em uma aula de história foi algo marcante para a sua compreensão sobre ditadura, no texto abaixo da imagem ela justifica a escolha: “*Escolhi fazer uma referência à música Cálice, do Chico Buarque, pois no Fundamental, ao estudar a ditadura, foi feita uma análise dela, o que me marcou muito.*”

Interessante observar como a música é capaz de marcar e deixar memórias sobre um determinado conteúdo. No caso específico das alunas, foram as composições de Chico Buarque que as auxiliaram no processo de compreensão histórica a respeito da Ditadura Militar.

Figura 51 – Desenho feito por aluno representando música. 1º Dia da Oficina



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

No desenho acima vemos elementos que o enquadram na seção sobre censura e violência se observarmos a parte de baixo que mostram uma pessoa com arma exigindo que a história e as mortes sejam apagadas. Mas resolvemos enquadrar o desenho na seção sobre música, pois na parte superior da imagem a aluna utilizou um trecho da composição “Alegria, alegria” (1967), de Caetano Veloso. Caminhar contra o vento é, em certo sentido, um ato de rebeldia, ir no sentido contrário, nadar contra a correnteza.

A aluna 5 disse que ao desenhar pensou em “*mostrar como os militares tentaram e tentam apagar a história e esconder os fatos. Em cima coloquei o trecho de uma música que gosto muito e que já foi debatida na escola.*”

A partir da observação da aluna, também pudemos discutir que para além dos militares, outros setores também apoiaram e tentaram “apagar” a história, como foi o caso de empresas, igrejas, emissoras de TV, etc.

Os desenhos a seguir foram produzidos no último dia da oficina:

Figuras 52 e 53 – Desenhos feitos pelos alunos representando música e cantores. 5º. Dia da Oficina



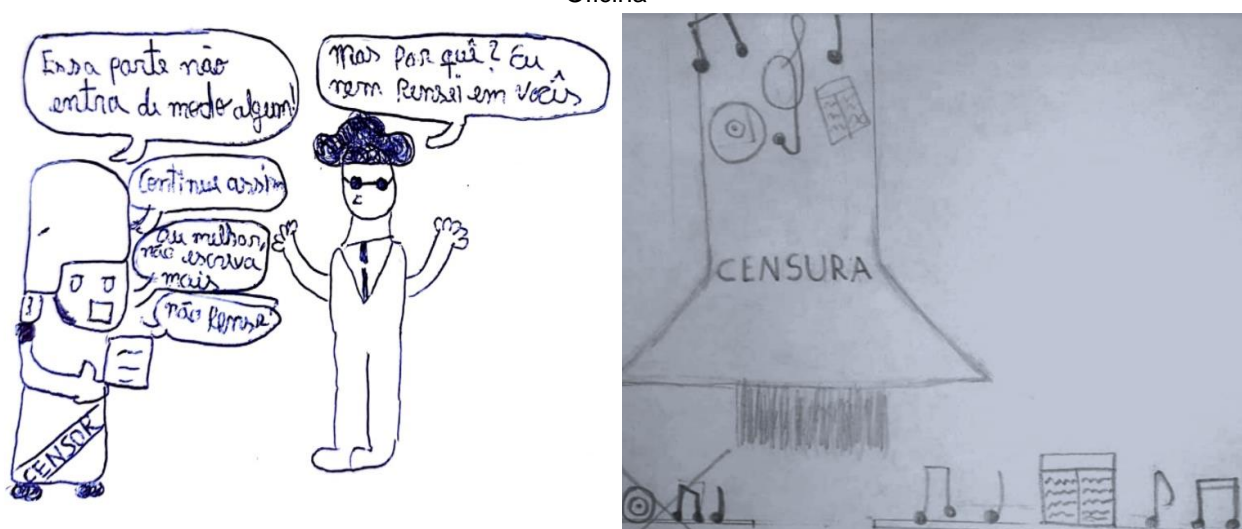
Fonte: Arquivo da autora, 2021.

Nas duas imagens acima é possível ver que os alunos escolheram mostrar que a censura à música que não era de protesto também acontecia na época na ditadura. Na figura 52 uma pessoa canta “volta pra mim, amor” e na figura 53 o cantor fala de “minha paz”. Uma forma de destacar outros gêneros musicais que foram censurados, como foi o caso da música “brega”.

O aluno 2 diz que “quis ironizar a forma com que a censura acontecia com algumas músicas bregas, o cara estava cantando sobre amor, sofrimento e a censura ia lá e mandava mudar a letra ou a vetada de vez.” Seguindo o raciocínio, o aluno 14 comentou que “a censura via terror e subversão em músicas de amor”.

Os dois alunos se apropriaram dos conteúdos debatidos na Oficina e ampliaram os seus olhares sobre a censura. Apesar do estranhamento inicial, no decorrer das aulas foi bastante interessante analisar as músicas e os documentos com a turma, gerando várias “descobertas” e questionamentos durante os debates.

Figuras 54 e 55 – Desenhos feitos pelos alunos representando música e cantor. 5º. Dia da Oficina



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

Apesar dos desenhos falarem também de censura, há um esforço em focar na censura musical. No desenho 54 chama atenção a representação de um cantor que se assemelha a Waldick Soriano, conversando com um censor e argumentando que suas músicas não são de protesto. No desenho 55 há exemplos de claves musicais, como a semínima, colcheia, fusa e sol, discos e algo que parece documentos.

A aluna 5 comentou na aula que já conhecia a música “Eu não sou charro, não”, mas não fazia ideia de que esse cantor já tinha sido censurado pela ditadura. Disse o seguinte: “abordei o Waldick Soriano, pois acho que ele é um grande representante da música brega e quis falar como essas músicas também foram censuradas pela ditadura”. A aluna 12 desenhou “uma máquina que representa a censura, passando pelas músicas e censurando tudo que desagradava o regime militar”.

Nas primeiras aulas, ao abordarmos as motivações da censura à música “brega”, muitos estudantes achavam engraçado ver que uma música que não era de protesto havia sido censurada, mas no decorrer das aulas, foram entendendo os funcionamentos do sistema, compreendendo as disputas dos bastidores e também o viés moral da censura.

Figuras 56 e 57 – Desenhos feitos pelos alunos representando música e cantores. 5º. Dia da Oficina



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

Os desenhos acima representam a ditadura a partir de músicas e cantores “bregas” que foram censurados. Na figura 56 a aluna faz uma referência aos cantores Dom e Ravel e na figura 57 a “canção brega” é lembrada como gênero musical que causou incômodo ao sistema, não pelo teor política das letras, mas porque essas composições denunciavam problemas sociais e do cotidiano.

A aluna 9 disse que ao pensar sobre ditadura no último dia de oficina escolheu representar “*um momento debatido na aula, especificamente sobre a censura sofrida pelos cantores Dom e Ravel fora dos espaços oficiais da censura, quando foram impedidos por fazendeiros de cantar uma música.*” O interessante relato da aluna faz referência ao fato ocorrido na região do Araguaia, quando os cantores foram proibidos de cantar a música “O caminhante” que falava sobre trabalho agrário, exploração e causou insatisfação dos fazendeiros da região.

A aluna 19 fez um desenho dizendo que “a música brega não tem nada a ver com a ditadura”, em momento posterior conversamos de forma síncrona, esclarecendo que a música “brega”, mesmo as que não tinha ligação alguma com protesto, tem muita ligação com o que foi a ditadura e a forma com que se julgava essas letras que não estavam dentro de um padrão moral estabelecido pela ditadura. E que através dessas músicas era possível denunciar situações corriqueiras de desvalorização do trabalhador, desigualdades sociais, etc.

Figura 58– Desenho feito por aluna representando música e cantores. 5º Dia da Oficina



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

O desenho desta seção representa um diálogo entre o cantor Luiz Ayrão e um militar que exige a mudança no título da música “Treze anos” que foi censurada pela ditadura.

A aluna 17 diz o seguinte:

Achei interessante conhecer outros tipos de músicas que foram censuradas, essa sobre a música Treze anos me marcou, pois, mesmo mudando o título para o “O divórcio”, a mensagem de protesto continuou a mesma. De forma irônica, posso dizer que a censura falhou.

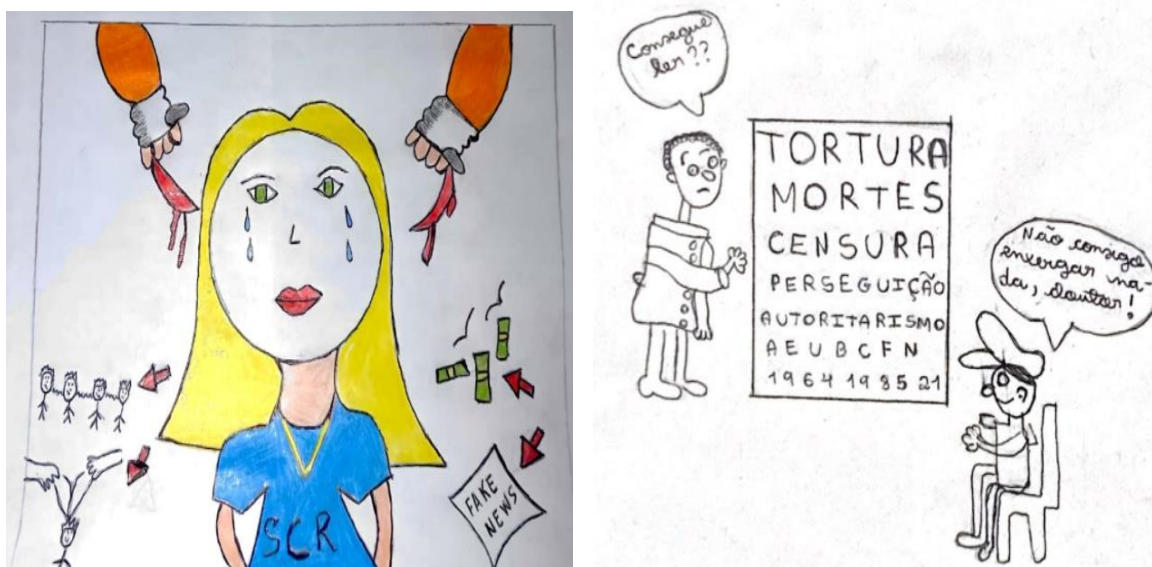
O tema abordado pela aluna faz parte de uma das nossas aulas ministradas durante a oficina, quando pudemos analisar entrevistas com o próprio Luiz Ayrão e perceber os caminhos da censura com relação a essa composição que fazia uma crítica aos Treze anos do golpe.

Interessante observar nas representações dos estudantes após a oficina e ver como os mesmos ampliaram a noção sobre censura e até representaram a música e cantores bregas como figuras centrais desse processo.

4.4 Outros olhares: propaganda, ufanismo, negacionismo

A maioria dos desenhos abordaram a ditadura a partir de representações da censura, música, violência. Mas é importante destacar outras abordagens.

Figuras 59 e 60 – Desenhos feitos pelos alunos representando negacionismo e fake news. 1º Dia da Oficina



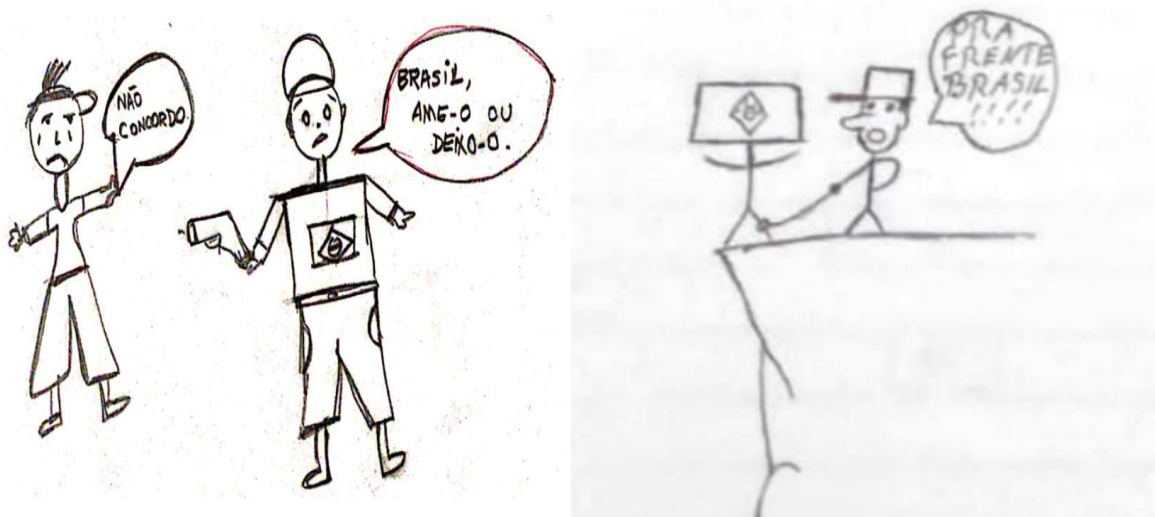
Fonte: Arquivo da autora, 2021.

No desenho 59, a aluna representou a ditadura a partir da imagem de uma mulher chorando e com a palavra “socorro” escrita em sua camisa. Detalhes importantes como dinheiro e “notícias falsas” também aparecem na construção do desenho. A aluna 1 justificou o uso do termo “*fake news*” para “mostrar que na época da ditadura o governo queria aparentar que estava tudo bem, controlando a mídia, desmentindo fatos e calando opiniões contrárias”.

É interessante fazermos um paralelo entre o ontem e o hoje, pois, apesar de existir há bastante tempo, esse termo “*fake news*” está sendo tratado com mais propriedade nos dias atuais. Porém é muito perspicaz a análise da aluna de Interrogar o passado a partir de questões do presente, além de ressaltar que desde o período da ditadura já havia esse tipo de estratégia.

O desenho 60 mostra o que seria uma “consulta” no oftalmologista em que o “doutor” pergunta ao militar se o mesmo consegue ler os nomes: Tortura, mortes, censura. O militar responde que não consegue enxergar nada. Uma espécie de negação aos fatos, algo muito presente desde a ditadura. A autora do desenho disse que “muitas pessoas hoje em dia ainda negam a ditadura, mesmo com acesso a fontes e informações confiáveis, continuam não acreditando que foi um golpe e chamam de revolução”.

Figuras 61 e 62 – Desenhos feitos pelos alunos representando propaganda e ufanismo. 1º Dia da Oficina



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

No desenho 61, o aluno representa a ditadura a partir de uma pessoa vestida com camisa que tem estampada a bandeira do Brasil, arma em punho apontando para uma pessoa que diz “não concordar”. É uma alusão à violência

e censura, mas o desenho traz o elemento da propaganda ufanista: “Brasil, ame-o ou deixe-o”, o slogan que tem uma conotação autoritária e representa bem o que foi a ditadura de 1964.

O autor do desenho diz que resolveu “*mostrar como as propagandas eram utilizadas para enganar a sociedade, e o choro no rosto do primeiro homem da imagem demonstra a tristeza de muitos que tiveram que deixar o Brasil*”.

No desenho 62, há uma representação de um militar empurrando o Brasil em um precipício e proferindo a frase “Pra frente, Brasil”, slogan que também representa o período da ditadura, foi bastante utilizado na copa de 1970, uma forma de usar o futebol como instrumento de propaganda do governo. Justificado pelo autor como “*uma forma de mostrar como o povo era enganado!*”

Figuras 63 – Desenho feito por aluno representando propaganda. 1º Dia da Oficina



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

Por fim, vemos uma representação de uma pessoa simbolizando um militar, este repete frases como “o Brasil cresceu”, “a ditadura é boa” e as pessoas que estão em volta repetem essas frases. Outro detalhe é que o “palco” onde o homem está tem várias pessoas em baixo, representando pessoas que foram mortas pela ditadura.

A aluna enfatiza a “*forma com que as propagandas eram feitas na época da ditadura, mudando informações, controlando os meios de comunicação, a fim de vender uma imagem positiva do regime*”.

Por fim, ressaltamos que a partir das produções dos estudantes, é possível perceber as apropriações sobre a ditadura e como a Oficina foi

relevante na construção desse conhecimento histórico. Percebendo as multiplicidades da censura, analisando documentos, ouvindo músicas e narrativas, debatendo sobre assuntos de ontem e hoje, para juntos, construirmos nossas versões e apropriações sobre o período de Ditadura Militar no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

História é a ciência que nos leva à arte de investigar, interpretar e refletir sobre as questões do ser humano, suas relações com a sociedade e com a natureza em diferentes espaços e temporalidades. Pensar a História significa rever teorias, buscar outras fontes, descobrir novos fatos, reconstruir memórias, criar novas metodologias, estabelecer relações espaço-temporais, avaliar dados e informações, etc. O trabalho de escrita da história deve ser compreendido como parte de um esforço maior de construção social da vida humana.

Por sua vez, o tema Ditadura Militar nos traz diversas interrogações, visões, ficções, fatos, memórias, novas fontes e possibilidades de análises e construção de conhecimento histórico. Todas essas discussões e vertentes no debate público no Brasil nos mostra que esse passado ainda traz muitas versões e ficções, que precisam ser debatidas por estudantes, pesquisadores e pela sociedade.

Existe, pois, uma intensa revisão sobre esse momento histórico e cremos que isso ocorra devido às contradições que o período ainda provoca e às muitas visões e interesses que existem sobre ele. Além uma tentativa de redefinir esse passado tanto pelos que o vivenciaram, como também pelos que o investigam e interpretam com base em documentos escritos e orais.

Verificamos que o período não deve ser interpretado como um jargão, e sim dentro de uma perspectiva crítica em que os silêncios e desdobramentos sejam sempre discutidos tendo em vista que as memórias do período estão em disputas.

Destacamos a importância da história pública digital nesse cenário de construção do conhecimento. É preciso debater fora da academia. Rebatendo os negacionismos e visões reacionárias se faz necessário diante do cenário que vivenciamos hoje e que foi construído ao longo dos anos.

Com nossa pesquisa, em especial com a Oficina que fizemos junto com os alunos do Ensino Médio, utilizando como fontes as músicas “bregas”, pudemos dialogar com a juventude sobre ditadura, as vertentes da censura e a sociabilidade dessa época, e juntos construímos nossas memórias e visões. E

como professora pude confirmar a necessidade da postura dialógica na construção de novas memórias, novos saberes.

Percebendo a “escola” numa perspectiva Paulo Freiriana e diante da realidade dos estudantes, os conteúdos selecionados foram pensados a fim de levar sentido para esses alunos por meio da possibilidade de vislumbrar a Ditadura Militar no Brasil através de novas propostas, canções e discussões. E no “chão da escola” temos um ambiente privilegiado, de diálogos, aprendizagens e diferentes maneiras de pensar sobre o passado.

Acreditamos que um dos compromissos do professor de história é interrogar o passado a partir de questões que nos afetam atualmente. As transformações nos meios de comunicação e a ascensão da internet têm sido responsáveis pelo aceleração das notícias e, conseqüentemente, das *fake news* e dos negacionismos. É preciso adentrar nesses espaços e resistir; pesquisar e debater as fontes da Ditadura Militar no Brasil é um ato de resistência. Ao pensar a canção como fonte histórica, devemos considerá-la como um documento histórico, um fragmento de seu tempo, passível de ser explorada pelo professor.

Diante disso, reafirmamos nossa intencionalidade ao tecer uma pesquisa que se volte para uma análise da produção musical “brega”, os aspectos sociais, políticos e econômicos da época, bem como as motivações das censuras. Acreditamos que a prática desenvolvida em forma de oficina contribuiu de forma efetiva para a ampliação do conhecimento e de novos olhares sobre o período ditatorial no Brasil.

Pretendemos com esse debate sobre música, ditadura e ensino, contribuir para que as novas gerações formulem uma visão crítica do período, reformulando uma consciência histórica, identificando mudanças e continuidades, e destacamos que a análise das músicas foi relevante para os novos olhares (e audições) e para a análise sobre a questão da ditadura e censura no Brasil, além de dar maior visibilidade e importância a temas pouco estudados na escola, que é o caso das canções “bregas” e suas teias de sociabilidades.

Acreditamos ser de grande importância dar mais atenção a outros estilos, para além da “MPB”, por exemplo, onde há uma quantidade bem maior de pesquisas e reflexões, o objetivo é buscar e conhecer outros espaços de discussão e análises de realidades que faziam parte de outros sujeitos sociais.

Entendemos como fundamental o estudo das relações de apropriação e representação de conteúdos históricos, buscando compreender os resultados da convivência entre representações sociais e suas relações com as vivências dos estudantes no espaço escolar.

Assim, esperamos contribuir com o processo de construção de conhecimentos históricos sobre a Ditadura Militar e ampliar o debate sobre como esse tema tem sido abordado no presente e em diferentes espaços, especificamente o espaço digital. Munidos de conhecimento histórico, ética e empirismo, poderemos continuar resistindo contra os negacionismos, revisionismos ideológicos e *fake news* que tentam relativizar ou até mesmo excluir a importância da história enquanto ciência.

O uso da música “brega” e dos documentos como recursos metodológicos nos possibilitam uma amplitude de percepções e análises, porém, sabemos que ainda há muito que ser pesquisado nessa área. Diante de tantas versões, ficções e disputas acerca do período, cabe ao pesquisador estar atento para tais fatos, procurando abordar as tantas histórias e sons da ditadura de 1964-1985 no Brasil.

O ProfHistória nos permitiu vivenciar essa aproximação e retomada da pesquisa, através da junção entre a escola e a academia. E, assim, mesmo em meio às incertezas trazidas por uma pandemia que devastou o mundo, nos trouxe alento e entusiasmo em meio às novas descobertas e partilhas em sala de aula. Finalizamos com (BOBBIO, 1997, p.55) “(...) nada de parar. Devemos continuar a escavar! Cada vulto, gesto, palavra ou canção, que parecia perdido para sempre, uma vez reencontrado, nos ajuda a sobreviver”.

REFERÊNCIAS

- ABUD, Kátia Maria. Registro e Representação do cotidiano: a música popular na aula de história. **Cad. Cedes**, Campinas, vol.25, n. 67, p.309-317, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/cfRjXpqjCYdT4g8v5CM4FQg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 21 jul.2020
- ARAÚJO, Paulo Cesar. **Eu não sou cachorro, não**. Rio de Janeiro: Record, 2003. 4ª edição, p.458.
- BARCA, Isabel. Aula oficina: do projeto à avaliação. In: **Jornada de Educação Histórica**, 4., 2004, Braga. Anais... Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED), Universidade do Minho, 2004, p.131-144.
- BARCA, Isabel. **Ideias chave para a educação histórica: uma busca de (inter)identidades**. Hist. R., Goiânia, 2012, p.37-51.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BOLSONARO, Jair Messias. **Câmara dos Deputados do Brasil**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/#>. Acesso em: 15 de Janeiro, 2021.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. **Revista Transversos**. “Dossiê: História Pública: escritas contemporâneas de História. **Revista de História**. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016. Disponível em: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/transversos>.ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2016.25602.
- CASTRO, Wagner; MARTINS, Ana Luiza Rios. Ensino de História: Música em sala de aula. In: Junior, Antônio Germano Magalhães; Araújo, Fátima Maria Leitão. (org.) **Ensino & Linguagens da História**. Fortaleza, EdUECE. 2015.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. São Paulo: Difel, 1988.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- DECRETO-LEI Nº 1.077, DE 26 DE JANEIRO DE 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8, parte final da **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm. Acesso em: 16/02/2021.
- GEVIGIER, Jeferson José. Prática da Pesquisa em sala de aula: aula-oficina como modelo privilegiado na construção do conhecimento histórico. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.1, p.4228-4244, jan. 2021
- HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos - O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- LE GOFF, Jacques. **História & Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.
- MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens: uma história de amor e ódio**. Tradução de Rubens Figueiredo, Rosaura Eichenberg, Cláudia Strauch. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MENESES, Sônia. Negacionismos e histórias públicas reacionárias. **Opsis**. (Online). Catalão, v. 19, n. 2, 2019.
- NARLOCH, Leandro. **Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil**. São Paulo, Leya, 2011, 2ª edição.
- NAPOLITANO, Marcos. **História e Música. História Cultural da Música Popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.
- NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e Revisionismo Histórico no século XXI. In: **Novos Combates pela História: Desafios Ensino**. São Paulo, Contexto, 2021.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História. A Problemática dos Lugares. In: **Projeto História**. Nº 10. São Paulo: EDUC, 1993.
- PEIXOTO, Maria Rosario Villar. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1995.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (org.). **Novos Combates pela História: Desafios Ensino**. São Paulo, Contexto, 2021.
- QUINAN, Lícia Gomes. **As memórias dos jovens sobre a ditadura civil-militar e a função social do historiador/professor**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História/UFRJ, 2016.
- RAMOS, Márcia Elisa Teté. Considerações sobre a construção da história escrita, ensinada e divulgada através da matriz disciplinar de Jörn Rüsen. In: **Diálogos**. Maringá. v. 22, n. 3. 2018.
- REIS. Carlos Eduardo dos. **História Social e Ensino**. Chapecó: Argos, 2001.
- REIS. Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: REIS. Daniel Aarão (org.). **Versões e Ficções: O sequestro da história**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997, 2ª edição.
- ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Trad. Cristiane Dias, Greciely Costa. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.
- RÜSEN, Jörn. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.
- RÜSEN, Jörn. **A razão histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Tradução Estevão C. de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001.
- STARLING, Heloisa Murgel. Do ato aos fatos: Arte produzida sob a sombra do AI-5 restitui verdade factual sobre ponto de virada do autoritarismo. **Revista**

Quatro Cinco Um. São Paulo, v.30, Fev, 2020. Disponível em: <https://www.quatrocincoum.com.br/br/noticias/arte/do-ato-aos-fatos>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SILVA, Daniel Pinha. O lugar do tempo presente na aula de história: limites e possibilidades. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 99 - 129. jan./abr. 2017. jan./abr. 2017.

SILVA, Daniel Pinha. Ditadura Civil-Militar e Formação Democrática como problemas historiográficos: interrogações desde a crise. **Revista TransVersos**. Rio de Janeiro, n. 18, p. 37-63, abr.2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/50330/33250>. Acesso em: 20 jan.2021.

THIOLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo, Cortez, 2011.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VIDON, Filipe. Justiça acolhe recurso do governo federal por direito de comemorar o golpe militar de 1964. **O Globo**, 17 mar. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/justica-acolhe-recurso-do-governo-federal-por-direito-de-comemorar-golpe-militar-de-1964-24929633>. Acesso em: 25 mar. 2021.

ZANINI, Fábio. Produtora Brasil Paralelo vive crescimento meteórico e quer ser 'Netflix da direita'. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 mai. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/produtora-brasil-paralelo-vive-crescimento-meteorico-e-quer-ser-netflix-da-direita.shtml>. Acesso em: 01, jun.2021.

Sites consultados:

EDITORA GRAMPO LTDA. **Documentos Revelados**. Página inicial. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/o-site/>. Acesso em: 10 de jan. de 2021.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. **Memórias da Ditadura**. Página inicial. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/> Acesso em: 20 de jun. de 2020.

GOOGLE TRENDS. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=today%205-y&geo=BR&q=negacionismo>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GOMES, Paulo César. **História da Ditadura**. Página inicial. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/>. Acesso em: 15 de jan. 2021.

MPF - PRR 3ª Região. **Brasil: Nunca Mais digit@l**. Página inicial. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acesso em: janeiro de 2021

Canções citadas:

AYRÃO, Luiz. Amigo Chico. In: **Luiz Ayrão**. Rio de Janeiro: EMI-Odeon Brasil, 1977.

BUARQUE, Chico. Meu caro amigo. In: **Meus caros amigos**. Rio de Janeiro: Philips Records. 1976

DOM. Animais Irracionais. In: **Dom & Ravel**. Rio de Janeiro: Beverly P. 1974.

DOM. Eu te amo, meu Brasil. In: **Os Incríveis**. Rio de Janeiro: RCA Victor P. 1970.

DOM. O caminhante. In: **Dom & Ravel**. Rio de Janeiro: Beverly P. 1974.

JOSÉ, Odair; MARIA, Ana. Uma vida só (Pare de Tomar a pílula). In: **Odair José**. São Paulo: Polydor P. 1973.

MENDES, Fernando; MENDES, Mara. Meu pequeno amigo. In: **Fernando Mendes**. Rio de Janeiro: Odeon P. 1974.

SORIANO, Waldick. Tortura de amor. In: **Waldick Soriano**. Rio de Janeiro: Chantecler.1962.